

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA

Trabalho, Família e Ser Social.

Elos que unem a centralidade do trabalho às relações familiares

Mestrado em Serviço Social

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC.SP
São Paulo – 2005

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA

Trabalho, Família e Ser Social.

Elos que unem a centralidade do trabalho às relações familiares

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Profa. Doutora Maria Amália Faller Vitale.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC.SP
São Paulo, março de 2005.

Banca Examinadora

Agradecimentos

Aos mestres-interlocutores que me privilegiaram com seu conhecimento e amizade: Dilséa Adeodatta Bonetti e Maria Carmelita Yasbeck;

Aos professores: José Paulo Netto, Aldaíza de Oliveira Sposati, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Maria Lúcia Martinelli, Ada Pelegrini Lemos, Marta Silva Campos, Leila Blass, Myrian Veras Bapstista, Rosangela Batistoni, Dirce Koga, Maria Beatriz Costa Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral, que tornaram mais agradável a jornada nesse curso;

A inspiração de Ricardo Antunes, Sergio Lessa, Beth Borgianni e Cláudia Nogueira;

Aos companheiros do conjunto CFESS-CRESS da gestão 2003-2005, pelo incentivo, aprendizado e paciência;

Aos companheiros docentes do curso de Serviço Social da Faculdade Mauá e do curso de Serviço Social da Faculdade Tijuca, bem como aos alunos e funcionários;

Aos *entrevistados* que abrilhantaram a pesquisa com seus depoimentos, suas ricas histórias de vida, de maneira muito gentil e solícita;

A Elma Gomes e Ofélia Garcia pelo incentivo, apoio e compreensão da importância dessa etapa em minha vida;

Ao Beto e aos amigos da “turma do eixo do bem”, extensivo aos companheiros do programa de estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP que me agüentaram nesses dois anos;

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo e apoio à pesquisa;

Merecem uma menção especial, o Prof. Dr. Evaldo Amaro Viera, cujo capítulo VI de seu livro *Os Direitos e a Política Social* (São Paulo: Cortez, 2004) sob o título *Política Social e Método* me inspiraram a desenvolver e incluir o apêndice *Trabalho, Família e Método: procedimentos e histórias com vida*, onde tento tratar não só das questões que envolvem os procedimentos metodológicos adotados, mas também explicitar as questões do método, pois por influência de suas aulas, percebi que a assunção de um método de investigação e análise do real é exigência primordial não só para a pesquisa, mas também para o estabelecimento explícito de nossas relações sociais recíprocas, firmando em minha memória a epígrafe: *Que a nossa ótica revele a nossa ética!*. Portanto, ao “mestre” Evaldo registro aqui meu respeito e carinho especiais.

E também a orientação da Profa. Dra. Maria Amália Faller Vitale, cuja convivência acabou se tornando um mar de descobertas não só intelectuais, permitindo a oxigenação do pensamento, mas também pessoais ampliando meus conceitos teóricos-práticos sobre minhas construções epistemológicas. Muito obrigado!.

E, por fim, à todos que compartilham da perspectiva apresentada nesse estudo, cientes de que se trata de uma contribuição sumária realmente válida, ainda que *muitas forças sociais* digam o contrário.

A presente dissertação trata de família e trabalho entendidos como elementos constituintes e constituídos da e na totalidade social. Ancora-se na tradição marxista resgatada por György Lukács (1885-1971) consistente no estudo do ser social. Apresenta conexões existentes entre a esfera econômico-produtiva e as relações familiares, avançando no entendimento que apresenta a família como ente reprodutor da força de trabalho na sociedade capitalista, remetendo-a ao âmbito da reprodução do conjunto das relações sociais. Neste estudo; aos dados brutos de órgãos oficiais como o IBGE, DIEESE, SEADE e outros; são acrescentados depoimentos de sujeitos trabalhadores-familiares que realizam seus modos de vida sendo determinados pelos condicionantes das relações entre as classes sociais, ao mesmo tempo em que imprimem nessas relações um escopo sócio-histórico de suas *intencionalidades*. A conjuntura brasileira recente (1984-2004) informa o trânsito desses sujeitos entre o *mundo do trabalho* e o *mundo da família*, por meio da categoria social de reprodução resgatada pelo recurso à memória familiar e suas perspectivas de transmissão iluminada pelo uso da análise intergeracional. Disserta sobre a possibilidade epistemológica e política da emancipação societária tendo na família o espaço propício a construção de novas relações de sociabilidade e humanização.

Palavras-chave: trabalho, família, ontologia do ser social, reprodução social.

The present thesis approaches family and work understood as elements that constitute and are constituted by social totality. It is supported by the Marxist tradition rescued by Gyorgy Lukács (1885-1971), which consists in the study of the social being. It presents connections existing between the economic-productive sphere and family relationships, contributing to the understanding that sees the family as an entity that reproduces the work force in the capitalist society, considering that it belongs to the scope of reproduction of the total set of social relations. In this study, raw data from official agencies such as IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), DIEESE (Inter-Union Statistics and Social-Economic Studies Department), SEADE (Data Analysis State System Foundation) and others are added to accounts from working-family subjects who conduct their ways of life determined by aspects that condition the relationship between social classes. At the same time, they imprint on this relationship a social-historical scope of their *intentions*. The recent Brazilian conjuncture (1984-2004) informs the transit of these subjects between the *work world* and the *family world*, by means of the social category of reproduction, rescued by resorting to family memory and its transmission perspectives, illuminated by the use of intergenerational analysis. It argues in favor of the epistemological and political possibility of society's emancipation, having the family as the adequate space for the construction of new sociability and humanization relations.

Key-words: work, family, ontology of the social being, social reproduction.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da população economicamente ativa. 1981-1983	155
Tabela 2 – Dissoluções conjugais, por tipo, e percentual de dissoluções por grupos de idade, sexo e os grupos de idade das mulheres.	156
Tabela 3 – Características gerais da população economicamente ativa. 1981-1985	157
Tabela 4 – Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, economicamente ativas, em relação às pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Regiões Metropolitanas, segundo os meses da pesquisa. 1983-1986.	158
Tabela 5 – Características gerais da população economicamente ativa. 1984-1988	159
Tabela 6 – Indicadores de condição de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões. 1981-1990	160
Tabela 7 – Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões, a situação do domicílio e os grupos de idade. 1981-1990	161
Tabela 8 – Salário Médio Nominal Mensal dos Trabalhadores Admitidos. 1986-2001	162
Tabela 9 – Evolução do salário mínimo unificado. 1984-2001	165
Tabela 10 – Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas. 1981-1999	169
Tabela 11 – Parcela da renda total anual apropriada pelos 1% e 10% mais ricos e pelos 20% e 50% mais pobres. 1977-1999	170
Tabela 12 – Distribuição dos indivíduos de 15 anos ou mais, segundo condição de alfabetização do estado de São Paulo, RMSP e interior.	171
Tabela 13 – Distribuição dos indivíduos de 15 anos ou mais, segundo faixa etária e nível de instrução do estado de São Paulo, RMSP e interior	172
Tabela 14 – Distribuição dos indivíduos de 7 anos ou mais, segundo condição de frequência à escola e nível de ensino no estado de São Paulo, RMSP e interior	173
Tabela 14(a) – Distribuição dos estudantes de 7 anos ou mais, segundo nível de ensino e tipo de estabelecimento no estado de São Paulo, RMSP e interior	173

Tabela 15 – Proporção de assalariados, segundo formas de aprendizado para o exercício da ocupação no estado de São Paulo, RMSP e interior	174
Tabela 16 – Distribuição das famílias, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo situação do domicílio e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar – Brasil.	175
Tabela 17 – Distribuição dos indivíduos, segundo condição de procura de atendimento de saúde nos últimos 30 dias no estado de São Paulo, RMSP e interior	176
Tabela 17(a) – Distribuição dos indivíduos que procuram atendimento de saúde nos últimos 30 dias, segundo resultado da procura no estado de São Paulo, RMSP e interior	176
Tabela 18 – Distribuição dos indivíduos que utilizam serviços de saúde nos últimos 30 dias, segundo tempo de espera para ser atendido no estado de São Paulo, RMSP e interior	177
Tabela 19 – Distribuição dos indivíduos que utilizaram serviços ambulatoriais nos últimos 30 dias, segundo avaliação da qualidade do atendimento no estado de São Paulo, RMSP e interior	178
Tabela 20 – Distribuição das famílias, por avaliação da quantidade de alimento consumido pela família e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.	179
Tabela 21 – Distribuição das famílias, por avaliação do tipo de alimento consumido pela família e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.	180
Tabela 22 – Distribuição das famílias que nem sempre ou raramente consomem alimentação do tipo que querem, por motivo do não consumo e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.	181
Tabela 23 – Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual, segundo os produtos – Região Sudeste.	182
Tabela 24 – Empresas do setor informal, por grupos de atividade, segundo características de funcionamento	183

Tabela 25 – Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo a principal dificuldade enfrentada nos últimos 12 meses para desenvolver o negócio.	184
Tabela 25 (a) – Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o recebimento de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos.	184
Tabela 26 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo e o nível de instrução.	185
Tabela 27 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade.	186
Tabela 28 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, exclusive os proprietários, por sexo, segundo as características selecionadas.	187
Tabela 29 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, exclusive os proprietários, por forma de entrada no negócio, segundo características selecionadas.	188
Tabela 30 – Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, com rendimento, exclusive os proprietários, por sexo, segundo características selecionadas.	189
Tabela 31 – Proprietários do setor informal, por sexo, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio, a existência de sociedade e o tempo que se tornou proprietário.	190

“Minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”.

Paulo Freire.

Introdução	13
Trabalho, Família e Método: procedimentos e histórias com vida	21
Capítulo I : Trabalho e Família na constituição sui-generis de um povo	34
1.1. – Alguns aportes históricos	40
1.2. – Construtos teóricos da modernidade	51
Capítulo II: Trabalho e Família: adversidades políticas e econômicas	64
2.1. – O período da redemocratização	68
2.2. - A conjuntura recessiva	81
2.3. – A ilusão da estabilidade econômica	94
2.4. – Trabalho e a família na <i>ressaca</i> da Era FHC	108
Capítulo III: Elos que unem a centralidade do trabalho às relações familiares	122
3.1. – O real vivido marcado na memória	126
3.2.– Desvendando o mundo do trabalho e o mundo da família	134
Considerações Finais	141
Fontes e Referências Bibliográficas	147
Tabelas	154
Anexos	191

Introdução

Nossa investigação trata de “trabalho”. Também trata de “família”. Melhor ainda: trata especificamente das conexões entre as duas categorias sociais. Trabalho e família são abordados nesse estudo como elementos constituintes e constituídos da (e na) totalidade social. Entendemos que é na totalidade social que o real se manifesta e nos possibilita apreendê-lo. As dificuldades decorrentes de tais tentativas — de apreender as categorias do real e elencar o objeto de estudo — se deram em grande parte devido ao imensurável *número* de mediações que articulam internamente *trabalho e totalidade* e *família e totalidade*. Dificuldade essa que aparentemente se mostra meramente teórica foi se tornando concreta e objetivada a medida em que a investigação se aprofundava. Desta forma, em diálogo com Lukács (1885-1971) tratamos o trabalho, mas também a família (como veremos mais adiante) como categorias sociais e concluímos que como tal, a *delimitação de suas conexões internas requer [em] contínuas referências a mediações que articulam trabalho [e família] e totalidade social, notadamente por meio da categoria social de reprodução... Já que trabalho [e família] apenas pode [m] existir no interior de uma totalidade social com a qual interage [m] ininterruptamente, constitui uma “enorme” e “necessária” “abstração” o seu indispensável isolamento teórico da totalidade social para a exploração de seus nexos internos*¹ (Lessa, 2002:13-14).

Por isso optamos por iniciar o estudo abordando a concepção marxiana-lukacsiana de trabalho. Acreditamos, porém que a abordagem aqui proposta, apresenta um relativo diferencial à medida que busca não perder de vista o conjunto das

¹ Os textos de Lukács utilizados por Lessa nas suas elaborações aqui citadas são: “*Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*” e “*A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*”, traduzidos por Carlos Nelson Coutinho, ambos publicados pela Editora Ciências Humanas (São Paulo, 1979) e se referem ao trabalho como categoria fundante do ser social. Partilhamos, pois desta perspectiva, o que ficará evidente no decorrer do estudo. Todavia, acrescentamos à linha interpretativa de Lukács [lida com aportes de Lessa (2002), Antunes (1999 e 2002) e Neto (2004)] que a família ao constituir-se como meio privilegiado à reprodução do ser social (como já dissemos, só existe em relação a totalidade) apresenta nexos causais e teleológicos que fazem dela uma forma de sociabilidade ineliminável do gênero humano. O que nos permite empreender um esforço em abordá-la na perspectiva ontológica, cientes de que esse estudo ao apontar tal caminho não pretende esgotar o tema, mas sim inaugurar mais um “poro” produtivo na esfera do conhecimento sobre família em sua relação com o trabalho, tendo como referência a realização do ser social enquanto sujeitos históricos (sujeitos trabalhadores-familiares).

dimensões constitutivas do ser social² em especial a cultura. Cultura explicada na especificidade brasileira a partir da consolidação de nosso regime de classes convertida em fator estrutural e dinâmico de nosso subdesenvolvimento ou nossa condição econômica. (Fernandes, 1974).

Entender a família na perspectiva de classes, como ente reproduzidor da força de trabalho na sociedade capitalista é importante, porém, é necessário *chamar a atenção para os perigos de um reducionismo economicista que este tipo de abordagem freqüentemente acarreta. É sem dúvida legítimo, na análise global do modo de produção capitalista subordinar a análise da família à sua contribuição para a reprodução da força de trabalho. Mas a elucidação desta relação não esgota a análise da instituição familiar e os problemas relativos à sua estrutura e organização não podem ser reduzidos à investigação de sua funcionalidade para o capital, de sua possível contribuição para o barateamento do custo da reprodução da força de trabalho* (Durham, 1985:08).

Ainda assim, partimos do entendimento de que o ser social se realiza num processo de produção e reprodução contínua de sua existência. Tal processo só é possível pelo trabalho que para ser realizado pressupõe ações recíprocas, ações de cooperação entre os homens. Este conjunto de ações humaniza os atos de trabalho que por isso são entendidos como *prática social* e conseqüentemente diferem as formas de sociabilidade humana das inumanas, provocando uma interação constante entre teleologia e causalidade. Dessas formas de sociabilidade prescindem processos de socialização internos. E, o processo de socialização

² Ser Social, para Lukács – como para o jovem Marx -, é um ser objetivo, isto é, um ser que se objetiva; a realidade com que se defronta e a que a ele responde, precisamente através das suas objetivações, configura-se como o complexo em movimento das determinações naturais e sociais (exatamente as objetivações acumuladas e em processo) que envolvem e constituem o agir social, teleológico [...] A especificidade do ser social, esta articulação única entre necessidade e liberdade, encontra no trabalho, posto por Lukács como modelo da práxis, seu fundamento elementar – e não há dúvida de que, para o filósofo, a categoria fundante do ser social é mesmo o trabalho [...] O mais alto nível do ser que conhecemos, o social, constitui-se como nível específico, eleva-se do nível sobre o qual embasa sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova e distinta espécie de ser, somente quando nele se dá a real operação teleológica. Somente podemos adequadamente falar em ser social quando compreendemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o seu devir enquanto algo que é em si, apóia-se no trabalho, ou seja, na contínua realização de posições teleológicas. (Netto, José Paulo. *Marxismo Impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 150-151).

escolhido por nós para esse estudo é aquele condicionado por agrupamentos sociais de convívio a que denominamos família. Verifica-se então, que não trataremos da família como simples agrupamento de indivíduos cuja finalidade se traduz na satisfação das necessidades materiais de sobrevivência. Trataremos, pois, de uma das formas de *coletivização do ser social*, contributo decisivo na realização deste por meio de sua reprodução material (inclui-se sua existência biológica) e também sua reprodução espiritual. Assim:

A família é, como instituição, anterior ao capitalismo. Constitui-se, propriamente, uma das condições históricas encontradas pelo capitalismo no processo de sua formação. Envolvida nesse processo, a família se transforma porque, em última instância, é determinada pelas necessidades de reprodução do modo de produção. Mais ainda, as alterações que sofre implicam diferenciações que correspondem às condições específicas de formação das novas classes. Mas sua forma inicial, derivada de condições históricas específicas, fundada em um tipo característico de divisão sexual do trabalho, certamente influi na forma alterada que assume posteriormente (idem).

Ocorre que a concepção de trabalho na perspectiva ontológica tem sido abordada por diversos estudiosos do tema, de modo a marginalizar as formas metamórficas de convívio apreendidas para além das determinações econômicas, ainda que estas ocupem o centro das relações sociais. Este fato nos apresentou inúmeras dificuldades para o arranjo teórico pretendido, ao mesmo tempo em que, nos motivou a prosseguir com nosso recorte epistemológico.

Assim, as reflexões iniciais, apresentadas no primeiro capítulo, tratam do entendimento do trabalho que nas vicissitudes do cotidiano se torna *estranho*³ em decorrência da mediação do capital e que nos instiga a um primeiro questionamento: *O trabalho na perspectiva ontológica é uma invenção da modernidade que nos tempos atuais teria perdido sua validade como explicação*

³ Vide apêndice do livro: *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, de Ricardo Antunes (São Paulo, Cortez/Ed.Unicamp: 2002 – 8ª. ed.) intitulado “Trabalho e Estranhamento” (pág. 123-136).

científica e se tornado relíquia acadêmica? A hipótese argumentada por nós em resposta a questão levantada é de que o trabalho, mesmo identificado com as diferentes formas de inserção no mercado, permanece mediado pelo capital, e que estratificando o conflito de classes estaria se tornando cada vez mais central às relações sociais contemporâneas a medida em que incorpora processos diferenciados de interações, relações e ações humanas para sua realização, aprimorando o desenvolvimento das forças produtivas como alertava Marx. Hipótese essa sustentada pelo fato de que o fenômeno conhecido por *reestruturação produtiva* vem decretando gradativamente “o fim” das formas tradicionais e históricas de inserção no “mercado de trabalho” consagradas na forma de “trabalho assalariado” ou “emprego”.

Essas novas formas exigem da classe trabalhadora maior flexibilidade e mobilidade, mas também uma *relativa* autonomia frente aos processos de trabalho. Todo esse quadro nos traz uma ambigüidade típica das contradições próprias do modo capitalista. De um lado reforça e nos faz retornar a aceitação do trabalho como forma ineliminável de satisfação das necessidades humanas reaproximando o trabalhador de seu trabalho com o “fim” do chamado “emprego formal”. Por outro lado, consideramos que estes novos processos de trabalho se dão numa sociedade de classes, que ainda sob forte domínio do capital, transformarão essa nova identificação do trabalhador com seu trabalho em fator de aumento da produtividade, acelerando e centralizando a acumulação⁴. Sendo este segundo aspecto o mais provável e evidente, o primeiro não seria uma assertiva utópica a medida em que os novos desenhos da classe trabalhadora – aquela que permanece despossuída dos meios e modos de trabalho – levantam possibilidades revolucionárias e não a neutralizam, ao contrário do que dizem as teses que advogam o fim da centralidade do trabalho e da centralidade política da classe trabalhadora no conflito de classes. Teorias como a do ócio produtivo (De Masi, 1999), da crise dos paradigmas da modernidade (Santos, 2000 e 2002), ou da

⁴ Neto (2004) refere que a análise teórica da sociedade burguesa na perspectiva marxista, a revela como forma de organização societária extremamente dinâmica, a mais complexa de quantas embasadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na divisão social do trabalho. Nela todas as contradições do movimento da realidade (social) alcançam o seu ápice e, no mesmo processo, se gestam as condições para superá-las.

centralidade da esfera comunicacional (Habermas, 1991) apontam novos elos nas mediações entre ser social e sua esfera fundante na ordem burguesa, mas não apresentam, por sua natureza, profundidade analítica capaz de atestar o fim do trabalho⁵.

Nosso raciocínio prossegue demonstrando, principalmente através de dados brutos, centrados no segundo capítulo, a maneira como a *reestruturação produtiva* se relaciona ao trabalho *estranhado* de maneira diferenciada em contextos de adversidade político-econômica. A divisão sexual do trabalho, a alternância nos padrões de renda, o desemprego, o emprego informal e o subemprego, só para citar algumas seqüelas, condicionam em grande parte aquilo que persiste na *memória* dos sujeitos trabalhadores-familiares. Isto porque tais transformações afetam diretamente as relações de convívio no tempo presente, redimensionando os projetos de vida entre os sujeitos em relação e acarretando alterações em suas experiências sociais. As mudanças políticas, econômicas e sociais tem sido historicamente as que acontecem num espaço mais dinâmico e menor de tempo. Já as mudanças culturais, aquelas que de fato consolidam novos padrões de vida e relações, levam mais tempo para ocorrer, além de estarem sujeitas a maiores resistências (Hobsbawm, 1995). Atrelados uns aos outros, os fatores históricos – acima discriminados – que condicionam as mudanças subvertem, como dissemos, os modos de vida nos momentos em que estes ameaçam ou interferem de maneira mais direta a satisfação das necessidades básicas da família. Esta, outra constatação da centralidade do trabalho, vem acompanhada da constatação da centralidade política da classe trabalhadora, da centralidade do emprego como forma de realização do trabalho na sociedade de mercado (posto em xeque na

⁵ Não estamos com isso desmerecendo a produção intelectual dos autores citados. Se trata apenas de pontuar claramente que as elaborações propostas por esses autores não contemplam a centralidade do trabalho e a ontologia presente na formação do ser que trabalha. Assim, nos parecem insuficientes para explicar em uma perspectiva totalizadora das relações sociais os amplos processos de reestruturação produtiva e de reordenamento do capital.

contemporaneidade pelo próprio capital) e da centralidade da família como meio privilegiado de *transmissão*⁶ e reprodução do ser social em sua forma genérica. Assim, o levantamento dos dados apresentados, permite relativas “generalizações” – utilizadas de maneira cautelosa com recurso a extensas referências e citações de estudos e análises já realizadas – ao que é apreendido no capítulo terceiro pelas entrevistas realizadas. As fontes e referências corroboram nossas hipóteses norteadas pelo método sócio-histórico apresentado no apêndice pós-introdutório: Trabalho, Família e Método: procedimentos e histórias com vida.

Ainda no segundo capítulo, verificamos que os ciclos econômicos recentes dão o tom da reestruturação produtiva em curso e também do diálogo entre as gerações socializadas na família. A periodização das crises históricas foi construída de modo a contemplar o conjunto das movimentações políticas consubstanciadas pelo próprio movimento da sociedade brasileira. Assim o período de 1981 a 1988 identifica-se com o processo de redemocratização do país e de “abertura” política, onde temos de 1981 a 1983 o desencadeamento de uma crise recessiva conseqüente pelos limites das políticas de desenvolvimento da década anterior – época do chamado milagre brasileiro. É nessa conjuntura que novos padrões se estabelecem nas relações familiares e há um expressivo aumento da força de trabalho feminina, dentre outras mudanças; o período de 1984 à 1986, é marcado por uma sensível recuperação e crescimento da atividade econômica. Percebe-se uma sutil ascensão no número de divórcios e uma taxa crescente de evasão escolar coincidente com a redução da média de idade de indivíduos trabalhadores ingressantes no mercado de trabalho; de 1987 a 1989 a economia sofre uma desaceleração de suas atividades e o país registra índices de superinflação. Novas formas de inserção no mercado de trabalho começam a ser percebidas. Contratos precários, subemprego e emprego informal já se delineiam como alternativa de

⁶ Transmissão entendida como uma das mediações existentes na relação família e totalidade social, partícipe do processo de reprodução. Engloba todos os aspectos não materiais da categoria reprodução. Evidentemente poderíamos optar por deixar subliminar os aspectos que foram denominados por Marx como “reprodução espiritual”, mas como entendemos a indissociabilidade entre material-espiritual, objetivo-subjetivo, faremos aqui uma pequena distinção para enfatizar a natureza da reprodução espiritual, não muito tratada nos estudos sobre a família de orientação marxista.

sobrevivência, sendo que na crise recessiva de 1990-1992, estas formas se concretizam não mais como exceção, mas sim como “regra”. A sucessão presidencial de 1989 não *dá conta* de conter as crises e de 1993 a 1996 há uma relativa recuperação econômica sem recuperação do emprego. O clima instável justifica intervenções mais complexas, e, de 1993 a 2003 será desencadeado um processo de amplas reformas, que mais tarde será conhecido por *Reforma Gerencial do Estado Brasileiro*, onde trabalho e família continuam influenciando e sendo influenciados pelo debate do desenvolvimento e superação das crises, por meio de medidas da política social, subsumida aos desmandos macroeconômicos. Assim, de 1997 a 1999 acentua-se o desemprego e o crescimento econômico é baixo. As famílias freiam o consumo, o que sugere uma maior planificação da economia doméstica oriunda dos impactos dos períodos recorrentes das crises. Algumas dessas mudanças na família se consolidam como novos padrões aceitáveis pelo “todo social” reconfigurando as relações de poder na família e na sociedade. De 2000 ao atual momento, a economia brasileira vem crescendo, todavia, a retomada do nível de emprego, só nos últimos dois anos é visível (2003 e 2004). Em meio a “Reforma do Estado”, consolidou-se a inserção nacional de novos modos e meios de trabalho. A terceira revolução, a revolução informática ou digital fez com que não fosse de se estranhar que jovens de 15, 16 ou 17 anos de idade, assumam funções importantes no novo mercado de trabalho, conduzido pelo *e-commerce*, por exemplo. E mais, nem que estes jovens passem a liderar financeiramente suas famílias, sem, contudo, subverter a liderança *moral* dos mais velhos.

Por fim, uma terceira constatação: a razão tecnicista que conduz os processos macroeconômicos cria novas formas de “alienação do trabalho” resubsumindo o valor-de-uso pelo valor-de-troca “supervalorizado”. Por outro lado, a tendência dominante apresenta um limite. Não é capaz de prever as alternativas que emergem no interior da classe trabalhadora por meio de sua práxis cotidiana.

No terceiro e último capítulo, as narrativas dos sujeitos familiares iluminam o entendimento dos processos conjunturais brasileiros e nos mostram a relação direta e a alternância entre o *mundo do trabalho e o mundo da família*. Recorre-se ao suporte da memória familiar que nos atesta o entendimento de que esta memória é em grande parte configurada pela relação entre as gerações, internamente na família, e também, externamente na sociedade.

Conclui-se que os estudos sobre família na sociedade dominada pelo capital tendem a avançar nas concepções sobre as diversas formas de socialização e sociabilidade, considerando a existência de um complexo de determinações, sem, no entanto, limitar-se ao estudo dos mecanismos reprodutores da ordem dominante. Pois, assim como a ordem dominante, a família, na sociedade de classes apresenta contradições estruturais que possibilitam também a superação de sua instituição convencional conservadora, contributo indispensável á práxis revolucionária.

Trabalho, Família e Método: procedimentos e histórias com vida.

A fragmentação formal rompe com as relações entre a parte e o todo, isola a forma do conteúdo. Intensificada pela massificação cultural, pode confundir-se a palavra com o conceito e transformar-se o jargão em realidade, apresentando o modismo como melhor maneira de viver e a mente iluminista como a solução de todos os problemas. Às vezes, tal situação causa a falsa impressão da ocorrência de “progresso científico” ou de “avanço cultural”.

Evaldo Vieira

Falar em *método* nos domínios da chamada vida *pós-moderna* virou quase sinônimo de ações de pesquisa ao máximo planejadas e racionalizadas. Com o avanço da perspectiva neoliberal na vida ideopolítica e a tão propalada crise nas ciências sociais no plano teórico-metodológico, o termo *método* tornou-se sobremaneira vulgarizado, ao ponto em que é comumente identificado àqueles procedimentos ou o conjunto deles que sistematizam na prática, determinadas ações humanas. Sobressai-se à razão tecnicista e o *método* se torna então igual a procedimentos investigativos ahistóricos.

Há autores contemporâneos que defendem tamanha vulgata sob alegação de que os métodos pressupostos pelas macronarrativas teóricas e políticas construídas ao longo da Era Moderna e Contemporânea não mais explicam a complexidade dos fatos humanos e sociais, além de não alcançarem aquelas interações individuais entre sujeitos que realizam sua existência em microterritórios por vezes alheios às determinações estruturais e estruturantes da ordem societária global⁷.

Prega-se o retorno ao subjetivismo, que por vezes, beira o irracionalismo como que se considerar a materialidade das relações humanas fosse desconsiderar os

⁷ Neste sentido ver o capítulo dois do livro *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social* de Bernardo Kliksberg (São Paulo, Cortez, 2001) que aponta-se em concepções teóricas compatíveis com as apontadas acima e que reafirmam o modelo de família nuclear, típico da sociedade burguesa, o que nos sugere um exemplo de negação do método proposto pelo próprio autor.

elementos constitutivos do ser social que incluem seu intrínseco universo espiritual⁸.

A escolha da perspectiva sócio-histórica para a investigação de fenômenos sociais nos coloca na contramão dessas tendências que parecem estar se “tornando hegemônicas” na academia brasileira como suporte teórico-metodológico, em especial nos estudos sobre trabalho e família⁹. A prevalência de estudos sobre as práticas sociais que priorizam cada vez mais e entendem o *estranhamento* do trabalho como manifestação natural deste e a ocorrência maciça do uso de categorias “*psí's*” como fundantes para abordagem da família tem produzido inúmeros compêndios que tratam de um trabalho e de uma família de maneira “*ensimesmada*”. Como se as categorias se explicassem por elas mesmas e os fenômenos sociais (sem história) fossem resultado de processos naturais, irreversíveis e, portanto, fatais¹⁰.

⁸ O conjunto destas formulações (das naturezas mais diferenciadas) tem se autodenominado de *tendências pós-modernas*. De um ponto de vista geral, há formulações que se destacam no chamado campo do pensamento pós-moderno, justamente por percorrerem percursos teóricos e políticos diferenciados do adotado nesse estudo. Há por exemplo a maneira subjetivista como a autodenominada teoria da complexidade trata das questões que circundam a vida social. Ela pode ser percebida em obras como *Meus demônios* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002) e *Os Sete saberes necessários à educação do futuro* (São Paulo, Cortez, 2002) ambos de Edgar Morin. Há também as formulações de Boaventura de Sousa Santos, circunscritas a chamada escola do Regulacionismo, apreendidas em *Um discurso sobre as ciências* (Coimbra, Afrontamento, 2002); *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (São Paulo, Cortez, 2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* (São Paulo, Cortez, 2000) entre outros, já o inglês Anthony Giddens, apresenta uma alternativa teórica e política, denominada por ele mesmo de terceira-via que pode ser apreendida em *Mundo em descontrole* (Rio de Janeiro, Record, 2000), sendo que o capítulo quatro trata especificamente da família e *Teoria Social hoje* (São Paulo, Editora da Unesp, 1999), Maria José Esteves de Vasconcelos contribui com: *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência* (Belo Horizonte, Papyrus, PUC-MG, 2001) corroborada por Whitaker com seu texto *El crisol de la familia* (Buenos Aires, Amorrortu, 2001).

⁹ Referimo-nos ao debate modernidade x pós-modernidade presente no cenário filosófico e científico nacional e internacional. Dois textos auxiliam a compreensão sobre a tensão posta entre tais paradigmas, mesmo porque os chamados paradigmas pós-modernos não se referem a um conjunto homogêneo de teorizações e práticas políticas, como apontamos na nota anterior, e, por isso, não é apropriado fazer referência aos mesmos como se todos fossem iguais, todavia, para análise do trabalho e da família, nos interessa um ponto fulcral de confluência desses paradigmas, que é o fato destes de um lado negarem os esquemas teóricos totalizantes típicos da modernidade e/ou por outro lado, utilizarem-se destes de maneira eclética, desvirtuando a essência das interpretações. Os textos são: *Crise da subjetividade: a tensão moderno / pós-moderno e a educação atual* de Daniel Pansarelli (São Caetano do Sul, 2005, mimeo) e *Pós-Modernidade: gênese, significado histórico e traços constitutivos* de José Paulo Neto (São Paulo, 2002, PUC-SP, mimeo). Há ainda outros autores nacionais e internacionais que trazem contribuições para esclarecer a questão, mas acreditamos que os textos citados merecem destaque pela sua abordagem didática, o que garantiria o acesso preliminar ao debate.

¹⁰ São trabalhos emblemáticos sobre a temática família, por nós caracterizados como pós-modernos: *Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão* de João Carlos Petrini (Bauru, SP, EDUSC, 2003); e *Multifamilias: construção de redes de afeto* de Maria Eneida F. Holzmann e Sílvia Maria Grassano (Curitiba,

O número reduzido de estudos sobre trabalho e família na perspectiva adotada neste estudo, portanto, contestadora das análises pautadas nas manifestações do presente, constituiu-se em dificuldade, ao mesmo tempo em que nos motivou a incluir este relato sobre nossas opções teóricas.

Um trabalho de investigação tem como suporte um método de análise da realidade, bem como a própria realidade empírica. O investigador recorre a teorias já elaboradas não como receitas, mas como suporte que o auxilia em suas análises. O real, portanto, é reconstituído pelo pensamento, através de mediações que se colocam sobre esse mesmo real. O investigador encontra, pois, não somente uma realidade empírica, mas uma realidade rica de determinações.

Como referiu Marx em 1844 em uma de suas conhecidas passagens: *Não basta que o pensamento tenda á sua realização, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento.*

Destes caminhos epistemológicos, construídos numa realidade histórica e real é que nos referimos enquanto método. Portanto, o método é por nós entendido como aquela maneira peculiar de investigar o real, que por sua vez revela uma determinada visão de mundo que envolve por completo o pesquisador. Esse *ato investigativo* instiga o pesquisador a intervir na realidade pesquisada.

Em nosso caso específico de investigação, partimos do suposto de que a família se objetiva na sociedade. Sociedade [burguesa] tomada como realidade concreta e constituída por processo histórico plurissecular. Ponto de partida que também será nosso ponto de chegada, afinal subtrair o objeto do conjunto de suas relações é recurso metodológico que permite investigar os nexos causais e teleológicos de sua particularidade, mas que devem ser reconstituídos num complexo de

Integrada, 2002) e sobre o trabalho há: *O emprego na globalização* de Marcio Pochman (São Paulo, Boitempo, 2002) e *A Crise do Emprego: uma visão além da economia* de Paulo C. Moura (Rio de Janeiro, Mauad, 1998), sendo que o trabalho de Pochman, apesar de apresentar uma abordagem teórico-crítica com relação a ofensiva neoliberal no mundo do trabalho, identifica o “trabalho” ao emprego, o que acaba por “determinar” o emprego como forma de trabalho única e não como uma manifestação específica do trabalho social e historicamente determinado na sociedade capitalista.

abstração. Desta forma, o complexo esclarece o menos complexo possibilitando que os fenômenos sociais sejam contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações ao real concreto, apreendendo a história dos processos simultaneamente a sua particularidade interna (Neto, 2004), o que nos possibilita entender a família em seu “todo” relacional.

A apreensão destes processos históricos estabelece um conjunto de relações entre os homens e entre estes e a natureza, objetivando sua existência e reprodução. Dessa forma, o trabalho é instrumento da relação homem-natureza, caracterizando-se como meio fundante da sociabilidade¹¹. Todo esse raciocínio é o pano de fundo para que a apreensão do processo proposto parta da realidade empírica; apreenda suas relações com elementos outros constituintes e constituídos da totalidade social; sejam resgatadas e consideradas sua natureza histórica e que haja a reconstrução concebida idealmente do processo dinâmico elencado. As inúmeras aproximações fornecem dinamicidade à pesquisa e a inscreve precisamente no contexto histórico.

Quando começamos a investigar as questões do “trabalho”, as expressões deste que se nos mostravam com maior força, eram as questões relativas ao avanço do fenômeno que se tem sido denominado por “reestruturação produtiva” nos anos recentes. A esfera da produção material brasileira, com suas constantes oscilações, transformações e recorrentes crises, se mostrou um fecundo campo para a pesquisa e de difícil delimitação.

De início, para atrelar a reestruturação produtiva às dinâmicas que estabelecem entre si os sujeitos no seio familiar, fizemos um *passeio* teórico pela historiografia do tema e da mesma forma que Tumolo (2001), grosso modo, no Brasil, detectamos três posturas:

¹¹ O homem é entendido como ser prático e social, produzindo a si mesmo através de suas objetivações (a práxis, de que o trabalho é exemplar) e organizando suas relações com outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e se reproduz enquanto homem, o que detalhamos na nota 2.

um grupo que simplesmente descreve os processos [da reestruturação produtiva] e não manifesta nenhuma posição; outro, de pequeno porte, que se declara favorável e geralmente, tem uma visão entusiasta; e, finalmente um conjunto de pesquisadores que tece críticas — nem sempre concordantes entre si — sobre vários aspectos da reestruturação produtiva em curso no Brasil e, por conseguinte, manifesta desejo de que ela seja diferente, beneficiando a todos, sentimento este que em geral, vem expresso nos últimos parágrafos de seus textos. Dessa forma, tendo uma postura crítica, boa parte dos autores deste último grupo considera que, no Brasil, configura-se um processo de “modernização conservadora”.

Compartilhando desta última perspectiva, acrescentamos que a reestruturação produtiva é elemento constituinte e constituído da e na reformulação do capital, no intuito de responder a sua própria crise estrutural.

Contudo, permanecia a dúvida: Como apreender as tensões e tendências da vida familiar com relação às transformações no mundo do trabalho?

Ora, num procedimento apressado de pesquisa que se propusesse a estudar o mundo do trabalho e a família, seria comum que a investigação começasse pelo estudo da sociedade humana, suas transformações mais visíveis nas alterações na organização da produção de bens e serviços e a família como um grupo-base de sustentação de todo esse complexo. Todavia, numa observação um pouco mais apurada, verificar-se-ia que “mundo do trabalho” e “família” *per si* não representam muito além de arranjos lexicais comuns ao idioma que se fala. Logo, estes termos, isolados, não passam de abstração, todavia a superam quando entendemos que os mesmos são engendrados por um complexo social em movimento. Complexo esse que aponta que “o mundo do trabalho” e o “mundo da família” repousam numa realidade concreta histórica, atravessada por determinações relativas a orientação do capital, como a sociedade de classes, o *mundo do valor*, as crises estruturais e etc, bem como a contração de relações sociais recíprocas.

A assunção destes termos como *categorias* nos direciona considerar que para apreendê-los na captura do real, devemos sustentar o processo investigação na tríade que dá centralidade às relações sociais, os processos sociais e as estruturas. Ponto de partida, ao qual devemos retornar, alcançando novamente “o mundo do trabalho” e o “mundo da família”, desta vez com uma tessitura diferenciada, mais próxima do real concreto, despreendido de *valorizações* que podem esvaecer a leitura da *vida das coisas*, ou prender o objeto a um esquema rígido de interpretações que só confirmariam aquilo que o pesquisador já supunha como conhecimento prévio, mas não apresentaria relativo valor *heurístico*.

Em nosso estudo, quando falamos do trabalho, estamos nos referindo a práxis humana num sentido filosófico, mais amplo, mas também nos referimos ao trabalho num sentido específico, constituído a partir de especificações como *a sociedade do capital, o contexto urbano, brasileiro, de um período recente, atrelado as conduções políticas, econômicas e sociais da sociedade em que se insere, etc.*

Da mesma forma fazemos com a família. Família entendida como espaço contraditório, possível de contribuir para a emersão de valores *emancipatórios* a vida de seus sujeitos, ao mesmo tempo em que pode promover a subordinação completa de seus membros aos interesses dominantes na sociedade.

Assim, o método proposto nos indica que devemos entender a vida que há nas relações sociais engendradas pelo trabalho e também a vida que há no interior das dinâmicas familiares e na sua relação com a estrutura social.

Nossos sujeitos de pesquisa, nos apresentaram essa vida. Quando falamos no decorrer de todo o estudo na família Silveira (fictício), nos referimos a um agrupamento de indivíduos que, inseridos em sua própria história e ao mesmo tempo num contexto histórico maior, contraíram relações sociais e vínculos parentais. Ao mesmo tempo em que entendemos o caráter genérico dessa família, entendemos também sua especificidade.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi norteadada pela questão central de nosso estudo: Como apreender as tensões da vida familiar e suas intrínsecas relações com o mundo do trabalho?

Por isso a escolha não se deu de maneira aleatória.

Configurada pelo movimento próprio da relação entre as classes sociais, a família Silveira, proveniente dos chamados genericamente segmentos médios da sociedade explicitou-nos com maior nitidez as tensões, rupturas¹² e permanências que fazem a família ser o que é na sua relação com a estrutura social. Portanto, as transformações no mundo do trabalho apreendidas pelos sujeitos e verbalizadas através do recurso à memória familiar foi o foco da pesquisa, que encontrou em uma família dos segmentos medianos relevância empírica.

Além disso, a imprecisão do termo *segmentos médios* nos possibilitou entender que tal segmento diante da configuração da sociedade de classes é emblemático. Estes [a classe média] podem tanto estar expropriados da propriedade de meios e modos fundamentais de trabalho, como podem possuí-los em pequena escala. Podem ter algum domínio sobre sua força de trabalho como podem ao mesmo tempo tê-la subordinada ao grande capital. Podem exercer seu trânsito no tecido social junto aos segmentos dominantes por ora, como podem também circular entre os despossuídos. Em síntese, apreender a movimentação geral e específica da sociedade através do estudo dos segmentos médios nos pareceu adequado à proposta de investigação, justamente por aquilo que os caracteriza; a sua efusão no tecido social, atrelada as transformações determinadas pelo movimento e luta de classes.

As mudanças ocorridas no país, desde o início do período chamado de redemocratização que consubstanciaram uma recorrência cíclica de crises

¹² Ruptura neste contexto se refere as alterações significativas que ocorrem no interior da família e que a modifica. Distingue-se portanto do termo “ruptura” utilizado como sinônimo de revolução.

econômicas também nos serviu como *pano de fundo* pelo condicionamento de mudanças nos padrões de comportamento, expressos em modificações de normas e valores diferenciados daqueles dos anos precedentes regidos pela ditadura militar. Sendo assim, a família dos segmentos médios nacional, ao viver entre o limiar das classes fundamentais¹³ nos apresenta um papel central na edificação material e na construção da subjetividade e sociabilidade do país. As marcas que permanecem vivas na memória de nossos sujeitos apontam para especificidades de nosso passado colonial, da herança ditatorial e do desenvolvimento tardio de nosso sistema capitalista.

¹³ Entendemos como viver no limiar entre as classes antagônicas, o fato de que as famílias das camadas médias, expropriadas da propriedade dos meios e dos modos de produção, possuem possibilidades de inserção no mundo do trabalho das mais diversas. Pode pelo seu “trabalho”, ocupar-se de atividades de gerenciamento, direção ou como autônomos, percebendo altas remunerações, aproximando-se assim dos altos estratos da sociedade em seus padrões de consumo e formas de reprodução social; como podem também – em grande medida pelos impactos das crises econômico-financeiras – ter que alterar seus padrões outrora alcançados e redimensionar seus modos de vida, aproximando-se agora de camadas populacionais de renda inferior. Há ainda, dentro dos segmentos médios, aquelas famílias ou sujeitos que por motivos diversos – dentre eles a maior planificação e controle do modo de vida funcional – conseguem exercer a possibilidade da estabilização de seus padrões, o que não exclui oscilações, reforçando o que dissemos a pouco.

A pesquisa.

No processo investigativo que realizamos, nos valem de duas ricas fontes de informações. A primeira se refere a coleta de dados, extraídos de levantamentos estatísticos realizados por institutos oficiais de pesquisa (IBGE, Dieese, etc.). Estes dados nos permitiram a apropriação do movimento maior da sociedade no que concerne a relação trabalho-família. Esta relação, a partir da análise de tais dados foi consubstanciada pela conjuntura nacional recente, que viu emergir um contexto de recorrentes crises sócio-econômicas. Nele, a reestruturação das relações de produção – *reestruturação produtiva* – é percebida com considerável nitidez, bem como as alterações nos padrões de vida e nas dinâmicas familiares.

Acreditamos que estes não são dados que trazem o esgotamento de análises dessa natureza, mas também não são dados insuficientes para a explicitação da problemática proposta.

A segunda fonte, e que pensamos, carecer de maior detalhamento, é a pesquisa realizada junto aos sujeitos trabalhadores-familiares, que nos forneceram *reveladores* depoimentos sobre os elementos apontados em nossas problematizações.

A família Silveira é uma família pequena. Dona Carmem (fictício), a *matriarca*, é uma senhora de 73 anos, que aos 52 anos casou-se com o Sr Rubens (fictício), em São Paulo, sendo que este aos 60 anos veio a falecer.

Seu filho, Carlos (fictício), nosso segundo sujeito, atualmente com 45 anos de idade, é arquiteto numa empresa que terceiriza serviços para a prefeitura de São Paulo. Carlos mora com a mãe e é separado legalmente de Ana (fictício), 47 anos, porém durante o tempo em que estiveram juntos, tiveram Sandra (fictício).

Sandra, uma simpática adolescente de 14 anos, estudante, mora com a mãe, mas mantém uma relação muito próxima com o pai e a avó.

Além destes, há ainda outros dois filhos de dona Carmem e Sr. Rubens; Gustavo (fictício), 47 anos, casado, pai de 1 menina de 13 anos e Maura (fictício), 42 anos, mãe de um 1 menino também de 13 anos. Estes últimos não farão parte do universo referencial da pesquisa não só pela impossibilidade de acesso aos mesmos como também pela necessidade de *parcializar* a família para o tratamento empírico como veremos mais adiante.

Nossa aproximação primeira foi com Carlos, com quem exercemos atividades multiprofissionais em projetos sociais da prefeitura de São Paulo. Chamou-nos a atenção suas menções à família e as preocupações crescentes com a instabilidade no *emprego*. Além disso, a clareza de suas verbalizações sobre a relação entre família e trabalho nos trouxe inúmeras reflexões que mais tarde viriam a se constituir como base de nossa investigação, até mesmo por iluminarem a análise de um movimento societal que implica na mobilidade dos sujeitos no trânsito entre as classes como estratégia de sobrevivência, mas também como recurso de poder¹⁴. A relação entre pesquisador e *pesquisado (s)* foi se construindo ao longo da convivência no local de trabalho, cujas demandas da ação profissional possibilitaram reflexões contínuas sobre o movimento da sociedade, do mundo do trabalho e das articulações internas e externas das famílias envolvidas. O vínculo ali estabelecido facilitou o acesso, ao mesmo tempo em que transformou o processo de pesquisa num grande momento interativo e reflexivo, cujo retorno aos sujeitos explicitou a dimensão de ato político da proposta investigativa.

A história de vida da família, narrada pelos três sujeitos abordados é muito similar a muitas outras histórias de família que conhecemos, no entanto foi em busca das suas particularidades, como nos propõe o “método” que a riqueza da investigação se explicitara.

Ao separar-se de Ana, Carlos voltando a conviver com a mãe, aproxima o convívio desta com a neta. Essa relação também nos foi decisiva à escolha dos sujeitos, a

¹⁴ Recurso de poder individual no sentido da autorealização do sujeito no mundo produtivo e também coletivo quando na família se exercitam papéis e desempenham-se relações de poder.

medida em que nos apresentava uma relação intergeracional fundamental na mediação dos sujeitos entre si e o todo social. Assim, optamos por parcializar a família Silveira e encaminhar as entrevistas com a *hierarquia* geracional a partir de dona Carmem, Carlos e Sandra (avó, pai e filha).

Nos aproximamos dos sujeitos intermediados por Carlos, que desde o início de nosso estudo, acompanhara a evolução do mesmo. Optamos por elaborar um roteiro mínimo de questões fundamentais, deixando a narrativa o mais livre possível, na tentativa de apreender as categorias que se apresentariam com maior nitidez aos próprios sujeitos. Assim os eixos centrais que envolveram as entrevistas foram:

- as relações entre os sujeitos familiares,
- as estratégias de sobrevivência;
- aquilo que permanece mais forte na lembrança sobre o percurso de vida traçado até o presente momento e,
- as perspectivas de futuro para si e para os demais membros da família.

A configuração da família Silveira demonstra logo de início uma consideração que não pode ser banalizada (por ser óbvia) aos estudos contemporâneos sobre família. Trata-se da existência de um sem número de possibilidades de arranjos familiares, distantes dos padrões concebidos pela lógica funcional referenciada no padrão da família nuclear. Dona Carmem se torna a “chefe” da família após a morte de seu esposo, Carlos volta a morar com a mãe após a separação de Ana e Ana assume as responsabilidades pela educação de Sandra compartilhada a distância com Carlos. Portanto, não temos presente a configuração nuclear (pai, mãe e filhos), ainda que esta permaneça viva no imaginário dos sujeitos.

A família Silveira (e a parcialização da mesma utilizada nesse estudo) demonstra que a família é um *produto histórico*. Sendo assim, procuramos entender o complexo de determinações que a engendram, mas ao mesmo tempo deixamos que os próprios sujeitos definissem o que entendem e o porque se entendem como

uma família, uma vez que, de um lado apresentam maiores *atitudes* de respeito às escolhas e opções de seus membros, porém por outro lado, apresentam *condutas coercitivas* quanto a estas escolhas, típicas de qualquer agrupamento familiar¹⁵. Isto é, tendencialmente a família Silveira, por seu capital cultural, parece de um lado, se constituir como um grupo que não tende a impor padrões de comportamento e conduta aos seus membros, em nome da tradição, doutrina, ou similares, mas por outro, como é típico à família, o sentimento de sentir-se responsável pelo outro pode pressionar condutas, retirando-lhes a sensação de “liberdade”. Movimento este que configura o tensionamento próprio da família.

De maneiras diferentes os sujeitos se referem a um mesmo sentimento que os une. Há uma cumplicidade na relação, e o fato de estarem ligados consanguineamente, mas viverem em casas separadas não abala a aposta que um sujeito faz no outro. Partimos da família, entendendo esses *seres* como sendo fundados pelo conjunto de suas relações sociais originadas pelo *trabalho* e à ela retornamos pela inevitável necessidade da reprodução social. Ficamos *a mercê* destes, que orientaram a trajetória dialética de nossa exposição. Assim o teórico e o empírico caminharam indissociáveis num processo elucidante de nosso objeto de estudo.

Por isso ao abordar somente a família Silveira como sujeito-coletivo de nossas bases empíricas não estaremos realizando um *estudo de caso isolado*. Ao contrário, a história de vida por eles relatada e a configuração de suas particularidades internas demonstram a articulação entre suas partes e o todo social condicionado pelo movimento histórico¹⁶. Caso optássemos por ampliar a base empírica de nosso estudo, estaria dada a impossibilidade de apreender as

¹⁵ Ligados por vínculos consangüíneos, os três sujeitos abordados, procedem seus modos de vida de maneira diferenciada. Diferenciada porque são historicamente, mesmo no sentido cronológico, de diferentes gerações, mas também porque, segundo seus depoimentos, entendem que suas vidas são *autônomas*, no sentido da “liberdade” de tomar decisões e de se relacionar com outros sujeitos da maneira como preferem.

¹⁶ Cabe considerar que o suporte teórico-metodológico que utilizamos pressupõe o uso da categoria de *substância* e que conforme José Paulo Netto (2004) é radicalmente histórica e criativamente redimensionadora das relações entre essência e fenômeno.

conexões entre o mundo do trabalho e o mundo da família também pela mediação decorrente das relações intergeracionais, não pela sua inexistência, mas pela sua amplitude. Ademais, a condição de classe dos sujeitos narradores, ao *determiná-los* enquanto sujeitos nos permitiu relativos aprofundamentos analíticos, o que seria generalizado para além das tendências caso o universo referencial da pesquisa fosse ampliado. Assim, o estudo também aponta a necessidade de investigações posteriores que desbravem outros domínios das conexões entre família e trabalho na sociedade de classes.

Os depoimentos recortam suavemente nossas narrativas, como um *interlúdio* em um clássico concerto. Ou seja, buscam demonstrar a propriedade das experiências de vida em sua relação com a *totalidade social*, enriquecendo o referencial teórico e as descobertas empíricas, dando vida aos processos sociais apresentados.

Capítulo 1. Trabalho e Família na constituição *sui generis* de um povo.

Quando se quer estudar os homens, é necessário olhar bem de perto; mas para estudar o homem é preciso aprender a levar longe o olhar; é necessário antes de mais nada observar as diferenças para descobrir as propriedades.

Rousseau,
Essai sur l'origine des langues, cap. VIII.

Alguns historiadores utilizam como referência para o estudo da história do trabalho no Brasil as formas de organização social que se desenvolveram no período pós-descobrimiento, outros preferem identificar a gênese de nossa história de trabalho assalariado ao período posterior a abolição formal da escravatura. Acreditamos que, para retomar, ainda que a traços largos essa história, como pressuposto ao entendimento de nossa condição atual de trabalho, é necessário que se conheça um pouco sobre os modos de vida dos povos que deram origem ao chamado *povo brasileiro*, ou seja, como viviam os habitantes da *Pindorama* antes da chegada dos europeus, como viviam os diferentes povos africanos, mas sobretudo como *representavam* suas experiências de trabalho e relação familiar antes da chegada dos portugueses no século XVI¹⁷.

A *história* justifica o fato de não passarmos ao largo desta regressão, pois a fusão desses modos de vida deu origem a um modo de organização social que incorpora, reformula, cria e recria novas formas quase sempre singulares de existência social denominada por alguns de "*identidade brasileira*". Categoria de

¹⁷ Não procederemos a um estudo aprofundado da constituição do Brasil pela análise da sociedade indígena ou do processo de escravidão negra posterior. Tal fato nos desviaria do foco. Para proceder aprofundamento a esse respeito ver: *História da Vida Privada no Brasil* de Mary Del Priori *et alli*. São Paulo: Editora Contexto, 2001 e também *História do Brasil* de Boris Fausto. São Paulo: Edusp, 2004.

difícil trato teórico, uma vez que identidade diz respeito a sujeitos. Sujeitos históricos que fazem a história ao mesmo tempo em que por ela são “feitos”.

Porém, se de um lado, apreender a *identidade* dos sujeitos históricos na perspectiva teórica é tarefa de especial dificuldade, por outro, entender a particularidade de tais sujeitos no cotidiano de suas vidas pode facilmente traduzir-se como identidade. Sendo esta segunda opção escolha que não faremos assim de modo apressado, pois estaríamos simplificando em alto grau o fenômeno que pode ser entendido como identidade, aprisionando nossas análises às manifestações do presente, retirando os sujeitos da história e a história dos sujeitos. Deste modo, na ausência de um vocábulo de maior adequação, utilizaremos “*identidade*” num sentido muito preciso. Estabeleceremos a relação direta da identidade com a formação “da pessoa humana” e com a miscigenação étnico-cultural que passadas inúmeras gerações se traduz explicitada pela revisão das memórias dos contemporâneos, mas que também é resignificada a cada passo do movimento histórico, seja no interior das famílias, no interior da sociedade ou na articulação entre elas¹⁸. Assim o depoimento de Carlos – nosso sujeito de pesquisa – expõe uma opinião que parece nos demonstrar a manifestação contemporânea desta herança multicultural de identidade:

O brasileiro é aquele do tipo: tá ruim, mas tá bom. A gente não tem no Brasil a tradição da contestação, da revolta, a gente acaba se adaptando. A diferença é que algumas pessoas se preocupam mais com as outras. Isso me lembra quando começamos no início do PT. Tinha uma preocupação com os outros e a gente tinha que contestar, mas parece que hoje isso foi se modificando um pouco.

¹⁸ Sobre o conceito de identidade num sentido antropológico ligado as dimensões étnico-raciais ver Brandão, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e sobre o conceito de identidade relacionado ao movimento histórico apreendido pelas dinâmicas complexas familiares e suas imbricações no tecido social ver De Singly, François. *Três teses sobre a família contemporânea*. In Le Gall e Martin (1996), tradução feita para fins acadêmicos.

Esse depoimento, além de revelar um grau de politização considerável por parte de Carlos, nos fez (re) pensar uma série de questões acerca da constituição do sujeito trabalhador-familiar brasileiro que se particulariza como síntese de seu processo histórico. Processo histórico que considera seu passado colonial, sua passividade histórica (sem a presença de grandes embates revolucionários), sua miscigenação, sua inserção no “mundo dos homens¹⁹” e etc.

Essa passividade histórica, referida no depoimento de Carlos nos dá indícios de como incorporamos o legado de nossa história. Legado esse que influenciará a maneira como os sujeitos se organizam para a produção e reprodução material e das subjetividades individuais e do povo brasileiro.

Além disso, as primeiras investidas de pesquisa para este estudo nos mostraram que seria no mínimo impróprio, estudar o sujeito trabalhador-familiar somente a partir de suas determinações universais ou singulares. Tal procedimento além de se constituir em uma apropriação equivocada do método de investigação, não nos daria condições reais de desvelar o discurso dos sujeitos entrevistados. Assim, optamos por iniciar a reflexão deste estudo com breves considerações “especulativas” de alguns processos históricos que, em tese, podem ter contribuído à síntese expressa no real-concreto das falas e ações dos nossos sujeitos trabalhadores-familiares em seu cotidiano.

Marx em *O Capital*²⁰ afirma: *Antes de tudo, o trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.* Com essa e muitas outras assertivas, Marx estabeleceu as bases para a construção de uma *ontologia*, que entende o trabalho como atividade humano genérica, capaz de existir para muito além de sua mediação via capital.

¹⁹ Termo utilizado por Sergio Lessa em *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Obra utilizada como referência para nossas considerações sobre o trabalho como categoria fundante do ser social.

²⁰ MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971 (pág. 202).

Ocorre que com a construção daquilo que se convencionou chamar de paradigmas da modernidade, instituídos centralmente a partir da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante, o trabalho, agora *trabalho fetichizado*, tornou-se um desses paradigmas em disputa.

Na abordagem de campo realizada para a elaboração deste estudo, a colheita dos depoimentos de seus sujeitos, mostrou-nos que a noção moderna de trabalho — noção esta que identifica o trabalho ao trabalho assalariado (Blass, 2002) — está seminalmente implantada no universo simbólico dos sujeitos. O fetiche capitalista do trabalho tornado mercadoria aparece nos seus depoimentos através de narrativas que ao mesmo tempo em que reafirmam a condição de assalariamento como manifestação intrínseca da subalternidade, evidenciando o que Marx denominou *estranhamento*²¹, também apresentam uma “adesão” a subordinação que aos olhos funcionais pode até ser interpretada como *voluntária atestada* pelas falas que referem a *alegria*, a *liberdade* e até a *oportunidade* dos sujeitos trabalhadores em possuírem uma ocupação no mercado precarizado de trabalho. *O homem torna-se déspota de si mesmo*²². Se de um lado, o trabalho identifica-se ao trabalho assalariado, o emprego nos dias atuais se identifica a quaisquer formas de ocupação no mercado de trabalho, independente da maneira como se alteram as relações entre as classes. E os sujeitos parecem incorporar essa forma de pensar:

Hoje em dia é melhor trabalhar com um contrato precário, do que não trabalhar. Apesar da situação, eu não posso reclamar, afinal tô empregado. Tem muita gente aí querendo um emprego como o meu. Não posso ficar insatisfeito por causa dos problemas no trabalho, é melhor que nada. E as contas quem paga?

(depoimento de Carlos)

²¹ Idem, ob. cit.

²² *Ibidem*.

Graças a Deus, o Carlos sempre foi de trabalhar. Eu sei das dificuldades que tem, mas hoje em dia tá ruim pra todo mundo. Ainda bem que ele tem esse emprego.

(depoimento de Dona Carmem)

Este caráter da alienação do trabalho (tratado por alguns de *resiliência* ou subordinação passiva), fortemente ligado a necessidade objetiva de sobrevivência, no Brasil assume características particulares e o desvendar destas características, nos remetem ao estudo daquilo que Dias & Gambini (1999) denominaram *alma brasileira*²³. Nesta “alma brasileira” é que residiriam algumas explicações para o comportamento peculiar do brasileiro, em relação ao trabalho e à família.

No processo constitutivo da família brasileira e desta “alma ou identidade”, é comum observarmos que desde o período colonial a organização familiar embora difundida a partir das perspectivas dominantes, esteve sempre circundada pelos condicionantes da organização do trabalho (mesmo em sociedades primitivas, cf. Engels, 2002). E, no caso brasileiro, a heterogeneidade destas organizações também dificulta a construção de uma pretensa identidade *brasilis* genuína, uma vez que índios, negros e colonizadores brancos concretizaram historicamente suas práticas sociais de maneira diferenciada e posteriormente miscigenadas nas conquistas do século XV, deixando controvérsias entre os pesquisadores se há de fato um processo de síntese destas relações (o que abordaremos mais adiante neste capítulo).

Sem desconsiderar a dialética (com suas mediações) constituinte dos elementos que determinam a interação família-trabalho, acrescentamos à ela, a hipótese de que os estudos que pretendem abordar os sujeitos trabalhadores-familiares nas tramas do cotidiano devem levar em consideração a construção de uma identidade que é ao mesmo tempo histórica e repleta de variáveis. Afinal, a origem multiétnica do povo brasileiro parece nos trazer características próprias na sua relação com o

²³ Não sabemos se este é o melhor termo a ser empregado, nem mesmo os autores referem não estar bem certos da precisão do termo. Utilizaremos esse termo, para não subverter a fidelidade às citações, porém sua concepção estrita será ampliada e substituída pelo conceito de identidade, a que nos referimos anteriormente.

trabalho e a família na contemporaneidade, como demonstram documentos históricos e os depoimentos colhidos.

Assim, avançaremos passando em revista aspectos sumários de nosso processo histórico.

1.1. Alguns aportes históricos

... Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do “Fim da História”, haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história...

Eric Hobsbawn

São saturadamente conhecidas na academia brasileira, as diversas teses sobre a estrutura ou essência do modo de produção capitalista. Poucas são as divergências quanto à identificação da necessidade premente de tal modo de produção excluir grandes contingentes populacionais do chamado mundo do trabalho. Esta incapacidade (de absorver o conjunto da classe trabalhadora), atesta apenas um aspecto de seus limites, todavia, melhor ilustra a condição perversa de subalternidade que impõe aos sujeitos-trabalhadores-familiares, pois é no interior deste mesmo modo de produção que estes sujeitos *criam e recriam* formas de sobreviver neste ciclo de *destituição de identidades*²⁴.

É desta forma que o processo de socialização em nossas sociedades (ocidentais e de tradição judaico-cristã), desde fins de século XV tem se estruturado²⁵.

Os brinquedos que são dados às crianças, quase sempre significam uma miniaturização do mundo adulto. As tradicionais bonecas, panelinhas e

²⁴ Referimo-nos ao termo destituição de identidades, entendendo que ao separar radicalmente o ser que produz, do produto de seu trabalho, e ainda, submetê-lo a um conjunto de determinações (ideológicas, políticas, econômicas, culturais e etc.) que em última análise levam à inserção passiva destes sujeitos ao universo produtivo, sua identidade constituída no processo de socialização do sujeito-trabalhador-familiar que poderia ser edificada de maneira “livre” é subvertida pelos padrões burgueses e no lugar da liberdade são colocados novos valores culturais, novas expectativas, novas epistemologias e porque não dizer “ontologias subvertidas”, legitimadoras, coniventes com a dominação. Há um interessante capítulo do livro *Mundo dos Homens: trabalho e ser social* de Sergio Lessa (São Paulo, Boitempo, 2003) sobre a questão liberdade em Marx; sugerimos a consulta.

²⁵ De maneira a reafirmar a reprodução deste modo de produção. Neste caso, a sociabilidade infantil é especialmente emblemática. Ver ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

fogõezinhos para as meninas e os carrinhos, pipas e piões para os meninos, que já refletiam em certa medida uma preparação para o mundo adulto, são gradativamente substituídos pelas diversões tecnológicas. Os jogos eletrônicos comuns aos dois gêneros simulam mais realmente o cotidiano de um escritório, a vida do *homem e da mulher de negócios* e seu trânsito pelo mercado de capitais. Calculadoras, celulares, laptops, ocupam o lugar da boneca e do carrinho. Esses padrões direcionam a *conduta* e se atrelam as maneiras como os indivíduos são acolhidos na sociedade, cindida entre o universo daquilo que somos e o universo daquilo que fazemos (e possuímos materialmente). Os pais e avós, como referem Carlos e dona Carmem, afirmam a necessidade de acompanhar as mudanças tecnológicas, pois essas passam a fazer parte da vida dos jovens:

Quando a Sandra era pequena, ela brincava de patins e outras coisas ligadas ao esporte. Hoje que ela curte essas coisas mais eletrônicas. Computador essas coisas. Mesmo assim, ela não é muito fanática por isso. Mas a mulecada hoje, acredito eu, que não vive sem essas coisas de tecnologia.

(depoimento de Carlos)

As crianças hoje estão muito mais espertas do que no meu tempo. Tem a televisão, tem computador, tem tudo.

(depoimento de Dona Carmem)

Os jovens também reafirmam a mudança, mas para estes se trata de uma mudança permanente, irreversível.

Hoje em dia não tem como, se a pessoa não souber mexer com computador, tá fora. E tem que começar desde cedo, porque senão não acompanha as mudanças.

(depoimento de Sandra)

As três gerações analisam como inevitável a incorporação de novas tecnologias aos processos socializadores. Por outro lado, por mais que as crianças (e seus pais) se esforcem em tornar suas brincadeiras cada vez mais próximas da vida

adulta, nós, os adultos, não conseguimos tirar-lhes um dos melhores elementos da infância: a aprendizagem primitiva e, portanto “lúdica” do controle metabólico de si com o meio social e natural.

Por isso, as crianças (e também escravos africanos e índios com seus específicos modos de vida livre, resguardadas as devidas proporções) nos dão o melhor exemplo de que na totalidade da vida cotidiana, não há cisão entre o ato criativo (produtor de novas coisas) e o ato lúdico (que transmite o prazer ao ato criativo e lhe atribui sentidos e plenos significados). A alienação do cotidiano²⁶ que cinde e fragmenta as ações recíprocas é, pois uma construção social. A separação entre o mundo privado (do âmbito doméstico) e o mundo público (relacionado ao trabalho) é elemento central deste constructo histórico, pois nas formas primeiras de socialização e sociabilidade esta cisão é pouco ou quase nada representada aos sujeitos²⁷. É o mundo do trabalho (e seu central universo produtivo), consolidando novas formas de interação social.

No Brasil, os modos de organização social precedentes a sua formação enquanto nação capitalista auxiliam no esclarecimento de suas condições sócio-econômicas posteriores²⁸, porém é a partir dos marcos do descobrimento, num contexto de

²⁶ Indicamos quatro estudos sobre a questão do cotidiano: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970; NETTO e CARVALHO, José Paulo e M.C. Brant. *Cotidiano conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000; PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003 e MARTINS, Jose de Souza. *Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

²⁷ Para a criança, passa despercebido que as atividades e relações sociais da totalidade sua vida, tenham fronteiras rigidamente demarcadas. A idéia de que no espaço doméstico, as relações e atividades que ali ocorrem tem de ser diferenciadas das relações e ações que acontecem no espaço público (socialmente determinado). Embora as mudanças nos modos de educação e criação dos filhos apontem para a definição da assimilação destas fronteiras cada vez mais cedo, atendendo a necessidade da reestruturação do capital, cada vez mais dinâmico. Assim, o trabalho e a família aparecem desde o início da história do mundo civilizado como as principais categorias responsáveis pela condução dos coletivos humanos nas suas construções simbólicas e materiais. O primeiro como esfera fundacional do ser social e o segundo como importante mediação desta. (deste tema trataremos com maiores detalhes no item 1.2).

²⁸ Sendo este o foco desta nossa discussão inicial. Não trataremos de aprofundar aspectos dessa formação sócio-econômica, multicultural e multiracial. Aqui tais referências se fazem necessárias para complementar nossa abordagem do sujeito trabalhador-familiar contemporâneo que se expressa como síntese de um processo plurissecular, multideterminado e que carrega consigo as marcas das formas de sociabilidade de seu povo. Detalhes sobre o período pré-capitalista brasileiro e sua posterior colonização podem ser encontrados em: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2004; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983. KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. FREYRE, Gilberto. *Casa*

capitalismo mercantil que suas peculiaridades atuais são percebidas. E de lá para cá, tornou-se difícil estabelecer rígidas fronteiras entre os estudos e as narrativas que tratam da família brasileira sem entendê-la em relação as suas formas diversas de organizar-se para o trabalho, seja o trabalho e a ontologia do ser social, seja o trabalho produtor de mais-valia²⁹.

Na formação do Brasil, aos índios e aos negros foram impostas novas formas de relações sociais, prevalecendo a perspectiva dominante da colonização redimensionando o tripé de sustentação da sociedade: família-trabalho e relações sociais. Com a influência européia, essa *mistura* em nossa origem, enquanto povo, condicionou aquilo que hoje somos e interfere até na maneira como nos relacionamos com outros povos do mundo.

Hirata (1986, 1999 e 2002) em seus estudos sobre reestruturação produtiva no Brasil, Europa e Japão, refere que a perspectiva dominante da extração exaustiva da força de trabalho como suposto à acumulação é semelhante em todos os lugares pesquisados, todavia, os operários europeus e japoneses, quando submetidos a altíssimos níveis de exploração passam a expressar-se sobre seu trabalho de maneira pesarosa, e, as possibilidades de ruptura com tal pesar passam pelo imaginário do operário de forma próxima à estratégias revolucionárias. Por outro lado, os operários brasileiros têm se aperfeiçoado na *via negociada* (Blass, 2002) ao mesmo tempo em que não visualizam de imediato, possibilidades de sobrevivência fora do mercado instituído e o fazem com *alegria e esperança*. O que podemos observar nesta narrativa de Carlos e em outras transcritas ao longo deste estudo.

Grande e Senzala. *A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1998 e em toda obra de Caio Prado Jr.

²⁹ Importante distinção a ser feita pois esclarece a maneira como nos referimos ao trabalho nesse estudo.

Se ficar desempregado o que eu vou fazer? Procurar emprego. O ideal seria voltar a ter um negócio próprio, mas eu já tive e vi que não é fácil. Dá mais trabalho do que ser empregado. Eu acredito que o funcionário hoje tem que ter capacidade de negociação. Se o cara sabe negociar, ele se dá bem. Porque não adianta mais ficar batendo de frente, não resolve. Tem que negociar, articular...

Ambas maneiras de se referir ao trabalho – seja a percepção da exploração, apontada por Hirata, seja no *autodespotismo*, conforme o depoimento e as pesquisas de Blass -, estão intimamente ligadas ao grau de identificação do trabalho ao trabalho fetichizado, produtor de mais-valia; ao caráter alienante, alienado e alienador decorrente da condição do trabalho tornado mercadoria e a poderosa contribuição de um arranjo teórico-doutrinário (dos estratos dominantes) no sentido da manutenção da ordem via *adestramento* da classe trabalhadora realizado de maneira diferente entre os países de tradição judaico-cristã e os países do oriente.

Isto significa dizer que a aceitação por parte do trabalhador expropriado dos meios e modos de trabalho sobre sua condição de subalternidade ocorre não só pelas inflexões dadas pela mediação do capital nessa relação, nos aspectos econômicos, mas também pela difusão da idéia de que o trabalho para tornar-se válido tem que ser árduo, reforçando o lugar do assalariamento (ou das diversas formas de ocupação) na reprodução material da vida. Diferente do que acontece nas sociedades indígenas e na socialização primária de nossas crianças, como dissemos antes. Em outras palavras, podemos dizer que são várias as determinações que configuram as expressões da alienação e estranhamento do trabalho³⁰, e, que para entender tais expressões faz-se necessário apreender o movimento e o momento histórico a que nos referimos e as mediações que perpassam suas contradições. Assim refutamos a idéia de entender as experiências sociais dos sujeitos trabalhadores-familiares através de uma análise

³⁰ *A classe trabalhadora hoje é mais ampla do que o proletariado industrial do século XIX, e o proletariado industrial moderno se constitui no núcleo dos assalariados.* Ricardo Antunes em entrevista á Revista PUC VIVA, s/d.

monolítica ou como se estes sujeitos se constituíssem em um bloco homogêneo, ainda que representem uma perspectiva de classe.

No caso do povo brasileiro, poderíamos levantar a hipótese de que a alienação do trabalho no Brasil e a construção da idéia de cisão entre o fazer e o realizar-se sócio-coletivamente pelo trabalho, leva à prevalência da resolução dos conflitos de classe pela via negocial³¹, uma vez que os trabalhadores estão submetidos a essa lógica e não visualizam ou visualizam poucas possibilidades de realização individual fora do mercado instituído. O intercâmbio de mercadorias coloca-se como forma basilar de sustentabilidade de nossas relações de produção. As relações sociais derivadas deste intercâmbio modificam-se e alteram-se conforme o grau de propriedade dos indivíduos sobre os bens que produzem, mas também sobre os bens que consomem. Carlos nos disse em um de seus depoimentos como entende essa relação de propriedade com os meios e modos necessários á produção e também a maneira como estes configuram as relações que devem permear o âmbito da reprodução social, reprodução da própria vida:

A pior experiência foi quando fui vendedor [...] Eu não sei se o problema era a Ornari [loja de móveis] ou se todas as lojas são assim, mas vender coisas dos outros, cara, é a pior coisa que tem. Prefiro vender o que é meu do que vender para os outros. Mas como não tenho nada para vender, tenho que trabalhar mesmo. Não tem jeito, você pensa o que, mesmo esses caras ricassos tem que trabalhar pra caramba. Quando tinha a marcenaria, eu ralava pra caramba. Ganhava dinheiro, mas ralava. Não tem outro jeito. E, tem que trabalhar na boa, no meu caso, principalmente porque eu gostava do que eu fazia, aliás eu gosto do que eu faço.

O atrelamento da produção e reprodução social à organização própria do capitalismo afastaria do horizonte político destes sujeitos a perspectiva revolucionária, diferenciando-os dos europeus e japoneses? É compreensível que

³¹ E há ainda um processo histórico de modernização conservadora que desde o início de nossa história tem inviabilizado a construção de uma cultura revolucionária.

a perspectiva revolucionária no Brasil ainda seja um processo em construção a partir da análise de nossa história e da constituição de uma *identidade nacional* recente, porém não é o suficiente para afirmar a ausência de uma possibilidade de ruptura radical, pela via revolucionária, quando o trabalho se reafirma central pela fala dos sujeitos e nem mesmo os padrões funcionais que estabelecem nas relações familiares, afastaria tal possibilidade. Além disso, não são poucos os brasileiros, que como Carlos, afirmam gostar do que fazem aumentando suas possibilidades na execução de suas funções.

Na gênese de nossa história contemporânea, em se tratando da população indígena, por exemplo, não podemos negar que houve contatos e vínculos com os portugueses estabelecidos primitivamente pela troca barganhada (o escambo). Ainda que dizimados pelos colonizadores, há momentos em que foram trocados adereços portugueses por ouro e madeira-de-lei, estabelecendo uma espécie de interação “amigável”. Um princípio, em tese, de nossa cultura negocial.

Portanto, a idéia do trabalho como “fardo que se carrega” em vistas à redenção futura³² também inclui a negociação (passiva por parte do trabalhador) como constituinte dos procedimentos necessários à transição para o divino. É mais um elemento que garante a manutenção da ordem e cria a ilusão de que todos saem “ganhando”, ocultando a desigualdade nas relações, cuja origem nos remete a colonização.

Desta maneira, num estudo preocupado em desvendar as conexões existentes entre arranjos familiares e as transformações no universo produtivo, consideramos que o posicionamento do sujeito trabalhador-familiar brasileiro frente ao trabalho e a família incorpora um legado sócio-histórico específico. Legado que se refere as relações pré-modernas de seus povos constituintes sem a mediação do capital.

³² Nos relatos bíblicos do cristianismo, Jesus Cristo morreu crucificado derramando seu sangue para redimir a humanidade de seus pecados e assim os homens poderem alcançar o reino dos céus. Da mesma forma, os operários (pecadores) devem derramar seu sangue (simbolicamente através do suor do seu rosto) durante o trabalho como pressuposto para serem redimidos.

Este legado será incorporado às relações sociais desses povos a partir da interlocução pela dominação do colonizador. Todavia, tal incorporação não será capaz de destruir completamente, o que numa justificada digressão, poderíamos chamar de *inconsciente coletivo*, sob o qual residiria a idéia do trabalho como atividade humano genérica³³.

Ainda a título de exploração especulativa sobre nossas origens com vistas a análise de nossos legados *identitários*, Dias & Gambini (1999) afirmam que o cristão europeu não foi capaz de reconhecer que nos indígenas (e posteriormente também nos negros) havia uma subjetividade. E que reconhecer nos dias atuais que na constituição do Brasil há que se considerar a mitologização da história (como forma de incluir as manifestações subjetivas da identidade indígena e negra) é também psicologizá-la, como forma de garantir um novo patamar de fidelidade as narrativas sobre nossas origens³⁴.

Tese polêmica, mas que, grosso modo, ajudaria a entender porque o colonizador ao encontrar *sociedades estabelecidas, culturas arraigadíssimas, uma variedade impressionante de línguas, quer dizer, sistemas mitológicos, religiosos, culturais e lingüísticos, toda uma organização de vida funcionando...* (idem, p.19) teria ficado tão incomodado:

³³ Isto se quisermos traçar um caminho interdisciplinar para explicar o que permanece no imaginário brasileiro desde sua “fundação como povo brasileiro”, pois no próximo item, a abordagem sobre a constituição do ser social se referirá ao que permanece neste imaginário do sujeito trabalhador-familiar como algo inerente a natureza humana que é o seu metabolismo com a natureza, esclarecendo a distinção entre as formas de trabalho. O termo inconsciente coletivo, embora ilustrativo, será substituído pela categoria “memória”. É a maneira que consideramos mais adequada de se referir as particularizações expressas nas falas e comportamentos dos sujeitos da pesquisa, aproximando-os do pesquisador e desobrigando-os de tecer referências mais longínquas do que aquelas que suas memórias lhes permitem.

³⁴ Vale esclarecer que incluímos esta referência não para abrir caminhos às análises subjetivistas tão comuns atualmente nos estudos acadêmicos-científicos, mas para explicitar que de acordo com nossos referenciais teóricos, a base material da vida pressupõe a subjetividade dos sujeitos e dos processos sociais. Não existe para nós, objetividade sem subjetividade e vice-versa.

*Ora, na vida indígena nunca houve separação abrupta entre o trabalho e o lazer... Quem tem oportunidade de ver índios trabalhando no sistema deles, pode ver que o trabalho é alegre porque eles estão juntos. O mero fato de estar todo mundo junto cria alegria. Eles fazem piada enquanto trabalham, riem, conversam, brincam. Tanto que, quando o branco chega, ele diz que o índio é preguiçoso, diz que o índio não trabalha. Na cabeça do branco, aquilo não é trabalhar, porque é um trabalho com Eros, é um trabalho lúdico. É um *faber ludens*.*

Se o contato entre branco e índio dá origem ao processo de miscigenação e constituição da raça e subsume o *faber ludens* ao *trippalluim*, Darcy Ribeiro refere que é com o negro que se inicia a *civilização brasileira*. (ibidem, p. 63).

Civilização essa cuja origem é marcada por um processo de destruição e negação.

Dois civilizações se juntam, mas uma nega a outra. Isso para mim é a marca da origem. Os índios são objeto da primeira negação. Mas logo em seguida vem a segunda, que é a negação do negro, com a diferença de que ele (o negro) é a força de trabalho que mais produziu mais-valia (idem, p. 63).

E, além disso, acrescentam os autores que o negro acaba por ser reconhecido como construtor da economia brasileira. Agüentava a penúria do trabalho forçado, ao contrário do índio. Nesse processo, naturalizou-se a escravidão racial, pois, para construir um país era necessário *construir feitorias, igrejas, abrir estradas, fazer aldeias, cortar pau-brasil, plantar cana-de-açúcar, etc.* A importância de negros e índios na construção de uma identidade brasileira foi circunscrita a “contribuição” material, pois sua humanidade lhes foi negada.

O reconhecimento de que a subjetividade dos negros poderia ser manifestada começa após a assinatura da Lei Áurea (1888) e até os dias atuais não extrapola os limites da dominação de classe. Isto é, a subjetividade dos negros é mostrada quando se mostram seus feitos folclóricos.

O negro aparece como algo folclórico, para mostrar a cara do Brasil na hora em que se fotografam os negros na Bahia, os carregadores do cais, os praticantes da capoeira, os pescadores, as baianas, a beleza negra, como que dizendo: “Olha que interessante, o Brasil tem um pouco de África, tem a música, tem a religião, tem a comida”. Mas é só isso! Quando vai-se falar das realizações do brasileiro, da parte cultivada da “alma brasileira” não é para eles que se volta o olhar. (ibidem, p. 68).

É claramente perceptível a negação do processo de síntese, um óbice a aceitação de que brasileiro genérico é “o brasileiro” específico (hipótese que levantamos anteriormente). Até mesmo porque estamos lidando com a esfera da cultura. Nos casos de dominação, tornar-se independente econômica e politicamente pode ser até mais fácil e rápido, devido a seu elevado grau de pragmatismo. O que com a cultura seria diferente.

Um dos obstáculos da identidade nacional tem sido justamente a herança colonial, pois é sabido que a colonização trata com desigualdade as culturas. (Lucas, 2002: 29).

O processo de negação da humanidade de negros e índios estratificou as diferentes culturas ao mesmo tempo em que cria uma tolerância legalizada. Tolerância essa que por ser imposta, alterna períodos de crise e explode de tempos em tempos, manifestada também no mercado de trabalho ou no mundo familiar como sugere Carlos:

O desemprego hoje é uma realidade que todo mundo tem que encarar. O difícil é ter que lidar com o desemprego e ainda estar numa condição que as pessoas tem preconceito. Se o cara é negro, se é mulher, homossexual, ou qualquer coisa do tipo é lógico que fica mais difícil, mas as pessoas tem que enfrentar, senão não muda a realidade.

Estes elementos intrínsecos a nossa própria existência passam despercebidos devido a despolitização do cotidiano invocada pela pós-modernidade e se reflete nas condições objetivas de sobrevivência quando ao movimentar-se pelo mercado

de trabalho, os sujeitos tem de carregar consigo as marcas de sua subjetividade, por vezes, incompatíveis com os padrões estabelecidos pela dinâmica entre as classes, raças e sexo. Carlos aponta neste depoimento, a força do elemento cultural herdado, cuja necessidade de sobrevivência lhe impõe, sem contudo ser aceito como próprio da dinâmica de classes.

Quando a marcenaria quebrou, fiquei sendo sustentado pela esposa, cara, é foda. A Márcia é super gente boa nesse sentido, mas não é legal, afinal a gente não foi criado para ser sustentado por mulher. Hoje em dia não tem muito disso, mas naquele tempo...

Amparados por nossas convicções teóricas, que aparecem cada vez mais fortes reforçadas pela pesquisa, jamais entenderíamos a particularidade do sujeito trabalhador-familiar como algo autônomo e independente da história e seu movimento. Os “determinismos” universais e singulares em interação constante plasman tais manifestações particulares que ancoram de maneira mais segura nosso objeto de estudo. Em se tratando de sujeitos trabalhadores-familiares brasileiros, a constituição sui-generis de uma *raça brasillis* mostrou-se como exigência primordial ao prosseguir de nossos estudos.

E, isto feito, ainda que consideremos a herança colonial como constituinte de nossa formação histórica, outros aspectos destas “determinações” devem ser considerados para que não recortemos da realidade suas principais mediações. Referimo-nos a constituição específica do sujeito trabalhador-familiar enquanto membro de classe e num processo de interação entre-classes nas sociedades modernas e contemporâneas.

1.2. Construtos paradigmáticos da modernidade

“a dificuldade consiste em que é preciso mostrar que os fragmentos não se dispersam e não se isolam, mas convergem num projeto de transformação do mundo. Esse projeto, se liga a um trabalho sobre o pensamento de Marx, trabalho que de um lado busca restituir esse pensamento à sua integralidade e que de outro lado busca prolongá-lo e desenvolvê-lo em função do que há de novo depois de um século no mundo moderno”

Carta de Henri Lefebvre a José de Souza Martins.

A seguinte estória circulava na internet: Um grupo de cientistas colocou cinco macacos numa jaula, em cujo centro puseram uma escada e, sobre ela um cacho de bananas. Quando um macaco subia a escada para apanhar as bananas, os cientistas lançavam um jato de água fria nos que estavam no chão. Depois de certo tempo, quando um macaco ia subir a escada, os outros enchiam-no de pancadas. Passado mais algum tempo, nenhum macaco subia mais a escada, apesar da tentação das bananas. Então, os cientistas substituíram um dos cinco macacos. A primeira coisa que ele fez foi subir a escada, dela sendo rapidamente retirado pelos outros, que o surraram. Depois de algumas surras, o novo integrante do grupo não mais subia a escada. Um segundo foi substituído, e o mesmo ocorreu, tendo o primeiro substituto participado, com entusiasmo, da surra ao novato. Um terceiro foi trocado, e repetiu-se o fato. Um quarto e, finalmente, o último dos veteranos foi substituído. Os cientistas ficaram, então, com um grupo de cinco macacos que, mesmo nunca tendo tomado banho frio, continuavam batendo naquele que tentasse chegar às bananas. Se fosse possível perguntar a algum deles porque batiam em quem tentasse subir a escada, com certeza a resposta seria: “Não sei, as coisas sempre foram assim por aqui”.

Esta estória nos auxilia pensar, não no fim dos paradigmas da modernidade, já que nos ilustra a maneira como nascem paradigmas, mas ao contrário, como estes contribuíram com a humanidade para o desvendar do real, perguntando pelas causas das coisas primeiras e como nós seres humanos, os subvertermos apropriando-nos indevidamente da vida, da liberdade e do conhecimento humano com intuito da dominação e da acumulação, nos atendo as manifestações presentes do real. Deve-se perguntar pela origem da dominação, da desigualdade, da alienação do trabalho e da família.

O paradigma em questão em nosso estudo é o paradigma do trabalho fetichizado, que assim como os macacos da estória, a maior parte de nossos sujeitos pesquisados referiram desconhecer a possibilidade do trabalho como categoria ontológico-fundante do ser social — e, portanto, como mediação ineliminável da existência humana (Lessa, 2002:34). O trabalho tornado mercadoria (fetichizado) é a possibilidade viável de garantia de subsistência. Foi assim desde os remotos tempos, ou pelo menos até o alcance permitido pelas suas memórias. O que significa dizer que o momento histórico em que vivem os sujeitos exerce influência considerável na formação de sua consciência. A continuidade do modo de produção capitalista, mesmo apresentado de maneiras diferenciadas nas crises, faz a identificação do trabalho ao trabalho assalariado e agora na forma financeira identificado as variadas formas de ocupação, atravessar as diferentes gerações. Parece, então, solidificar o paradigma de seu fetiche e estranhamento:

Pra que serve o trabalho senão pra ganhar dinheiro? Todo mundo quer lucro, meu, as pessoas dizem que não, mas no fundo todo mundo quer lucrar.

(depoimento de Carlos)

Não sei ainda que profissão vou querer, mas se puder fazer algo que eu goste e ao mesmo tempo algo que me de dinheiro, melhor.

(depoimento de Sandra)

A vida tem essas oscilações, já teve época que eu ganhei muita grana e época que não comia um pastel na feira porque não tinha dinheiro pra comprar dois. Ninguém gosta de ficar sem dinheiro, se possível sobrando pra fazer algumas coisas além do estritamente necessário.

(depoimento de Carlos)

Construções possíveis somente pelo fato dos sujeitos viverem em um tipo específico de sociedade, cujo pilar de sustentação é a propriedade privada atrelada a obtenção de lucros crescentes, colocando-os como protagonistas das dinâmicas de concorrência do mercado. As construções teóricas da modernidade se ocuparam em explicar o conjunto dessas relações. Ou seja, como refere Carlos, não basta saber que o fim último do trabalho é o atendimento das necessidades humanas pelo assalariamento, essa relação tem que também possibilitar a aquisição de *excedente* que outrora poderia ser em *produtos*, mas atualmente só é válido se for em *moeda*, reafirmando o princípio fundamental da mais-valia³⁵.

A chamada *Era Moderna* inaugurada com o *renascer* e a *ilustração das idéias* talvez tenha sido o período mais fecundo da história da humanidade. Foram tantas as descobertas, que até hoje designamos *moderno* algo que nos parece inovador, arrojado ou que subverte padrões anteriores. Nesta *Era* foram edificadas explicações das mais variadas ordens para os fenômenos humanos e sociais.

Uma dessas explicações, um complexo esquema de relações, imortalizado por Karl Marx tornou-se um paradigma da modernidade. De acordo com esta esquematização teórica e política, a totalidade da vida social, onde residem os sujeitos, é composta por um “complexo” de mediações, onde o trabalho é apenas um de seus aspectos. Lukács, ao resgatar o legado de Marx em sua *Ontologia* considera que o trabalho é o que humaniza o homem, isto é, é o que o retira da condição de ser meramente biológico. Este ato (de trabalho) se dá pela

³⁵ A obra fundamental que esclarece a questão é o texto: Salário, preço e lucro de Karl Marx (1844).

necessidade de sobrevivência do homem, provocando uma interação inevitável com a natureza, o que pressupõe relações dos homens entre si. Essa é uma condição imanente do gênero humano diferente daquela condicionada por interesses particularizados na apropriação indébita dos excedentes da produção deste mesmo trabalho coletivo e socialmente combinado, como a história da sociedade humana tem demonstrado.

Esta distinção é importante e nunca demais repetida, pois nossos sujeitos-narradores, denotam desconhecer a possibilidade emancipatória do trabalho e a ontologia do ser de um lado, mas por outro lado manifestam sua condição humana negando o atendimento de suas necessidades por outras maneiras que não pelo trabalho genérico.

Uma pessoa que não faz nada da vida, duvido que possa ser uma pessoa feliz.

(depoimento de Carlos)

Eu vou à casa da minha filha, vou ao supermercado, cuido da casa. Faço um montão de coisas. Fiquei muito tempo parada, tava me dando problema de saúde. Por isso hoje faço até yoga.

(depoimento de Dona Carmem)

Em outras palavras, a mediação do capital nos processos de trabalho solidificou a centralidade cotidiana do emprego — a forma socialmente determinada de trabalho nas sociedades capitalistas — porém não eliminou — em especial no âmbito do trabalho vivo — a sua vinculação ao ser social evidenciando a ontologia.

Acho que vão me exonerar da prefeitura. Se ficar desempregado agora, vou tirar um tempo pra resolver umas coisas minhas, mas eu já conversei com uns amigos, fiz uns contatos porque, meu, não dá pra ficar parado não.

(depoimento de Carlos)

Me preocupa se o Eduardo ficar desempregado. É claro que a gente supera, mas a sensação do desemprego é muito ruim, não precisa muito, o suficiente pra sobreviver.

(depoimento de Dona Carmem)

Tem que ter um emprego, senão alguma coisa pra fazer pra pessoa se sentir viva. Tem que fazer alguma coisa.

(depoimento de Sandra)

As falas se referem ao trabalho que no cotidiano se torna produtor de mais-valia, mas o que gostaríamos de chamar a atenção é que há falas que dão centralidade não a acumulação, mas sim à sobrevivência ou a dimensão lúdica da atividade que transforma o meio e ao ser que a realiza ao mesmo tempo³⁶. Ademais, este aspecto observado possui um nítido recorte de classe, pois observamos que quanto mais “pobre” (no sentido da privação e a falta de acesso a bens materiais) o sujeito, maior a preocupação com a sobrevivência. Fato este que reafirma a centralidade do trabalho (como necessidade) e do emprego (como forma determinada de trabalho)³⁷.

Para Teixeira (1995), interpretado por Lessa (2002:28), não se trata do desaparecimento do trabalho concreto, mas a explicação reside no fato de que o

³⁶ No capítulo três, quando Dona Carmem se refere a atividade que exercia como professora de piano, salta aos olhos a maneira como esta desvincula o seu ato de trabalho à relação de assalariamento ou qualquer outra forma de trabalho que significasse uma *não propriedade* do produto de seu trabalho para ela mesma. As duas formas de trabalho aparecem na mesma totalidade. Trataremos desta distinção neste capítulo com maior detalhes teóricos e no capítulo três com explicitações empíricas, pois neste os depoimentos são melhor explorados.

³⁷ Esta identificação do trabalho como necessidade e do emprego como forma tem causado muita controvérsia nas áreas que estudam o trabalho. Por isso, utilizando a argumentação de Lessa (2002), faremos a distinção entre a centralidade ontológica do trabalho, a centralidade cotidiana do emprego e a centralidade política da classe trabalhadora.

trabalho concreto é subsumido pelo trabalho abstrato (produtivo e improdutivo), que passa a ser a forma de realização alienada do trabalho concreto.

...Hoje com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participaram de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea. (Lessa, 2002:28).

O próprio autor insiste repetidas vezes, e nós também frisamos, que não se pode confundir as duas formas de trabalho, ainda que elas estejam imbricadas na totalidade da vida social.

O trabalho abstrato é a relação social na qual é produzida mais-valia. Nesse sentido, todas as atividades humanas produtoras de mais-valia são trabalho no sentido de trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, é o conjunto das relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. (idem, 30).

Outro aspecto importante e esclarecedor dessa diferença, mas também de suas relações é que na materialização das formas distintas de trabalho devem estar relacionadas teleologia e causalidade, particularizando os processos de trabalho

de maneiras semelhantes. Evidencia-se a interferência direta do trabalho (neste sentido como ato humano) na sociabilidade do homem, condicionando em grande medida seu processo de reprodução social, onde uma importante mediação é a *transmissão*³⁸ à família e a seus pares no convívio imediato e mediato.

Contudo, a objetivação pode na totalidade nos “pregar algumas peças”. Lessa afirma que a distinção entre as funções sociais do trabalho e do trabalho abstrato não implica necessariamente que estes exibam formas diferenciadas no cotidiano³⁹. Fato esse que exige redobrada atenção na abstração teórica para que não caiamos na armadilha de desconsiderar a distinção ontológica entre as duas categorias. Essa armadilha parece estar no centro dos estudos contemporâneos que privilegiam o presente por meio de recursos aos *subjettivismos*. Ora, se a objetivação – transformação teleologicamente orientada do real – se anula nas análises, teremos de um lado, um retorno ao idealismo hegeliano ou ao kantismo ou partiríamos de vez ao irracionalismo deixando de nos perguntar pelo fundamento último da existência social. É pautado nestes equívocos que o “trabalho produtor de mais valia” tem se tornado a grande saída para os problemas do desenvolvimento econômico. As famílias referem: “emprego é tudo!”. Os

³⁸ Dois importantes trabalhos que tratam também da categoria de transmissão merecem ser citados aqui. O primeiro é o conhecido trabalho de Ecléa Bosi sobre a memória de gerações mais velhas intitulado *Lembranças de Velhos Memória e Sociedade* (São Paulo, T.A. Queiroz, 1979) e o outro é um estudo desenvolvido por VITALE, Maria Amália Faller, sob o título *As transformações da família: uma análise em três gerações*. In *Terapia Familiar no Brasil: estado da arte*, Anais, 2000.

³⁹ “ ‘Um trabalho de idêntico conteúdo pode ser, portanto, produtivo e improdutivo’ ”. Ainda que exemplos sejam sempre metodologicamente problemáticos neste contexto, pois nenhum ato de trabalho singular existe fora da universalidade do processo de trabalho social como um todo (e, portanto, em suas singularidades os casos pontuais não raro possuem particularidades que podem ser, dialeticamente, aparentemente o oposto do exemplo pretendido), um exemplo talvez possa aqui ser esclarecedor. Pensemos no processo de construção de uma casa e desconsideremos o fato de ser ela um elo da reprodução ampliada de capital à medida que o seu construtor compra cimento, tijolos, ferro etc.; ou seja, desconsideremos o fato de que nem todo o trabalho plasmado na casa seja diretamente resultante da atividade de quem a construiu. Se a pessoa que constrói a casa, tal como ocorre nos infinitos casos de “autoconstrução” em nossas cidades, vai nela habitar, sua relação com a moradia construída é a do consumo de um valor de uso. Contudo, essa mesma moradia, se algum tempo depois for colocada à venda, passa a ter sua relação com quem a construiu como mero valor de troca, passa a ser mensurada a partir do tempo de trabalho socialmente necessário nela plasmado. A diferença qualitativa entre essas duas relações pode ser percebida praticamente: com o mesmo material e o desenvolvimento das forças produtivas, uma casa construída como valor de uso é na maior parte das vezes muito melhor que aquela produzida como valor de troca. Cotidianamente esse fato é reconhecido quando afirmamos que o pedreiro, ao fazer a casa para si mesmo, é muito mais “caprichoso” do que quando vende sua força de trabalho para outrem. Portanto: um mesmo ato de trabalho pode ser, em um dado momento, trabalho e, em outro trabalho abstrato. Não há um abismo nas relações sociais que articulam prática e cotidianamente essas duas categorias (Lessa, 2002:31).

programas de transferência monetária exigem como contrapartida a “qualificação para o trabalho” e a conversão da renda mínima em atos produtivos [o empreendedorismo]. *Em qualquer dos casos [do idealismo ou irracionalismo], está sepultada a possibilidade da crítica radical, revolucionária, do mundo em que vivemos* (idem, 33). A aceitação passiva de nosso *status quo* social obsta também a crítica (revolucionária) através da responsabilização dos indivíduos pelos processos históricos e a transmissão se encarrega de viabilizar a permanência do pensamento. Notemos pelos depoimentos de pai e filha que o processo de transmissão do idealismo ou mesmo do irracionalismo depende também da maneira como os indivíduos estabelecem a intensidade de seus vínculos com a ideologia e a consciência de classe.

Lá na escola sempre tem aqueles que não querem saber muito de estudar, sempre tem, em todo lugar tem. Mas não adianta muito, dizem que está difícil com estudo, imagina sem.

(depoimento de Sandra)

Eu acho que o Brasil tá tomando um rumo. O problema é que os caras, são muito impacientes, querem que tudo se resolva como num passe de mágica. Dizem que não tá gerando emprego, mas tá sim, o governo [Lula] tá fazendo a parte dele, mas o povo quer tudo na mão

(depoimento de Carlos)

Por esse motivo nossas preocupações consistiram desde o início do estudo, em considerar o trabalho como categoria fundante, pois, é dele que novas formas de sociabilidade – sem o domínio do capital – decorrem, ainda que num processo parcializado e indireto. E como não se trata da criação de uma categoria [trabalho] *metafísica*, a transmissão terá um papel decisivo na construção de um novo modo

de vida. Seja para as famílias no cotidiano seja na prospecção de uma nova ordem societária.

Assim, a passagem da centralidade ontológica do trabalho para a esfera da política, onde estariam os sujeitos trabalhadores-familiares, não acontece de maneira automática.

[...] Entre o trabalho enquanto categoria fundante e a esfera da política e da luta de classes, se interpõe a totalidade social, o conjunto das relações sociais [...] É certo então que à totalidade social cabe o papel da mediação concreta entre o desenvolvimento econômico e o desdobramento categorial de todos os outros complexos sociais parciais – inclusive a estruturação particularizadora de cada forma historicamente concreta de trabalho (ibidem, 35).

E aos processos econômicos cabe a produção histórica do sentido da reprodução social. A família nesse sentido preciso ocuparia papel fundamental no âmbito da sobrevivência material e da reprodução social. A inserção dos sujeitos do grupo definiria suas condições de existência e nele [a família] se articulariam *as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho (Alencar, 2004).*

Lembro que quando eu fiquei desempregado, depois da marcenaria, todo mundo ajudou, neste ponto foi bom. Até porque quando eu assumi a marcenaria do meu sogro ele saiu fora e eu que ajudava ele. Ele pedia uma grana, eu dava as vezes mais do que ele pedia...

(depoimento de Carlos)

A tendência historicamente determinada é de que o ser social diminua cada vez mais o tempo utilizado nas atividades próprias para sua reprodução. As novas formas concretas do trabalho contemporâneo engendradas pela reestruturação produtiva particularizam um fenômeno mais geral. O emprego da força de trabalho utilizada no intercâmbio orgânico do homem com a natureza passa a ser diminuída com o desenvolvimento das forças produtivas, o que reafirma a centralidade ontológica do trabalho e libera os sujeitos para o “reino da liberdade” conforme anunciou Marx. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas criara as bases não só para o aparecimento do capitalismo como também as condições para sua perpetuação. Por outro lado, faz-se mister, considerar que com relação a totalidade, o trabalho no âmbito da reprodução da sociedade aparece como “processo”, isto é, o trabalho representa parcialmente a *totalidade de todos os atos de trabalho singulares dos indivíduos concretos*. Por isso que do ponto de vista metodológico *é absolutamente impossível a “verificação empírica” da veracidade da tese marxiano-lukacsiana do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens a partir de estudos de caso que abordem processos particulares de trabalho* (Lessa, 2002:39).

A trajetória familiar e/ou a sua construção histórica em relação ao todo social é difundida na porosidade dos processos sociais. E, como tal, circulam pela via de suas gerações um universo significativo de processos de trabalho particulares. O que constituiria nossas tentativas de considerar que:

a relação entre o trabalho e a totalidade social da qual faz parte é de tal ordem que todos os “processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço [...] podem ser considerados como diversas fases sucessivas do mesmo processo de trabalho”. Ou seja, a função que o trabalho exerce no interior da reprodução social, ele o faz enquanto um processo global, unitário, pois internamente contraditório (suas contradições internas são as mediações pelas quais, em suas inter-relações, se constitui a totalidade do processo de trabalho), e apenas nesta sua dimensão de totalidade exerce plenamente sua função de categoria fundante do mundo dos homens (idem).

A abordagem da família como mediação interativa com o todo social, fundada no trabalho como meio de sociabilidade, é uma perspectiva que tem sido esquecida pelos estudiosos do tema, mesmo os de orientação marxista, e, que carece ser resgatada, caso intentemos não abrir mão da perspectiva da emancipação societária. Arendt mostra que desde os tempos que assistiram nascer a era moderna, a ascendência da esfera social, que não mais separa rigorosamente o mundo público do privado, como antes faziam os gregos na *polis*, diluem as fronteiras entre estas e obstaculizam as possibilidades de superação de uma ordem societária pautada na exploração do homem pelo homem, pois concretiza a desigualdade, agora naturalizada no interior da família e atrelada visceralmente a organização da sociedade:

Em nosso entendimento, a linha divisória [entre público-político e privado-doméstico] é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca. O pensamento científico que corresponde a essa nova concepção já não é a ciência política, e sim a “economia social” ou, ainda a Volkswirtschaft, todas as quais indicam uma espécie de “administração doméstica coletiva”, o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada “nação” (2003, p. 37-38).

Assim, conclui a autora que no pensamento dos antigos, o próprio termo *economia política* aparece “deformado”, pois *o que fosse econômico relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição* (idem). Para os sujeitos, o trabalho desvencilhado de seu pesar torna-se possível quando as chamadas relações de trabalho parecem pautar-se em critérios de solidariedade, de sentimentos de pertencimento, semelhantes aos

patamares próprios da família, ainda que a finalidade de existência dos grupos de trabalho seja uma produção da qual não são donos. Neste caso, a idéia socialmente construída de família corrobora com a alienação do trabalho. Carlos, o único dos três sujeitos entrevistados que nos apresentou, por sua trajetória de vida, narrativas sobre o *desbravar* do mundo público, demonstra com esta fala, tal identidade :

Eu sempre gostei de trabalhar em lugar que tivesse um bom ambiente de trabalho. Lá em Habi [setor da prefeitura municipal de São Paulo], tínhamos uma turminha ali, que mesmo se desentendo de vez em quando o pessoal se curtia, era como uma família. Todo mundo gosta de trabalhar num local que é que nem família.

Assim, verificamos que a família entendida por seus próprios membros como *locus* de solidariedade e espaço típico ao exercício dos sentimentos de pertencimento, tende a ser reproduzida para espaços outros, por onde circulam os sujeitos.

Os diferentes discursos que se exprimem na família denotam a singularidade do mundo familiar na sociedade contemporânea: ele é ao mesmo tempo auto-referido e defensivo na sua construção do “nós” – nisto que constitui o mundo privado – e permanentemente influenciado pelo mundo exterior – público -, que lhe traz a inevitável dimensão do “outro” com a qual tem que lidar. Assim, a família constitui-se pela construção de [identidades] que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente, forçando a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o “nós” que a constitui necessariamente, mas também o “outro”, condição da existência do “nós”. Sem deixar entrar o mundo externo, confinando-se em si mesma, a família condena a si própria, num caminho circular, reiterativo e, nessa medida, mortífero (Sarti, 1999).

Por isso, a família; ainda que não se dê conta, é um sujeito político, e, ao protagonizar suas estratégias de sobrevivência, exerce funções políticas permeadas não só pelo mundo material e espiritual, como dito alhures, mas também por determinações de ordem psicológica relacional⁴⁰. Estas conferem ao ser social elementos singulares na externalização de sua particularidade.

A família, estando nessa condição *mixada* de *ente coletivizado* como aponta Arendt e tendo sua existência determinada pela existência do “outro” em relação constante, como refere Sarti, amplia nosso horizonte analítico, a medida em que tais construções históricas parecem reafirmar a centralidade do trabalho na realização do ser social que se transforma e é transformado, em direção oposta a sua aniquilação, que ocorreria no caso de seu total isolamento de relações sociais exógenas.

Os contextos oscilantes das conjunturas econômicas passam assim, do lugar de *simples pano de fundo* para o lugar de elementos contextualizadores das imbricações entre trabalho-família-totalidade social para o lugar de *agentes precursores das modificações entre as esferas elencadas*. Passar em revista, o ancoradouro conjuntural de crises políticas e econômicas explícitas e vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, ilumina o entendimento da argumentação acima. É a este exercício que nos dedicaremos a seguir.

⁴⁰ Vale lembrar que a dimensão psicológica relacional, também é constituinte do universo espiritual do ser social. Apenas quisemos dar-lhe destaque para tratar da dimensão política da família, que considera, ao contrário de outros sujeitos coletivos, a esfera psíquico-emocional de seus membros como central no evoluir do conjunto de suas relações.

Capítulo 2. Trabalho e Família: adversidades políticas e econômicas.

“O que diferencia decisivamente o marxismo da ciência burguesa não é a tese de um predomínio dos motivos econômicos na explicação da história, mas sim o ponto de vista da totalidade”.

Lukács.

Na história da sociedade humana, os contextos de crise econômica tem sido determinantes na configuração dos atores sociais (individuais ou coletivos) que serão orientados na intenção de resolver e/ou superar as mesmas crises. O trabalho, como categoria fundante do ser social, ou como produtor de mais valia, nunca saiu do centro destas reformulações. O mesmo não ocorre com a família. Esta se movimenta na porosidade dos processos sociais, como dissemos antes. Por exemplo, durante os anos “dourados” de *Welfare State* ocorrido nos países de capitalismo central, a euforia em torno do modelo levava tais sociedades a desconsiderar tudo que representasse formas de microexistência social.

A proteção e a reprodução social transformaram-se em missão ‘quase total’ de um Estado social de direito dos cidadãos. Parecia que o indivíduo ‘promovido à cidadã’ podia trilhar sua vida apenas dependente do Estado e do trabalho, e não mais das chamadas sociabilidades sociofamiliares. Isto, no embalo de uma urbanização e de uma transnacionalização aceleradas com promessas de sociabilidades planetárias (Carvalho: 2002).

Ocorre que com a crise dos modelos de *welfare* e a minimização dos Estados como resposta à esta, reemergem amparadas pela “nova política social” as redes de *solidariedades microterritoriais*, tipificando de certa forma a família dos anos 1990.

Novo elo na mediação entre família e totalidade social e, parceiras fundamentais do Estado em seu reordenamento institucional, essas redes, que só funcionam através da existência de um conjunto ordenado de relações entre os sujeitos que a compõem, encontram nas famílias⁴¹ o alvo prioritário destas ações políticas, *a priori* coniventes com a lógica dominante.

Neste contexto, percebemos uma espécie de advento da família no cenário das formulações ideopolíticas dos Estados contemporâneos e suas instituições, outrora esquecida.

Evidencia-se aí, a constituição da família na perspectiva de classes e dentre outros aspectos, responsável pela reprodução da força de trabalho, quando, depositária da confiança dos entes públicos, gestores da política social, realiza com pretensa eficiência a distribuição dos recursos à ela destinados pelos programas e projetos sociais, como os de transferência monetária, por exemplo⁴².

A reestruturação contemporânea do capital, que não só afeta, mas está diretamente relacionada a esfera sócio-produtiva das sociedades, em especial aquelas como a brasileira, que foram submetidas ao ajuste neoliberal com poucas chances de resistência, afeta sobremaneira a vida microterritorial (e comunitária) e as relações familiares.

Ao dar respostas as crises econômico-produtivas, mas também aos seus projetos de vida, através dos (re) arranjos que promovem internamente e com auxílio das redes de solidariedades microterritoriais, as famílias subvertem os arranjos anteriores e configuram novas relações. Carlos em uma única narrativa nos mostra

⁴¹ Nos referimos especificamente as famílias de baixa renda, quase sempre residentes nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos com carência de investimentos públicos em infra-estrutura, falta de acesso ao mercado de trabalho e por tudo isso, elegíveis aos programas sociais, em especial os de transferência monetária. Neste sentido consultar Acosta & Vitale: 2003.

⁴² Este é um outro aspecto importante da família, mas que mereceria um estudo específico voltado á família e a política social. Apontamos aqui apenas para não desconsiderar uma importante dimensão de nosso objeto de estudo.

como a família pode se movimentar para dar resolutividade aos problemas de origem econômico-financeira que se apresentam:

Quando fui comprar o apartamento, tivemos que voltar a morar com meus pais. Ficamos lá, todo mundo junto, até sair o apartamento. Queriam que comprasse, comprei, agora tem que esperar ficar pronto [uma mudança]... depois ficou pronto [outra mudança]... depois da separação voltei a morar com minha mãe, a Júlia ficou a mãe dela [mais uma mudança]

Ocorre que com a recorrência das crises e o aumento de sua intensidade a cada novo ciclo econômico⁴³, somada ao desmonte e deslocamento dos sistemas de proteção social, a capacidade do grupo doméstico de responder ao processo, fragiliza-se e os projetos de vida tendem a ser reconfigurados. E, mesmo que façam parte de suas respostas, possíveis reestruturações que provoquem rupturas ou reforcem permanências no grupo anteriormente constituído⁴⁴ — o que acarretaria o fim da suposta “homogeneidade” do modelo nuclear-patriarcal, amparando novas formas de interações em grupos diferenciados — a representação social do *grupo necessário permanece* viva. O que nos leva a deduzir que não há sociabilidade sem interações coletivas.

Portanto, mesmo que os impactos externos de origem econômico-produtiva façam o papel da família em funcionar como um *amortecedor* das crises, esgarçar-se, não podemos afirmar que a constituição dos sujeitos e seus vínculos relacionais estariam imersos por completo no individualismo fragmentário e baseado em interações efêmeras com o mundo material. Pode-se para isso recorrer à amplitude dos processos de reprodução social da vida material, e também as suas adjacentes construções simbólicas.

⁴³ Pochman (1997) In Montali (1998) identifica cinco diferentes oscilações no nível de atividade da economia nacional. Ao longo dos anos 1981-1996, quando se sucederam fases de recessão (1981-1983 e 1990-1992), de desaceleração (1987-1989) e períodos de recuperação do PIB (1984-1986 e 1993-1996). Tais oscilações, segundo ele, caracterizam o período como de elevada instabilidade monetária, incerteza nas decisões empresariais e de múltiplas inseguranças para os trabalhadores.

⁴⁴ Para nós esta desagregação transforma o grupo e cria novas possibilidades.

Sendo assim, nossa investigação inclui a análise de períodos históricos importantes da vida sócio-econômica brasileira, onde se evidencia a maneira pela qual os sujeitos familiares através de seus atos de trabalho, principalmente, dão forma ao complexo processo de reprodução social aportando-se na *transmissão* pela via das relações intergeracionais. Nossos sujeitos de pesquisa, inseridos no contexto da sociedade brasileira, carregam sua constituição peculiar enquanto *nação* e sua construção histórico-cultural impregnam seus modos de vida.

Partimos de um momento recente da história nacional, até porque elementos de sua formação histórica foram levantados no primeiro capítulo, e o momento atual se encontra bastante identificado com os processos *modernizadores* dos anos 1970-1980 como veremos.

2.1. – O período de redemocratização

A transição [democrática] brasileira teve como a espanhola [a característica] de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população.

Boris Fausto

Legado segundo o dicionário Larrousse é: *s.m. (do latim legatum) 1. Disposição de última vontade pela qual o testador deixa a uma pessoa um valor fixado ou uma ou mais coisas determinadas. 2. O que alguém transmite à outrem ou à posteridade.* É o vocábulo mais adequado para designar nossa herança advinda dos anos difíceis da ditadura militar (1964-1984). Recorrer ao passado para explicar o presente e prospectar o futuro é um *método* já por muitos conhecidos. Não é desse recurso que nos serviremos agora para tratar da relação trabalho-família no período de redemocratização do Estado brasileiro. Efetuamos a menção á ditadura apenas para esclarecer que não há entre os estudiosos do tema um consenso sobre o momento preciso em que o Brasil inicia seu processo de redemocratização. Há quem diga que nem mesmo houve um processo de redemocratização, haja vista que as transições políticas no Brasil se dão por meio de processos conduzidos pelas elites burguesas, o que em tese não causaria drásticas mudanças nas estruturas institucionais. Polêmicas á parte, utilizaremos os marcos dos anos 1980 para iniciar nossa periodização da reestruturação produtiva no Brasil por considerá-la como época fecunda em experimentalismos macroeconômicos e também de uma reversão cultural explícita que vem influenciando as relações sociais e por extensão (não linear) as relações familiares até os dias atuais.

Em 1995, Lilia Terezinha Montali defendia tese de doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP – onde argumentava que os anos 80 daquele século significaram importante marco para os estudos sobre as transformações na família vinculadas ao mundo do trabalho. Isto porque estes

anos sucedem ao período de 1970, onde se intensifica a migração rural-urbana, diversificam-se as atividades econômicas, criam-se novas oportunidades de trabalho nos setores secundário e terciário em função das políticas implementadas durante o período do “milagre brasileiro”, mas principalmente, acentua-se o trabalho feminino:

... em 1960, as mulheres representavam 17% da população economicamente ativa (PEA), proporção que passou a 20,9% em 1970, a 27,4% em 1980 e a 35% em 1985. A proporção de mulheres na PEA urbana cresceu de 33,6% em 1981 para 37,8% em 1990, e sua taxa de atividade saltou de 33,7% em 1981 para 40,1% em 1990 (1995:23).

A irreversibilidade do emprego feminino, constatada no Brasil, e também nos países de capitalismo central tem os seus picos coincidentes com os momentos de crises recessivas e recruscimento do desemprego. No mesmo período há também uma queda nos níveis de fecundidade, o crescimento das separações e o aumento do número de famílias “chefiadas” por mulheres.

Assim, algumas transformações na família que já se anunciavam nos anos 70 e se acentuaram nos anos 80 [...] refletem não apenas a transição demográfica e as alterações dos padrões de nupcialidade, mas um conjunto complexo de fenômenos, com destaque para aqueles que se explicitam através da articulação entre estruturas produtivas e [arranjos] familiares. [...] Repercutem assim sobremaneira nas relações familiares de autoridade e de negociação, afetando mutuamente as relações internas da família e as possibilidades de inserção de seus componentes no mercado de trabalho (idem, p.25-28).

Essas mudanças são relativamente ocasionadas por um movimento maior da sociedade afeto aos processos reestruturadores da vida econômica em sentido lato e estrito. Com isso, a submissão do movimento social geral não se dá sem conflitos no interior da família, ainda que não numa decorrência imediata. Conflitos

que irão caracterizá-la como um campo de tensionamento, justamente por sua natureza mediadora explicitada no capítulo anterior. Essa seria sua característica constitutiva desde o período em que as relações sociais passam a pautar-se nos domínios da propriedade privada e na estrutura de classes. O “todo” social contido nas particularizações internas da família refletiria em última análise as contradições estruturais e, portanto permanentes da sociedade em que ela se insere. Nesse sentido, Marx e Engels afirmavam:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [portanto na família] Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (1980, p. 70-71 in Nogueira, 2004: 4-5).

Assim, da mesma forma que as mudanças iniciadas com o reordenamento macro-institucional do Estado brasileiro (retomado nos anos 1990 e 2000 com a reforma do Estado) nos anos 1970 tenham ocasionado um *diapasão social* nos anos subseqüentes apontando para o progresso (social, cultural, político e econômico) a readequação destas mudanças aos interesses do capital é evidente. O trabalho feminino é especialmente emblemático ao explicitar o movimento contraditório que inscreve a mulher, mas também a família, no campo de determinações entre a *precarização do trabalho e a emancipação da sociedade* (Nogueira, 2004: 85-94). A conjuntura recessiva de 1981-1983 acentuou as mudanças elencadas, o que segundo Montali viria a se repetir na crise de 1989-1991, todavia sugere:

Certamente não é apenas a crise que provoca mudanças na relação família-trabalho. Um conjunto de fatores condensa-se no decorrer do tempo, contribuindo para explicá-las (1995, 30).

Nos anos 80, por exemplo, há a intensificação de um movimento feminista global que reivindica igualdade de condições e reconfigura os movimentos sociais com a participação ativa das mulheres. São lançadas bases mais concretas para a aceitação de novos arranjos familiares diferentes do tradicional patriarcado nuclear⁴⁵. O que faz avançar um significativo paradoxo capitalista; pois ao mesmo tempo em que as mulheres conquistam maior *autonomia* frente as relações desiguais de gênero, também atendem a necessidade do capital quando são submetidas aos piores salários e a piores condições de trabalho e ainda não são *liberadas* culturalmente dos afazeres domésticos.

Os anos 80 assistem se não a um crescimento expressivo da economia, um crescimento vertiginoso da população. Segundo censo de 1980 do IBGE a população brasileira cresceu de 93 139 037 em 1970 para 119 002 706 em 1980. As atividades industriais se intensificaram e em 1979 o Brasil produziu um PNB⁴⁶ equivalente a 5 trilhões de cruzeiros.

⁴⁵ Há também reconfigurações nos *estilos* de educação familiar. O acesso dos jovens a informação e a novas tecnologias [fenômenos constitutivos da reestruturação produtiva] inicia de um lado, por “liberar” cada vez mais cedo estes do domínio dos pais e por outro lado, reconfigura a relação entre as gerações. Neste sentido ver Sarti, Cíntia. *Famílias e jovens no horizonte das ações*. Revista Brasileira de Educação, ANPED, n. 11, p. 99-109, 1999. e ALENCAR, Mônica Maria Torres de. (et alli) *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez/UERJ, 2004. Em suma, estes avanços – lentos e com inúmeros freios culturais – se articulam ao desbravamento do mundo público, do mundo do trabalho protagonizado pelas mulheres.

⁴⁶ Produto Nacional Bruto.

Estimativa de renda interna, segundo os ramos de atividade – 1973-1978						
Ramos de atividade	Renda interna (Cr\$ 1000)					
	1973	1974	1975 (1)	1976 (1)	1977 (1)	1978 (1)
Total	402 444030	586 755720	833 985182	1283 399542	1 910 132 455	2 819 350 643
Agricultura	44 270554	65 657439	87 820907	137 703182	236 849473	320 670501
Indústria	153 265297	233 587381	328 861859	492 728003	712 149387	1 045 261222
Serviços	204 908179	287 510900	417 302416	652 968357	961 133595	1 453 418920
Comércio	64 709824	95 819294	132 828932	201 289815	296 734974	430 056494
Governo	32 979600	44 395700	66 694400	103 982366	143 395160	226 139291
Intermediários financeiros	25 998253	36 363144	57 661341	106 388861	169 528021	262 018737
Aluguéis	28 077368	36 642563	56 826796	83 308916	117 890026	175 675902
Transporte e comunicações	21 039559	29 682366	42 619795	66 833816	97 737870	157 476146
Outros serviços	32 103575	44 607833	60 671152	91 164583	135 847544	202 052350

Fonte. IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1979, pág. 828 (1) Dados preliminares.

Renda e produto nacional – 1975 -1979 – Estimativas (Cr\$ 1 000 000)

Especificação	1975	1976	1977	1978	1979
1. Produto interno líquido (custo dos fatores).....	833 985,2	1283399,5	1910132,5	2819350,6	4619224,1
Setor primário.....	87 820,9	137703,2	236 849,5	320 670,5	520 608,6
Setor secundário.....	328 861,9	492 728,0	712 149,4	1045261,2	1754351,3
Setor terciário.....	417302,4	652 968,3	961 133,6	1453418,9	2344264,2
Menos: renda líquida enviada ao exterior.....	14015,6	24 827,0	40 217,4	66 087,1	153266,4
2. Renda Nacional – produto nacional líquido (custo dos fatores).....	819 969,6	1258572,5	1869915,1	2753263,5	4465957,7
Mais: impostos indiretos.....	133 357,4	210843,6	314269,3	453 654,1	668 804,1
Menos subsídios.....	7 702,8	10 700,4	16 497,5	30 087,9	44 141,1
3. Produto nacional (preço de mercado).....	945 624,2	1458715,7	2167686,9	3176829,7	5090620,7
Mais: depreciação.....	49 739,8	76 728,4	114 020,3	167 101,2	267 766,6
4. Produto nacional bruto.....	995 364,0	1535444,1	2281707,2	3343930,9	5358387,3

Fonte. IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1979, pág. 824.

Os dados apontam para uma eufórica arrancada do crescimento econômico com o aumento das exportações, gerando superávits consideráveis para o trato da dívida pública, além da cobertura dos serviços da dívida pelos influxos do capital estrangeiro. Contudo, a lógica do “produtivismo” dos anos 70 implicava na criação de condições necessárias para o investimento (subordinadamente externo) acumulando capital que em tese, seria reinvestido no próprio país. Com isso, tem-se a conivência da população e da classe política nacional, em *estrangular* a vida econômica presente (e de várias gerações subseqüentes) para lograr um futuro de desenvolvimento sustentado. Essa idéia defendida por personalidades como Roberto Campos e Delfim Neto durante todo o período militar entraria em derrocada⁴⁷ na crise de 1981-1983. A implicação direta é que a participação dos mais ricos aumentou no cômputo da renda total dos brasileiros ao mesmo passo em que acentuou a pobreza.

População economicamente ativa	Quota do PNB por ano
50% mais pobres	17,71% 14,91% 11,6%
30% imediatamente acima	27,92% 22,85% 21,2%
15% da camada média	26,60% 27,38% 28,0%
5% mais ricos	27,69% 34,86% 39,0%

Fonte Revista Isto É, 9 de agosto de 1979. (1976, 1977,1978).

Não por acaso, foram expressivas as votações nos candidatos da oposição nas eleições de 1974, 1978 e 1982 e as mobilizações em prol dos sindicatos, associações de professores e estudantes, o posicionamento da Igreja através de seus setores progressistas e as constantes greves de operários.

Essa conjuntura efervescente implicou na construção de *resignificações* às famílias que tiveram de responder a movimentação da sociedade com intuito de prover

⁴⁷ Derrocada que ocorre com a crise econômica seguinte, mas a concepção enquanto *pilar* da economia burguesa permaneceria viva como elemento fundante da ideologia liberal renovada nos anos 90.

suas condições materiais de sobrevivência e reprodução. É notório que a articulação da família à movimentação mais geral da sociedade não se dá exclusiva ou homoganeamente na perspectiva da resistência aos comandos dominantes para o reordenamento social; como poderíamos inferir pelas nossas argumentações no primeiro capítulo, ao contrário, a família encerra em si um campo vasto e ambíguo de possibilidades em constante tensionamento. Isto nos leva a entendê-la e abordá-la também como condicionante das estruturas, a partir dos padrões que incorpora e legitima a reprodução de seus modos particulares de relações manifestos na sociabilidade de (e entre) seus membros.

Por isso, as respostas dadas pela família à movimentação geral da sociedade, ao privilegiar as formas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho, considera as especificidades de sua situação de classe, as representações sobre os lugares e os papéis de cada um no grupo e a medida da “real” necessidade daquilo que deve constar da provisão eleita pelos seus membros numa espécie de *discenso-acordado*, mediado pelo trabalho gerador da sua renda total, como aponta Carlos:

Não me lembro de assim de grandes discussões sobre o que era essencial ou não para família. Coisa do tipo: “eu quero, mas não podemos”. Claro que tivemos momentos difíceis, toda família tem. Mas a gente sempre dava um jeito. Num momento de crise, todo mundo acaba ajudando.

Pesquisa realizada pelo DIEESE em parceria com a Fundação SEADE (1981 à 1983), aponta que a família desse período, na região metropolitana de São Paulo, era basicamente do tipo conjugal e com número baixo de co-habitantes.

A configuração das famílias dos “casais sem filhos” é dada pela presença do casal (88% dos componentes) e poucos parentes e não-parentes (12%). Seu tamanho médio, de 2,3 pessoas, e a razão de dependência, da ordem de 2,1 pessoas, indicam que em média trabalha uma pessoa por família (Montali, 1995, p. 76).

A pesquisa aponta ainda que a divisão sexual do trabalho apresenta uma relação direta com as relações de poder no interior da família.

A crise de 1981-1983 que aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho (TABELA 1), outorgou a estas maiores responsabilidades no âmbito doméstico⁴⁸, provocando uma “crise na masculinidade” de seus companheiros, aumentando o número de mulheres mantenedoras da família, em casos significativos, sem a presença do companheiro (TABELA 2).

Aquelas [famílias] com chefia feminina são compostas, predominantemente pelos filhos (44,6% dos componentes) e pela mulher-mãe (31,3%), com uma das mais elevadas proporções relativas de parentes e não-parentes (24,1%). Chama a atenção o fato de serem compostas basicamente por mulheres (66,4%) em quase sua totalidade (81,2%) maiores de 18 anos. O tamanho médio dessas famílias é de 3,2 pessoas, e sua razão de dependência, 2,2, indicam que cada ocupado mantém, além dele mesmo, mais 1,2 pessoa em média (idem, p. 76).

Quanto aos rendimentos, consideramos que a inserção no mercado de trabalho na conjuntura em questão se dá predominantemente de maneira individual, condição esta, que sofrerá sensíveis mudanças nos fins dos anos 1990 quando o avanço da precarização no mundo do trabalho trará como alternativas, o empreendimento familiar e o trabalho acontecendo no mesmo espaço do domicílio⁴⁹. Ainda assim, são os rendimentos da força de trabalho individualizado que se coletivizam no momento do consumo e da *reprodução*. Por isso, os dados apontam com relação a satisfação das necessidades básicas das famílias que 63% delas vivem em condição de precariedade. (ibidem, p. 78). Precariedade entendida como o fato de que caso ocorra situação de desemprego com alguns de seus membros, a família deverá recorrer a recursos públicos de assistência social ou de auxílio de particulares próximos, pois não conseguirá por si manter-se como antes. Essa

⁴⁸ Responsabilidades relacionadas a provisão material do lar. Tarefa atribuída sócio-historicamente ao homem.

⁴⁹ Um trabalho que recomendamos sobre o assunto é: OLIVEIRA, Martha Tathy. *Trabalhar em casa na era do fim do emprego*. São Paulo: Olho d'água, 2001.

sobrevivência no limiar da necessidade não se altera substancialmente nos momentos de estabilidade, como veremos no item 2.3. desse estudo.

Ademais, a disponibilidade da força de trabalho na família tende a se adequar as necessidades do mercado, nem sempre obedecendo as construções sociais dos papéis e lugares na família. Montali a respeito da questão, na conjuntura dos anos 80, afirma:

... portanto, aquelas parcelas da força de trabalho familiar potencialmente passíveis de inserção no mercado, por estarem em idade economicamente ativas, vinculam-se de maneira distintas a este em decorrência das práticas reprodutivas das famílias, que levam em conta os aspectos simbólicos de seus papéis familiares... (1995, p. 87).

Evidente que os papéis familiares e seus aspectos simbólicos não se desfazem de uma hora à outra, em consonância com as mudanças dos marcos regulatórios da vida social. Todavia, se na conjuntura dos anos 1980, os estudos apontavam para a permanência relativa dos papéis face as mudanças no mercado instituído de trabalho, hoje, o domínio desse mesmo mercado sobre as construções simbólicas dos sujeitos avança e relativiza inclusive conceitos estratificados pela economia política. O que seria idade economicamente ativa, neste sentido? Quais os arranjos hierárquicos da família? Há compatibilidade entre os constantes rearranjos familiares e o mercado de trabalho na relação com suas construções simbólicas, relacionais e de vínculos?

Nos parece que as transformações no universo produtivo alteram também a relação entre as gerações e num movimento tenso e contraditório pressiona mudanças. Pois, o mesmo mercado de trabalho que convoca mulheres e crianças para sua manutenção, insiste em considerá-los como mão de obra complementar, com isso alteram-se as relações internas e os papéis de cada um (rupturas) ao mesmo tempo em que reafirmam clássicas construções históricas quando o assunto não é mais a sobrevivência direta e atinge o campo dos valores e de

relações exógenas à família (permanências). Uma consideração preliminar que poderíamos levantar, ainda que não a aprofundemos, é que a recorrência das crises teria ocasionado um sentimento de que as mudanças nas relações sociais (internas e externas à família) são constituintes da própria processualidade histórica em que vivemos, logo, são aceitáveis na contemporaneidade com maior facilidade. Claro que isso não garante que *freios culturais* retardem mudanças, mas lidar com elas, já não é tão difícil como em tempos passados. Esse seria, em tese, um facilitador das relações entre as gerações, conforme os depoimentos que seguem:

Eu não pretendo ser “dona de casa”. Quero ter minhas coisas, trabalhar, ter minhas coisas. Até porque hoje em dia não dá pra ser diferente. No tempo da minha avó, até dava para mulher ser dona de casa, hoje em dia não.

(depoimento de Sandra)

As novas gerações são mais independentes. E eu acho bom, não é bom mesmo ficar dependendo dos outros. Eu falo para Julia estudar e ter as coisas dela. Hoje eu digo isso, não sei se diria isso há algum tempo atrás. O mundo mudou.

(depoimento de Dona Carmem)

É o mundo mudou, mas algumas coisas continuam. As mulheres continuam sem muito espaço. Minha família, graças a Deus, não tem esse negócio de que porque é mulher não pode trabalhar, essas frescuras. A única coisa é o seguinte: os mais novos não tem que ficar com pressa de ir trabalhar logo. Tem que se preparar primeiro. Eu comecei trabalhar tarde, quer dizer, tarde para os padrões de hoje. Meu pai não deixava, mas uma vez insisti e fui. O véio quase teve um troço. Ele dizia: “não agora vai parar de estudar para trabalhar”.

(depoimento de Carlos)

Com isso, explicita-se que as configurações do mundo do trabalho afetaram a maneira da família “estruturar” suas relações internas e de vínculos, atrelando valores afetos ao gênero, a liberdade e o trânsito no tecido social, mas de forma a atender as requisições do desenvolvimento deste tecido.

A base das relações sociais, aqui tratando da estrutura, permanece intacta a medida em que as crises econômicas costumam ser seguida de respostas. Mesmo na conjuntura economicamente favorável do período posterior (1984-1986), a contradição fundamental de sustentabilidade do capital via mercado permanece. Ou seja, a população economicamente ativa aumenta (Tabelas 3 e 4), assim como a participação das mulheres salta de 33,1% em 1984 para 35,1% em 1988 (Tabela 5). A taxa de desocupação quase equipara a dos homens, 4,2% contra 4,4% (Tabela 6), mas os salários baixos e a dupla jornada permanecem.

Este período é caracterizado por muitos estudiosos, como o *início concreto da redemocratização*. Em 1984, a campanha pelas *Diretas Já* foi organizada por um comitê suprapartidário e pressionou o Congresso a colocar em votação a emenda proposta pelo deputado federal pelo PMDB de Alagoas Dante de Oliveira. A emenda obteve 298 votos a favor e 65 contra. Houve ainda 3 abstenções e 113 ausências. É importante lembrar que as ausências e os votos contrários eram todos do PDS, partido liderado até hoje pelo então deputado paulista Paulo Salim Maluf, porém, atualmente sob a sigla de *PP (Partido Progressista)*. Vitoriosa, a emenda não conseguiu os 2/3 de votos necessários para sua aprovação⁵⁰.

Na iminência da sucessão presidencial, Paulo Maluf polariza com Tancredo Neves as candidaturas. Maluf notadamente candidato do sistema e Tancredo acaba por se configurar como candidato da oposição, ainda que com um leque ambíguo de

⁵⁰ As manifestações artísticas de todo o período da ditadura compõem um capítulo a parte de nossa história recente. Politizadas ao máximo, as artes agraciavam as manifestações contra o regime, em especial o teatro e a música. A música *Apesar de você* de Chico Buarque de Holanda, atestava a impossibilidade do governo ditador deter o curso da história. A derrota da emenda Dante de Oliveira contrariou as aspirações populares e as principais lideranças políticas do país: “*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia; Eu pergunto à você onde vai se esconder da enorme euforia; como vai proibir quando o galo insistir em cantar...*”

alianças. O período ficou conhecido como *Nova República*. A eleição para presidente aconteceu em 15 de janeiro de 1985 e apontou a vitória de Tancredo Neves. O acontecimento foi marcado como um marco importante da história do país, sendo televisionado e acompanhado pelo povo com forte interesse. Eram recorrentes as promessas dos políticos da oposição, agora vitoriosa, de que esta seria a última eleição indireta.

Os desafios do novo presidente, além de (re) instaurar a democracia no país eram muitos e de naturezas diferenciadas. De um lado, as aspirações populares pelo retorno a democracia incluíam o desejo da melhoria das condições de vida, o aumento do nível de emprego e melhores salários, o controle da inflação e da crise recessiva; por outro lado, o novo governo deveria se preocupar com os desmandos dos organismos internacionais, principalmente o FMI, com as renegociações da dívida externa e a revisão das relações exteriores do país com o resto do mundo.

O apelo clássico para adesão as propostas reformistas é enfatizado pelo discurso dos novos donos do poder: *Um novo pacto social* precisaria ser feito para livrar o país das estruturas e das práticas autoritárias de outrora. Evidencia-se novamente a utilização do “social” como estratégia para ocasionar mudanças sem subverter a ordem. As mudanças devem ocorrer sem perturbar a *paz social*.

Ocorre que o presidente eleito nem chega a tomar posse. Tancredo Neves morre em 21 de abril de 1985. A comoção que se instalou no país personificou a figura do presidente no já conhecido messianismo político ao mesmo tempo em que exigiu, principalmente das *esquerdas* maiores mobilizações no sentido de inserir cada vez mais mecanismos de participação popular na vida política do país.

O vice-presidente José Sarney assume a presidência sem ao menos desfrutar da frágil estabilidade econômica do período iniciado, pois a necessidade de um reordenamento institucional no país, abala os ânimos tanto do mercado financeiro,

quanto do setor produtivo, acarretando recordes nos níveis inflacionários e desacelerando as atividades produtivas. O número de falências e concordatas sobe para a casa dos 8%. A inatividade dos chefes de família (homens ou mulheres) atinge os dez pontos percentuais.

A gravidade da situação econômica no país desencadeou um amplo movimento de reivindicações e protestos, abalando a esperança na Nova República. Com isso, em 28 de fevereiro de 1986, por meio do Decreto-Lei no. 2.283, o presidente José Sarney cria um plano de estabilização econômica, chamado *Plano Cruzado*.

2.2. – A conjuntura recessiva

“... ceder um pouco de poder aos trabalhadores pode ser um dos melhores meios de aumentar sua sujeição, se essa lhes dá a impressão de influir sobre as coisas.”

David Jenkins

O “*Plano Cruzado*”, criado em 1986 implementava as seguintes medidas:

- A desvalorização da moeda nacional em três algarismos e a substituição do cruzeiro; a moeda nacional passaria a se chamar cruzado, sendo que cada um cruzado corresponderia a um mil cruzeiros;
- O congelamento dos preços fixados em 28 de fevereiro de 1986, com vigência de um ano;
- O congelamento dos salários, pela média dos últimos seis meses, além de um abono de 8% a todas as categorias como forma de reposição salarial;
- A transferência para o setor privado de inúmeras empresas estatais, motivo de inúmeras críticas de setores do empresariado insatisfeitos com o crescimento da participação do Estado na economia;
- O corte de 20% nos investimentos do governo e, ao mesmo tempo, a definição das áreas sociais como áreas prioritárias de investimento.

A idéia era reestabelecer o crescimento econômico do país, combater a inflação e distribuir melhor a renda. De imediato, o apoio popular foi percebido. A medida de congelar os preços estipulados em tabela a partir do governo, agradou as famílias pobres, em especial, pois a instabilidade do período anterior não lhes dava condições sequer de planejar minimamente o orçamento doméstico. Assim, a palavra *fiscal* era utilizada como sinônimo de “direito”. As pessoas fiscalizavam de fato os comerciantes que desrespeitavam as regras estabelecidas. Havia um *clima*

que apontava para a estabilidade. No geral, as pessoas acreditavam que o Plano iria dar certo, mas a história recente do país não possibilitava a fé cega na proposta que se apresentava. Carlos recorda com nitidez dessa época e refere que sua situação específica não pode ser traduzida como sinônimo de generalização da realidade geral da população, mas seu depoimento esclarece um pouco do sentimento da época.

Na época do Sarney, a gente sabia que o congelamento dos preços não ia muito longe. Com os preços congelados dava pra comprar alguma coisa. Foi a época em que eu comecei a trabalhar pra valer. Acho que pra mim era melhor do que para a maioria das pessoas, porque eu tinha dois empregos. Trabalhava num escritório, fazia uns bicos lá e dava aula. Entrava uma grana legal. Acho que não sofri tanto o impacto do Plano Cruzado, como outras pessoas.

A família Silveira tem esse assunto como ponto de discussão em algumas de suas conversas principalmente aquelas que reúnem a família e os mais velhos se dispõem a contar lembranças aos mais novos. Estes, segundo dona Carmem, não tem muita paciência para ouvir suas histórias, principalmente os meninos, mas as meninas ouvem e conversam bastante. “Como são conversadeiras essas meninas⁵¹”. Sobre o período do Plano Cruzado, dona Carmem fala:

O Sarney até que tentou (risos)

Evidente que numa *democracia burguesa*, isto é, numa sociedade de classes, os interesses logo começam a entrar em disputa. A desaceleração no âmbito produtivo, principalmente nos setores alimentícios, levou ao mesmo tempo em que trouxe de volta á mesa do trabalhador produtos como carne, leite e queijo, o

⁵¹ As meninas são: Sandra e a prima da mesma idade que divertem a avó quando aparecem juntas nas festas e em outras ocasiões.

aparecimento de *novos produtos*, ou melhor, *produtos maquiados*. Os produtores para não reduzir sua margem de lucros, lançaram *novos produtos* no mercado. Estes produtos substituem os antigos e carecem, portanto, de novos preços. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP - pressiona o governo a descongelar gradativamente os preços. Instaura-se uma velada crise política e o governo, após as eleições de novembro do mesmo ano, lança o *Plano Cruzado II*, que radicalizou o primeiro. Promoveu uma série de aumento de preços, fez a inflação [controlada artificialmente] voltar, o que *esfacelaria a economia popular*. “*Quem tem mais de 30 anos, tem sempre uma história pra contar dessa época*” alerta Carlos, que nos conta uma de suas histórias dessa época:

“Nessa época, eu já tava na marcenaria. Eu me lembro que era uma época de inflação galopante. A gente trabalhava assim: Você tinha que jogar um percentual acima, e a diretoria (do cliente) aceitar pra você poder ganhar sem perder muito. Naquele época, rodava muito o dinheiro. O dinheiro não valia nada, então quando os caras queriam, eles faziam. Eu fiz um orçamento uma vez pra uns armários de diretoria, e os caras demoraram uma semana pra retornar. O que eu fiz joguei uns 30% a mais sobre o primeiro orçamento e os caras pagaram, eu disse que o material aumentou. Ninguém tinha noção do valor do dinheiro”

O controle artificial da inflação e também as medidas decretadas pelo Plano Cruzado, garantiram um “novo, porém breve, suspiro” de Estado Social para a sociedade brasileira, sem contudo, provocar qualquer mudança estrutural que significasse reversão da ordem burguesa. O governo se sentia a vontade para promover alterações no plano econômico por decretos-lei. Assim, o *Plano Cruzado II*, foi um dos mais duros pacotes econômicos já lançados no país. Estabeleceu aumentos de preços deteriorando a economia popular (Fausto, 2002).

A popularidade do presidente entra em declínio e com isso reformas ministeriais são feitas. Em abril de 1987, Dílson Funaro é substituído por Luís Carlos Bresser Pereira e em junho do mesmo ano anunciou-se o *Plano Bresser*. Em 1989, tem-se novo ministro da Fazenda. Maílson da Nóbrega seguindo a tradição de seus antecessores anuncia o *Plano Verão* e muda novamente a moeda. O “cruzado novo” (agora com três zeros a menos) e mais arrocho salarial (idem). De efeitos heterogêneos sobre a população, as crises comprovadas pelos números, nem sempre impactam de imediato os sujeitos trabalhadores-familiares.

“Uma coisa que eu fiz já nessa época, possível por causa da conjuntura econômica, foi essa coisa de participação dos lucros. Eu dizia para os caras que trabalhavam com a gente: Eu falava, vocês tem que produzir mil bandejas este mês, se produzir menos, eu vou pagar o salário, se produzir mais, eu pago 1% a mais sobre o salário. As vezes isso dava mais que o salário deles, dependendo da quantidade. Começou a aumentar a produção, isso foi legal, por outro lado, começaram também a fazer qualquer coisa, aí veio muita rejeição também”

(depoimento de Carlos)

Essa sem dúvida foi a conjuntura dos *planos desastrosos*. A Nova República pode ser entendida como um período de investidas “amadoras” na regulação macro econômica da sociedade brasileira. Não que os membros da classe política, envolvidos nas formulações fossem pessoas inexperientes. Ao contrário, os nomes recrutados eram o que os arranjos políticos da época ávidos por *renovação* possibilitaram, atendendo não só aos interesses partidários, como em grande parte aos interesses populares. Todavia, nem o Brasil, nem o resto do mundo, em especial os países da América Latina, estavam preparados para entrar num mundo “democrático neoburguês” em vésperas de globalizar-se. Prova disso é que desde o governo Sarney até o atual governo Lula, o número de Medidas Provisórias - MP’s – e Decretos-Lei do Executivo tem batido recordes históricos.

Medidas Provisórias por governo

	José Sarney – mar. 85 a mar. 90	Fernando Collor – mar. 90 a out. 92	Itamar Franco – out. 90 a dez. 94	FHC (1º. Mandato) – jan. 95 a dez. 98	FHC (2º. Mandato) – jan. 98 a out. 01	Lula – jan. 2003 a jan. 2006*	Total
Originárias	125	87	141	160	105	121	739
Reeditadas	22	73	364	2449	2605	15	5513
Total	147	160	505	2609	2711	136	6268
Média Mensal	8	5	19,4	54	80	5,03	

Fonte: Presidência da República

* até 10 de março de 2005.

Ou seja, nossa classe política com suas constantes investidas na pactuação consensuada do poder, governa a revelia das instituições da democracia representativa, essencialmente da mesma forma que os Atos Institucionais da época militar.

Não sendo capaz de propor alterações substanciais, o governo Sarney transfere para seu sucessor a responsabilidade de enfrentar a crise. Crise que seria enfrentada a luz de um novo aparato legal: A Constituição Federal de 1988.

Uma importante inovação estabelecida pela constituição de 1988, segundo Fausto (2002), foi a eleição em dois turnos para os cargos majoritários. A idéia é que o candidato eleito tenha sempre a maioria absoluta dos votos. A eleição de 1989, trouxe um cenário político plural inédito na história do país. Foram 22 candidatos, ficando o total de votos assim contabilizado no primeiro turno:

Candidato	%	Candidato	%
Afif	3,98	Gabeira	0,15
Aureliano	0,73	Pedreira	0,10
Brizola	13,60	Horta	0,10
Brant	0,13	Maluf	7,30
Covas	9,49	Lívia	0,22
Collor	25,11	Ulysses	3,90
Camargo	0,46	Eudes	0,19
Caiado	0,59	Branco	1,43
Enéas	0,44	Nulos	4,24
Lula	14,16	Abstenções	11,93
Marronzinho	0,29		
Zamir	0,23		
Freire	0,93		
PG	0,24		

Fonte: TSE

O Presidente eleito tomou posse em 15 de março de 1990, no Congresso Nacional, diante das câmeras de TV que transmitiram o evento para todo o país e com a presença de vários chefes de Estado.

No dia seguinte, em cerimônias também transmitidas pelas TVs, Fernando Collor baixou um pacote de medidas econômicas, financeiras e administrativas composto por 23 medidas provisórias ao qual o governo chamou de *Plano Brasil Novo*, que, de imediato, ficou sendo mais conhecido como *Plano Collor* ou *Plano Cruzeiro*.

Os seus objetivos declarados foram o combate a inflação, o “enxugamento” da máquina do Estado e a eliminação do déficit público como condições para a retomada do crescimento da economia. Os eixos básicos do Plano Collor foram os seguintes:

- A reforma monetária, com a substituição do cruzado novo pelo cruzeiro, sem alteração do valor;
- Retenção por 18 meses (na prática confisco) das contas, em cruzados novos, das pessoas físicas e jurídicas nos valores acima de NCz\$ 50.000 (até esse valor as contas foram convertidas em cruzeiros) para as contas

correntes e as cadernetas de poupança e até NCz\$ 25.000 ou 20% para as contas de *over* e fundos de curto prazo;

- O congelamento parcial e controlado dos preços, que deveriam ser praticados nos níveis em que estavam no dia 12 de março (antes houve um aumento considerável nos preços);
- Fechamento de estatais, como início de um processo de privatização da economia;
- Abertura para o capital estrangeiro, eliminação de entraves para a importação de bens de consumo;
- Contenção, visando a eliminação do déficit público, suprimindo-se despesas governamentais e colocando-se à venda imóveis e veículos até então usados por funcionários e repartições federais.

Vale ressaltar que o Plano Collor não contemplou a questão da dívida externa, deixando para negociá-la depois de obter os resultados internos, esperados com a aplicação das medidas econômicas.

O Plano Collor recebeu maciço apoio da população. Teve também cobertura da imprensa, sobretudo da TV Globo. A imprensa escrita, mais cautelosa, abriu espaços para críticas, algumas contundentes.

No início, apesar da confusão que se instaurou na vida econômica do país, três ordens de questões afloraram: a necessidade de ações antiinflacionárias, a forma autoritária de sua proposição e execução (medidas provisórias usadas como se fossem decretos-lei) e a inconstitucionalidade de algumas das medidas propostas.

Alguns analistas na época afirmavam que o Plano Collor de um lado, lesivo aos interesses do país, sobretudo dos trabalhadores, aumentando o desemprego, por causar recessão e, além disso, a privatização e a abertura econômica aumentariam a dependência estrangeira. Por outro lado, ao não executar partes do Plano, como por exemplo, o “enxugamento” da máquina administrativa, penalizou a iniciativa privada, pela inflação. Na esfera política, as relações entre o Executivo e o Legislativo não eram das melhores. O excessivo número de medidas

provisórias não disfarçava o autoritarismo desse governo. As medidas favoreciam somente ao capital financeiro e a quem o explorava, como as histórias de Carlos apontam:

“A marcenaria estava indo bem. Tinha clientes do porte da Kibon, Gessy Lever, Arno, fora os particulares. Meu sogro me convidou e eu fui. Foi a época em que eu mais ganhei dinheiro [época do Plano Collor]”

Carlos explica que ao contrário dos setores mais vulnerabilizados da população, o trabalho na marcenaria lhe rendia bons rendimentos devido a maneira que organizava a gestão financeira.

“As pessoas preferiam pagar a vista, porque nunca se sabia como estariam as coisas amanhã. Além disso a gente dolarizava tudo”.

“Naquela época a gente investia em overnight. Aplicava no overnight pra não perder. Tinha capital de giro, eu não tinha muita idéia do que era isso, acho que era a carteira de pagamentos. Você contava com isso para pagar fornecedores, salários, essas coisas”

A narrativa de que essa foi uma época próspera do ponto de vista econômico, se soma a narrativa que lhe atribui um papel central na provisão da família:

“A marcenaria tava lá, dava dinheiro. Comecei a freqüentá-la e via o caixa. Com o dinheiro que eu tirava na marcenaria, mantinha todo mundo. A Ana, minha ex esposa, guardava todo o dinheiro dela, a gente tinha casa alugada, apartamento alugado. Bancava o meu sogro, que as vezes pedia um dinheiro e eu dava mais. Em 1989 meu sogro comprou uma chácara em Bufete, e eu assumi mesmo nessa época”.

Desta forma percebe-se que, ao contrário dos dias atuais mesmo a classe média conseguia movimentar especulativamente algum capital, o que lhe reforçava a idéia e o sentimento de pertencimento a classe dominante.

As condições em que o governo Collor recebeu o país, atestavam um momento grave de crise, porém, com possibilidades concretas de reversão deste quadro, por meio de alterações estruturais internas, mas que certamente iriam em direção contrária aos interesses conservadores no Congresso e no próprio Executivo.

A distribuição das pessoas economicamente ativas no período de 1981-1990 era de 68,7% (homens) e 31,3% (mulheres) e a taxa de desocupação de 3,8% (homens) e 3,4% (mulheres). Índices menores do que aqueles encontrados nas crises recessivas da década de 70, ainda que a população tenha aumentado consideravelmente (Tabela 7). O salário médio nominal dos trabalhadores admitidos em janeiro de 1989 era de NCz\$127; em janeiro de 1990, NCz\$ 3.450 e em janeiro de 1991 Cr\$ 31.804 (Tabela 8). Isto significa dizer que o salário mínimo nominal (aquele declarado em folha de pagamento) dos trabalhadores teve uma variação na casa dos 0,004482036 (tabela 9). Ou seja, não mudou “nada”, como se diz em linguagem popular, nos rendimentos dos trabalhadores, ao alterar-se a moeda e o câmbio.

Observemos a evolução do rendimento mensal médio nominal de todos os trabalhos das pessoas com mais de 10 anos de idade ocupadas entre 1981 e 1999, segundo o IBGE (Tabela 10).

Ano	Brasil	
1981	Cr\$	21002
1982	Cr\$	
1983	Cr\$	87218
1984	Cr\$	252387
1985	Cz\$	924949
1986	Cz\$	2721
1987	Cz\$	7915
1988	NCz\$	59798
1989	Cr\$	928
1990	Cr\$	24956
1991	CR\$	
1992	R\$	1173644
1993	R\$	25516
1994	R\$	
1995	R\$	364
1996	R\$	435
1997		449
1998		459
1999		449

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica, 1990, Rio de Janeiro: IBGE, 1993; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores, 1999, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Os vários planos econômicos citados até agora demonstraram um efeito muito superficial sobre o poder aquisitivo real sobre os rendimentos do trabalho. Salvo os momentos imediatos de sua implantação, nos demais, não apresentaram mudanças permanentes na relação entre a distribuição da renda e a capacidade do consumo. Ademais, deixaram como seqüela, um perverso agravamento na concentração da renda (Tabela 11).

Data	Parcela apropriada por 1% mais ricos	Parcela apropriada por 10% mais ricos	Parcela apropriada por 20% mais pobres	Parcela apropriada por 50% mais pobres
1981	12,71	46,72	2,62	13,03
1990	13,80	49,05	2,11	11,35
1999	13,31	47,45	2,34	12,55

Fonte: IPEA, Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em www.ipeadata.gov.br.

O governo Collor também acirrou a histórica confusão entre a esfera pública e o setor privado, o que favoreceu amplos esquemas de corrupção no interior do governo.

Várias denúncias de corrupção começaram a complicar o governo Collor, mas, a princípio, apenas afetavam o segundo escalão. A sustentação política do presidente começou a ceder, contudo, a partir de maio de 1992, quando seu irmão Pedro Collor, em entrevista a uma revista de circulação nacional, acusou o ex-tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, de manter empresas e contas fantasmas no exterior e que movimentavam milhares de dólares (Serra: 2000, 75).

Instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – que mesmo com as manobras do governo para barrar os congressistas, não conseguiu amenizar a animosidade entre Executivo e Legislativo, o que levaria o presidente Collor ao *impeachment* em 1997.

Serra refere que a “*intenção moderno-conservadora*” do governo Collor não resistiu aos desmandos de seu governo, todavia, consolidou o início da implantação do receituário neoliberal em conformidade com os ditames dos organismos financeiros internacionais que apontavam para os países em desenvolvimento, a necessidade de:

“Acompanhar as políticas de estabilização com reformas estruturais [dentro da lógica do capital] enfocadas na desregulamentação dos mercados, na privatização do setor público e na redução do Estado. Conjunto de políticas e reformas que, mais tarde, em 1990, recebeu o nome de Consenso de Washington. (Williamson, 1990)” (Tavares e Fiori, 1993: 133 in Serra: 2000, 76).

O Plano impactante se firmou nas lembranças de quem viveu aquele período, estando economicamente ativo, e uma história ou outra de *desagrado* daquele momento vem ao consciente quando motivado por situações similares. Carlos conta mais uma história que o impactou na época, e que na íntegra, encerramos a reflexão sobre a conjuntura dos planos desastrosos.

“Veja só: eu fiz uma coisa sem querer nessa época que foi legal, mas depois o Plano Collor me ferrou. Quando eu fechei esse primeiro pedido eu comprava madeira marfim aparelhada do pessoal do Mato Grosso. Chamei dois caras, o primeiro eu disse: me dá o orçamento de um caminhão de madeira, o cara demorou, demorou, demorou, aí eu liguei de novo ele enrolou e não ligou mais, aí eu chamei outro e disse, cara tô precisando disso urgente, estava indo viajar, manda logo pra mim. Deixei o cheque com instruções pra pagar o carregamento quando chegasse. Todo dia eu ligava pra saber se o carregamento tinha chegado. Um dia eu liguei, a menina, a secretária disse: chegou. Passaram dois dias e chegou outro carregamento. Puta merda! Aquele primeiro era o que eu não tinha confirmado, o segundo era o que eu tinha contratado. Aí eu falei pro cara, pô você me ferrou agora, eu mandei o cheque que eu tinha pro outro cara que me mandou o carregamento sem eu confirmar. O cara disse, não, tudo bem, você me dá um cheque pra 30 dias e eu seguro. Ele me mandou uma ordem de pagamento pra 30 dias e beleza. Ficou um monte de madeira lá. Fiquei puto da vida. Descapitalizei. Na seqüência veio aquela mulher maldita falando na Tv [a ex ministra Zélia Cardoso de Mello], eu não acreditei. Dizendo que ia segurar o dinheiro todo do pessoal e a gente ia ficar com, sei lá, acho que equivalente a cinqüenta reais. Aí comecei a ligar pra todo mundo, pros fornecedores. Não vai dar pra pagar o povo. As dívidas davam em torno de dois mil e quinhentos dólares. Era o que tinha de caixa 2. O que entrava ao invés de deixar no banco, eu trocava em dólar, que o dólar tava estourando. Aí falei com meu sogro ele disse: manda todo mundo embora e depois quando aparecer serviço os caras voltam. Eu não quis fazer isso. Vou

perder a equipe, quando eu precisar será que eles vão voltar? Não mandei, fui trocando dólar e pagando o pessoal. Quando não deu mesmo e eu vi que eu ia quebrar, mandei todo mundo embora. A medida econômica permitia que você tirasse o dinheiro que estava retido no banco para pagar os trabalhadores. Pedi para o contador fazer a conta do pessoal. O contador fez e fez errado. Tive que tirar mais dinheiro pra pagar o pessoal. Comecei a pegar qualquer serviço pra poder pagar as dívidas. Devolvi a chave para o meu sogro e larguei o negocio com um caminhão de madeira”

O balanço dessa época não é nada positivo para a maioria das pessoas. A insustentabilidade das medidas foram mostradas quase que de imediato. Aqueles que se beneficiavam com a conjuntura que favorecia a especulação financeira [os da economia familiar que tinham dinheiro guardado e as pessoas jurídicas que utilizavam investimentos comuns, como a poupança] foram os mesmos que se prejudicaram com a continuidade dos ajustes macroeconômicos. É evidente o *desastre* que foi causado no interior de muitas famílias, que como a de Carlos, tiveram que reorientar seus padrões de vida. Sem falar na frustração de vivenciar o pior, no contexto do inesperado, afinal, as promessas eram de que finalmente a estabilidade econômica [e política] finalmente viriam. A população parecia acreditar nisso.

Seguindo a tradição de seus antecessores, Itamar Franco, assume o governo e após sucessivas trocas de Ministros, anuncia um novo plano de estabilização econômica sob o comando do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nasceria aí o *Plano Real*.

2.3. – A ilusão da estabilidade econômica.

“...Eis onde nos encontramos hoje, quando já não podemos nos dar o luxo de confundir as causas fundamentais das dificuldades da humanidade com a ilusória solução para elas proposta – totalmente ilusória e ao mesmo tempo altamente tendenciosa – seja, ela oferecida com uma confiança honesta e aberta, como fez John Maynard [Keynes], ou na forma de camuflagem ideológica enganadora frequentemente praticada em nossos dias por “neutros” defensores pseudo-objetivos da ordem existente. Pois todas as aparências de neutralidade ideológica só podem agravar nossos problemas quando a necessidade da ideologia é inevitável, como acontece hoje e deverá continuar no futuro previsível...”.

István Mészáros (O Poder da Ideologia).

A euforia de uma parcela considerável da população brasileira em torno do nome de Fernando Henrique Cardoso, FHC⁵², lembrava em muito a euforia no início do governo Sarney. Só que desta vez, dotada de um refinamento teórico-metodológico, típico da *intelligentsia* que se constitui no interior das lutas pela democracia e conquistou notoriedade internacional tentando explicar o *fenômeno*

⁵² Sociólogo e político fluminense radicado em São Paulo, Presidente da República (1995-2002). Fernando Henrique Cardoso (18/6/1931) nasce na cidade do Rio de Janeiro. Filho de um general do Exército, muda-se para São Paulo aos oito anos. Forma-se em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP), faz pós-graduação na Universidade de Paris e leciona nas universidades de Nanterre (França), Cambridge (Reino Unido) e Stanford (EUA), entre outras. Publica 24 livros, dos quais se destacam Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (1962) e Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1970). Após o golpe militar de 1964, exila-se no Chile e depois na França. Volta ao Brasil em 1968 e torna-se professor de ciência política da USP. Meses depois é aposentado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1978, é eleito suplente de Franco Montoro para o Senado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1983, ocupa o cargo quando Montoro assume o governo paulista. Em 1985, candidata-se pelo PMDB à prefeitura de São Paulo, mas perde para Jânio Quadros. Reelege-se senador em 1986 e, dois anos depois, participa da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco, de outubro de 1992 a maio de 1993. Assume a pasta da Fazenda e muda a moeda de cruzeiro para cruzeiro real em agosto do mesmo ano. Lança o Plano Real em julho de 1994. Vence a eleição presidencial de 1994 no primeiro turno, pela coligação PSDB e Partido da Frente Liberal (PFL), e é reeleito em 1998. No segundo mandato, marcado por turbulências no cenário econômico internacional e pressões sociais internas, FHC vê seus índices de popularidade despencarem. O balanço final de seu governo resulta em maior abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, fortalecimento da imagem do Brasil ante a comunidade internacional e grande déficit social. Em 2003, ao final de um processo de transição política marcado pela transparência, passa a faixa presidencial para Luís Inácio Lula da Silva e passa a cuidar de sua ONG, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (Almanaque Abril, 2003, São Paulo: Editora Abril, 2003).

do subdesenvolvimento nos países da periferia capitalista em fins dos anos 60 e 70. O Plano Real lançado em julho de 1994, quando FHC ainda ministro do governo Itamar Franco, buscou os mesmos macro-objetivos dos anteriores com estratégias semelhantes como a contenção dos gastos públicos, privatização das estatais, controle da demanda por meio da elevação dos juros e pressão sobre os preços pela facilitação das importações. A diferença é que este não congelou os preços e nem salários, além disso, a transição para a desvalorização da moeda foi gradativa com a adoção provisória das *Unidades Reais de Valor, as URV's*, que propunham o acompanhamento equiparado da moeda nacional ao dólar norte-americano. A medida agradou os altos estratos da sociedade brasileira, mas também a classe trabalhadora, que via seu poder aquisitivo aumentar em conformidade com o aumento dos preços. Essa seria a primeira medida para a criação da *ilusão da estabilidade*, base do governo e instrumento de coerção ideopolítica que garantiria a reeleição em primeiro turno de FHC em 1998.

O principal argumento utilizado na campanha à presidência da República para a sucessão de Itamar Franco era que somente *o pai* do “Real”, teria condições de dar continuidade ao processo em curso, colocando o país de fato no caminho do desenvolvimento sustentável. Processo esse ameaçado pelos ataques especulativos culminantes em crises financeiras internacionais de grande expressão (México, Rússia, Tóquio e mais tarde Argentina).

Outro argumento utilizado e que mais tarde passaria do campo teórico ao campo político-operacional, viria a ser a necessidade latente de *funcionalizar* o aparelho do Estado brasileiro, falido e ineficiente, por meio de uma *ampla reforma* nos moldes daquelas realizadas por Tatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. As teses de sustentação do Welfare State, que já não serviam mais como paradigmas aos países de capitalismo central, também não serviriam, de acordo com esta lógica, ao Brasil.

Com isso, FHC é eleito em 3 de outubro de 1994 com 34.377.198 votos (54,3%) com uma dívida pública que beirava a casa dos R\$ 60 bilhões [...] e oito anos mais tarde, entregaria o país ao presidente-metalúrgico com uma dívida de R\$ 623 bilhões (Paula, 2005).

O primeiro governo de FHC perseguiu insistentemente as metas de estabilização pela via do controle inflacionário sem se preocupar com os custos sociais desse processo. Isso não significou o esquecimento da área social, ao contrário, esta também foi contemplada com um arranjo político-ideológico-doutrinário a altura da intelectualidade da então primeira-dama, dona Ruth Cardoso.

A velha LBA foi extinta (não que fosse defensável), mas o problema foi em relação a sua substituição por um programa, “Comunidade Solidária”, de feição assistencialista e clientelista, representando um claro retrocesso nessa área (Serra: 2000, 80-81).

E mesmo que os “programas sociais” do governo FHC fossem de outra natureza, eles seriam incompatíveis com a realização da política econômica em curso. O controle inflacionário privilegiou a acomodação da poupança externa – compatível com o perfil pessoal internacionalista de FHC – com juros altos e câmbio controlado. Tornaram-se assim [juros altos e controle artificial do câmbio] sinônimos de desemprego, recessão, arrocho salarial e arrocho do crédito interno. Como sair deste embróglio? O governo simplesmente responde: “Reformas”! As reformas a que o governo se refere, ajustariam a sociedade brasileira gradativamente a nova ordem mundial que se instaurara veemente: o globalismo.

Historiadores⁵³ apontam que o simbologismo da queda do muro de Berlim marcou o início de uma revisão na geografia política mundial:

Em novembro de 1990, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), com 34 nações presentes, passou o atestado de óbito à guerra-fria, inaugurando uma nova era de relacionamento, em que os inimigos de ontem não eram mais adversários, os arsenais convencionais e nucleares seriam praticamente reduzidos e um sistema permanente de consultas substituiria um cenário que antes só refletia desconfiança (idem, p. 71).

A autora lembra ainda que os novos mandantes do mundo, generosos, incluíam em seus planos, a preocupação com os países pobres, em especial a América Latina, a Europa Oriental e as nações sobreviventes da fragmentação da URSS. À estes países ficara reservada a incumbência de adequar-se aos preceitos da nova ordem sob pena de ficarem excluídos de um processo de prosperidade mundial, pautados em valores universais.

O intercâmbio seria garantido principalmente pela transferência de unidades fabris para os países em desenvolvimento, o que geraria empregos em troca de benefícios fiscais completamente distintos daqueles possíveis às empresas nacionais (como por exemplo, a NIKE na Índia e a SONY em Manaus, dentre outras). Processo este, precursor da acumulação flexível e das formas subseqüentes de precarização do trabalho.

Os países poderiam ainda negociar através dos blocos econômicos instituídos, pois estaria condenado ao fracasso, o país que insistisse em projetos econômicos

⁵³ Dentre eles. HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

nacionalistas-isolados. Contudo, a entrada virtuosa no eldorado do capitalismo mundial não ocorreria tão tranqüilamente conforme o anunciado⁵⁴:

Entre o início de 1990 e o final de 1992, a produção industrial caiu 20% na Polônia, 35% na Hungria e 50% na Bulgária, na Romênia e nas repúblicas tcheca e eslovaca. (Louis Gill: 1993, 153 in Serra: 200, 72).

Além disso, nenhum processo de revisão política, econômica, ideológica e cultural se dá sem resistências. Ressurgiram, principalmente no Leste Europeu, nacionalismos totalitários que derramaram muito sangue, logo,

as inversões de recursos circunscreveram-se a perdões de dívidas, incentivo à integração dos países em instituições multilaterais de crédito e ao endosso a reformas estruturais das economias, sob inspiração neoliberal, incluindo privatizações e a revalorização da propriedade privada (Serra: 2000, 72).

Tudo isso com auxílio de um espetacular avanço no desenvolvimento tecnológico e científico alcançado às custas da elevação da exploração da força de trabalho pobre internacional em consonância a legislações protecionistas e monopolistas. Ou seja, o câmbio nas relações de trabalho – agora internacionalizadas – não significou transferência de tecnologia entre países ricos e pobres, mas sim a consolidação do imperialismo dos primeiros sobre os segundos. Portanto:

⁵⁴ No Brasil, os processos de modernização do nosso capitalismo sempre acontecem tardiamente como demonstra Laura Tavares Soares em “Os custos sociais do ajuste neoliberal”, São Paulo: Cortez, 2000, ou Elaine Rossetti Behring em “Brasil em contra-reforma”, São Paulo: Cortez, 2004.

A nova ordem mundial, sob hegemonia americana, é, portanto, [...] um movimento concreto das nações ricas, com a plena concordância das agências multilaterais, no sentido de introduzir as idéias e os procedimentos neoliberais nas nações periféricas, sem instabilidades de protestos indesejáveis. Paradoxalmente, contudo, qualquer conflito regional localizado desestabiliza o sistema porque expõe a sua atual incapacidade de erradicar os bolsões de miséria que proliferam inclusive nas nações desenvolvidas (idem, p. 73).

FHC devido ao legado de sua carreira política⁵⁵ adquire relativa facilidade no trânsito internacional. E, justamente pelo fato da figura do presidente agradar a comunidade internacional; enquanto internamente se alimentava a esperança popular de reversão do quadro posto; externamente a circulação do presidente atestava a rigorosidade de sua obediência aos desmandos neoliberais. Aquilo que justamente, poderia significar a transição para a independência político-econômica do país se transforma na maior causa da agudização da nossa subordinação recente.

Vale aqui abrir um pequeno *parêntese* para esclarecer que não estamos procedendo a uma análise profunda dos governos brasileiros em seus aspectos políticos e econômicos. Isso seria injustificável face à natureza da proposta desse estudo. Ocorre que a “família” se movimenta; enquanto mediação constituída historicamente; num amplo complexo de determinações e nosso levantamento empírico aponta o imbricamento *determinista* do campo econômico-produtivo nas manifestações de sociabilidade, onde nos períodos elencados, o emprego e suas metamorfoses são expressões concretas e centrais dos modos de vida dos sujeitos.

⁵⁵ Vide nota 43, sobre a trajetória política de FHC.

A medida em que a pretensa estabilidade econômica era mantida, o desmonte do Estado inviabilizava cada vez mais o acesso da população aos bens e serviços públicos ao mesmo tempo em que a demanda aumentava decorrente dos índices crescentes de pauperização. A ausência histórica de um sistema de proteção social de bases sólidas – que não é mérito exclusivo de FHC – tornava a situação das massas de desempregados ainda mais preocupante.

De um lado o governo procurava justificar a *crise* qualificando-a como um mal necessário para a conquista da estabilidade, por outro, creditava a responsabilidade sobre esta aos ataques especulativos e desestabilizadores externos. Com essa dupla justificativa, difundia a idéia da responsabilização individual e também dos grupos familiares. A superação da crise, por sua vez, seria alcançada com o acesso ao mercado de trabalho garantido com a (re) qualificação da mão-de-obra e com o melhor gerenciamento dos rendimentos domésticos.

Para isso, o governo incentiva o deslocamento do *tratamento da questão social* de maneira despolitizada para a sociedade civil. Reformula o marco legal das entidades e instituições sem fins lucrativos e massifica o povo com mensagens de ativismo cívico e voluntariado (Yasbek, 2002). Renasce um *boom* do chamado Terceiro Setor no país. Estas instituições, além de atender as tradicionais demandas de serviços sociais, como as de idosos, portadores de necessidades especiais, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, passam também a operar ações focadas em estratégias de *reestruturação dos núcleos* familiares e também ações de qualificação para o empreendedorismo, apelando ao suporte de ecléticas teorias neopositivistas. Qualificar-se para o trabalho passa a ser a palavra de ordem portadora do passe de acesso às melhores vagas no mercado precarizado de trabalho. Além da própria política social que passa a ser entendida como sinônimo de qualificação para a mão de obra e mais tarde (já no

governo Lula), como sinônimo de política de geração de emprego, no mais tradicional legado liberal⁵⁶.

Paradoxalmente ao discurso da *obrigação da qualificação*, a privatização das instituições de ensino avançou ainda que não tenha superado o número de estabelecimentos da rede pública. Todavia, a chamada *qualificação para o trabalho* numa sociedade dominada pelos meios de produção *high tech*, exige além da formação básica (dos ensinos: fundamental e médio), formações técnica e superior. Observamos que o índice de estudantes matriculados em escolas públicas no ensino médio decresce (81,8% no ensino fundamental e 77,7% no ensino médio) se comparado ao ensino fundamental, e, quanto ao ensino superior, a Fundação SEADE (1998) não registrou “nenhum” estudante matriculado em instituição de ensino de caráter público, dentro do público alvo de sua pesquisa (Tabela 14).

Uma das soluções encontradas⁵⁷ para responder as dissonâncias entre demanda e oferta de educação, cada vez mais explicitamente orientada para o mercado, foram as já citadas organizações não-governamentais e também as iniciativas empresariais de formação interna.

Em conformidade com as análises feitas pelos técnicos do SEADE, constata-se que para quase 90% dos assalariados da RMS⁵⁸, a capacidade de executar sua atual ocupação teria sido adquirida através do acúmulo de experiência e, para

⁵⁶ Por exemplo, segundo a *Pesquisa de Condições de Vida – PCV* – da Fundação SEADE, no período de 1994 a 1998; na região Metropolitana de São Paulo; o índice de indivíduos maiores de 15 anos que declararam saber ler e escrever saltou de 93,5% em 1994 para 94,7% em 1998. Os mesmos índices são registrados também no interior do estado (Tabela 12). A média de anos de escolaridade aumentou de 6,8 anos para 7,5 anos, para o que contribuíram a elevação dos índices de conclusão do ensino médio e o acesso ao nível superior (privado). Quase um terço da população (32,2%) atingiu esses níveis de escolaridade, em 1998, superando a proporção observada no período anterior (24,7%). (Fundação SEADE, PCV, 1998, www.seade.gov.br) (Tabela 13).

⁵⁷ Sempre soluções paliativas pois nenhuma mudança estrutural foi registrada até hoje.

⁵⁸ Região Metropolitana de São Paulo.

outros 42%, teriam contribuído também instruções recebidas durante o processo de trabalho.

Ao desagregar essas informações segundo dois grupos de trabalhadores – os que têm até oito anos de escolaridade e os com mais de oito anos de estudo – algumas diferenças se destacam. Entre os primeiros, a experiência adquirida no trabalho (93,0%) e as instruções recebidas durante o processo de trabalho (40,5%) são, claramente, as formas de aprendizado dominantes. No segundo grupo, embora essas duas formas continuem sendo as mais frequentes (85,2% e 42,9%, respectivamente), outras se revelam bastante importantes: para 25,7% dos indivíduos desse grupo, os conhecimentos necessários ao exercício de sua atual ocupação foram obtidos em curso de treinamento promovidos pelo atual empregador, o que indica um “certo investimento” das empresas em seu pessoal mais escolarizado. Além disso, a realização de curso superior e curso de capacitação técnica por iniciativa do próprio empregado também se mostrou importante para a aquisição dos conhecimentos necessários ao desempenho profissional (*idem*) (Tabela 15). Cabe-nos ainda considerar que a qualificação com orientação para o mercado nem sempre se compatibiliza com a qualificação orientada para a vida, isto é, os sujeitos adquirem também conhecimentos como estratégia de sobrevivência num processo de interação dinâmica, que o capital não consegue romper. Transformar-se a si próprio ao mesmo tempo em que se transforma a natureza (e o meio no qual vivem) pode também ser interpretado na contemporaneidade através dos chamados “*jeitinhos*” que os sujeitos trabalhadores-familiares empreendem mesmo que suas intenções estejam voltadas para obter o melhor trânsito no mercado de trabalho; afinal o objetivo último é a sobrevivência sua e de sua família. Carlos viveu uma experiência deste tipo ao se tornar autodidata em marcenaria:

Quando eu assumi a marcenaria, eu não sabia nada de marcenaria. Aprendi sozinho. Eu fazia tudo, tinha que fazer tudo e coloquei um primo da Márcia, um cara da minha confiança para ajudar lá. Ele era marceneiro, meu encarregado, o cara era muito bom. Só que logo depois ele prestou concurso na prefeitura e saiu. Foi uma quebra, perdi um cara de confiança. Tinha um outro que não deu certo. Só tomei na cabeça.

Além disso, o depoimento mostra que o desconhecimento técnico para o exercício de determinada função não impede que os sujeitos assumam a liderança de alguns processos de trabalho. Liderança essa, que pode, como no caso de Carlos, dar conta ainda de ampliar a *rede familiar* oportunizando o acesso *ao trabalho* para outros membros e o conseqüente intercâmbio de conhecimentos.

Sob uma ótica específica que nos remete as empresas familiares e de pequeno porte, como a marcenaria de Carlos, a falácia da qualificação da mão de obra não adquire grandes proporções. Os sujeitos privilegiam trocas pessoais de conhecimentos e este se atrela aos vínculos que se estabelecem e em alguns casos são transmitidos de geração para geração. Por outro lado, sob uma ótica estrutural, essas iniciativas empresariais – de formar mão de obra com recursos próprios das empresas - tem sido muito bem recebidas pelo governo, mas também pela população, que juntos passaram a *entoar o cântico da responsabilidade social*⁵⁹.

Tais investidas solidificam o terreno da educação orientada para o mercado e não para a formação de sujeitos, cidadãos, homens livres. O fato nos é atestado quando notamos que quando a renda total das famílias ao manter-se “estável” em consonância a estabilidade dos preços, numa hierarquização de seus gastos, a educação não ocupa lugar privilegiado. A educação é entendida como uma forma complementar de garantir melhores condições à reprodução. A educação como *forma de elevação das coisas do espírito e base para o aprimoramento da*

⁵⁹ A esse respeito ver as considerações iniciais do estudo: *O que é Responsabilidade Social?* que venho desenvolvendo em paralelo a esta dissertação de mestrado.

sociabilidade, é apenas conseqüência indireta desse processo; passando muitas vezes despercebida diante da urgência do atendimento das necessidades imediatas⁶⁰.

E seria difícil que fosse de outra forma, afinal as dificuldades para sobreviver aumentam a cada dia. Segundo a *Pesquisa de Orçamentos Familiares* (2004), do IBGE, publicada em *Estatísticas do Século XX* (www.ibge.gov.br), 35,27% das famílias pesquisadas no território nacional, declararam possuir alguma dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar que possuem, contra 5,26% que declararam ter facilidade para a empreitada (famílias de contexto urbano) (Tabela 16). Quanto as classes de rendimento, nota-se que nem mesmo as famílias com rendimentos maiores, declararam ser fácil chegar ao final do mês com seus rendimentos. A análise da Tabela 16 demonstra que as famílias pobres estariam, em tese, com maiores necessidades dos recursos públicos, no que não são atendidas satisfatoriamente; em conformidade a uma concentração crescente da renda média nacional⁶¹. Este fenômeno e todo seu processo circundante é engendrado por um processo multifacetado e global que segundo Netto, acarreta que:

... a estrutura de classes da sociedade burguesa vem experimentando verdadeira eversão, até mesmo com o desaparecimento de antigas classes, como é o caso do campesinato. Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico – objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídeo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da unidade de ambos os planos na prática social)... (1996, 93).

⁶⁰ Vários depoimentos de nossos sujeitos de pesquisa demonstram a idéia que fazem da educação como forma de preparação para o mercado de trabalho, conforme explorado no capítulo III.

⁶¹ Vide Tabelas 17: Distribuição dos indivíduos que procuram atendimento de saúde, 18: Tempo de Espera para ser atendido e 19: satisfação dos usuários quanto aos serviços de saúde, para se tomar como exemplo a maneira como a população acessa aos serviços básicos de caráter público.

Logo notamos que o papel da família em constituir-se como *núcleo* que possibilita a satisfação das necessidades de seus membros – mesmo com as crises, não se transfere mecanicamente para as demais esferas da vida social, por *imposição e necessidade dela própria*. Esta transferência pode aparecer de maneira diferenciada pelos contextos e construções históricas, mas o fato é que nem mesmo governos ou grupos sociais significativos são capazes de desconsiderar a capacidade mutante da família. Capacidade esta, intimamente atrelada a eversão do movimento das classes sociais como referiu Netto. A família nesse sentido não só pode apresentar um *desgaste* em suas relações e enfraquecer suas possibilidades de prover estratégias de sobrevivência, como pode também, ao mesmo tempo, *reforçar* os vínculos e *pactuar* novas formas de relacionamento com vistas a superação das dificuldades. Nesse caso, o aspecto “gênero” parece ser determinante para que os caminhos seguidos sejam o da renovação dos vínculos. À mulher histórica e culturalmente foi atribuída a responsabilidade do cuidado com o outro. Este cuidado pressupõe também um esforço contínuo em manter o grupo unido. O depoimento de Carlos (dado já de maneira emocionada) refere o fato e também explicita que nas construções simbólicas, essas atribuições são *transmitidas* como que centrais para a permanência da “identidade” do grupo, ainda que o processo não ocorra de maneira homogênea.

Quando meu pai ficou doente, foi barra. Ele tinha mal de Parkinson e depois descobriram que ele tinha câncer. Eu já não tinha muito juízo, isso só complicava as coisas, mas minha mãe é forte pra caramba, segurou a barra. A Júlia tem um pouco da minha mãe. Segurou a barra da minha separação com a Márcia com maturidade. Família legal, enfrenta as dificuldades.

Evidencia-se aí o papel da *transmissão*, como apontou Vitale (2002) no complexo processo da reprodução social da vida, difícil de ser apreendido por sua natureza subjetiva, por outro lado, mesmo sendo constituída por *seres sociais, ou sujeitos*, as famílias antes do ato fundante de sua sociabilidade (aqui individual) expresso

no trabalho, instintivamente, como necessidade biológica, se preocupam com a reprodução das suas bases materiais. O domínio do homem sobre a natureza, que o afasta do reino inumano, muda hábitos e modos de vida, mas não as necessidades orgânicas.

As tabelas 20 e 21 demonstram o consumo de alimentos quanto a quantidade e o tipo destes conforme as classes de rendimento. Chama-nos a atenção a constatação de que é irrisório o índice de consumo alimentar proveniente da agricultura familiar de subsistência. O avanço do agro-negócio⁶², da industrialização conformadora dos processos urbanizadores dos anos 1980-1990, somados a concentração de renda crescente⁶³ fazem dos rendimentos do trabalho a forma cada vez mais “única” dos trabalhadores satisfazerem suas necessidades básicas e vitais como a alimentação, por exemplo. O nível de desenvolvimento regional diferencia o acesso e a maneira de se consumir alimentos. No Sudeste 13,36% das famílias entrevistadas pelo IBGE consideram que seu consumo de alimentos é normalmente insuficiente, 30,0% declararam às vezes insuficiente e 56,64% declararam sempre suficiente. Já na região Norte do país, 17,18% das famílias declararam que seu consumo de alimentos é normalmente suficiente, 46,67% às vezes insuficientes e 36,14% declararam sempre suficientes.

Quanto ao tipo de alimentos no Sudeste, 33,04% das famílias declararam que sempre consomem o alimento do tipo preferido, contra 52,17% que disseram nem sempre do tipo preferido e 14,78% raramente do tipo preferido. O que na região Norte, aparece com 19,46% sempre do tipo preferido, 62,27% nem sempre do tipo preferido e 18,28% raramente do tipo preferido.

Os motivos do não consumo, ao contrário das preferências nos cardápios regionais, são aproximadamente os mesmos, ou melhor o motivo principal não nos causa espanto. Vejamos:

⁶² O Brasil destaca-se como um dos países que possui o *agrobusiness* mais desenvolvido do mundo. Neste sentido ver o relançamento de Francisco de Oliveira: *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁶³ E também a impossibilidade política da realização efetiva da Reforma Agrária.

No Sudeste, 92,66% das famílias disseram que não consomem o que gostariam por causa dos rendimentos familiares serem insuficientes, contra os irrisórios 1,74% que declararam que não consomem porque os alimentos não são encontrados no mercado e 5,60% apontaram outros motivos. Na região Norte, para não desviarmos nosso foco comparativo, 89,92% das famílias disseram que os rendimentos familiares impedem o consumo daquilo que gostariam, ao passo que 5,37% disseram que o que querem consumir não se encontra disponível no mercado e 4,81% entraram no grupo do “outros motivos” (TABELA 22).

E ainda, o que se consome não apresenta nenhuma significativa diferença quanto aos tradicionais produtos da cesta-básica brasileira (TABELA 23).

Conhece aquele ditado? “Não tenho tudo que amo, mas amo tudo que tenho”. Então, quando você me pergunta do consumo, me lembro que houve vezes em que a gente passando dificuldades tinha que gostar do pouco que tínhamos. Tinha que comer o que tinha. Quando a vida melhora, a gente come mais. Assim a gente vai levando

(depoimento de dona Carmem)

O fenômeno chamado de reestruturação produtiva, assim, verifica-se, que tende a alterar as bases do consumo nos lugares onde há maior estrutura da atividade urbano-industrial de maneira mais intensa. A reestruturação do capital, ao subordinar cada vez mais o acesso as necessidades vitais, leva a concorrência que lhe é peculiar (e constitutiva) aos grupos familiares.

Os anos FHC conseguiram *consolidar o sentimento de estabilidade econômica*, levando as famílias a realizar planejamentos de médio e longo prazo. Todavia, o tempo histórico decorrente de tais investidas ainda não é suficiente para fazer unânime o descarte da possibilidade de uma nova crise.

2.4. – Trabalho e Família na “ressaca” da Era FHC.

O ornitorrinco [o Brasil] é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação” [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.

Francisco de Oliveira (Crítica à razão dualista: o ornitorrinco).

Para que possamos traçar um breve esboço do quadro atual da família e do trabalho no contexto de *pós ilusão de estabilidade* é necessário ainda retomar alguns aspectos do período anterior, entendendo que estes aspectos se constituem no presente como justificativas para a continuidade das políticas econômica e social, denominados pelo governo Lula de *herança maldita*. Todavia, como veremos, os esforços para reverter as penúrias deste legado não ultrapassam o âmbito das falácias ou das *metáforas do presidente*, como as batizaram a imprensa.

O Plano Real sem dúvida foi um plano de estabilização econômica diferente dos demais. Difundindo a ameaça da volta da inflação, o governo FHC praticamente não ofereceu aos brasileiros alternativa, senão aquela de corroborar as iniciativas que significassem a manutenção da moeda e o controle inflacionário. O que a equipe de FHC não revelava é que o Plano Real:

Integra uma família de planos de estabilização discutidos na já referida reunião de Washington e patrocinados pelas instituições internacionais. Essas últimas viabilizaram a renegociação de “dívidas velhas” para tornar possíveis novos empréstimos, mas exigindo em contrapartida a desregulamentação profunda dos mercados locais, para uma livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo. Para Benjamim [...] essa articulação é que viabilizou a “combinação explosiva e normalmente inviável – a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial – que formou uma ‘ancora’ eficaz contra a inflação” (Behring, 2002: 156).

Tudo bem até este ponto, caso as nações não fossem constituídas de *pessoas*. Behring aponta que tais medidas corroeram a autoridade monetária nacional por exigirem *captação permanente de recursos no exterior para equilibrar a balança de pagamentos*. Essa tendência amordaçara a economia nacional e se constituíra no pilar de sustentação do argumento da *herança maldita*, pois por meio dela se justificam as altíssimas taxas de juro (vulnerabilizando o país face aos ataques especulativos) e a transferência de lucros para os setores financeiros, engessando a produção:

... os impactos dessa engenharia de curto prazo do Plano Real têm sido: o bloqueio de qualquer possibilidade de desconcentração da renda; uma desproporção entre a acumulação especulativa e a base produtiva real, cujo custo recai sobre o Estado na forma de crise fiscal e compressão dos gastos públicos em serviços essenciais; alienação e desnacionalização [...] do patrimônio público construído nos últimos cinquenta anos; um remanejamento patrimonial de grandes proporções e com fortes conseqüências políticas [...]; inibição do crédito e inadimplência dos devedores; mudança do perfil de custos e manutenção, mas não em ampliação da base, em virtude dos riscos... (idem, p. 157).

Essa armadilha desagradou os investidores e proprietários de meios e modos de trabalho no setor produtivo. Estes não mais investem no setor se não forem beneficiados com os chamados *incentivos fiscais* por parte do governo, paradoxalmente ao mesmo tempo em que exigem maior autonomia do mercado no controle regulatório da vida socioeconômica do país. A consequência imediata disto é a desregulamentação do trabalho, o desmonte da Seguridade Social, a pressão para uma média regressiva das condições de vida, instabilidade social, indigência, violência urbana, dentre outras coisas.

Ao assumir a presidência da República em 2003, Lula indicou o ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), o médico petista Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda. O mercado e os organismos internacionais apreensivos aguardavam ansiosos os próximos passos do governo. Estes tiveram suas expectativas atendidas quando o presidente nomeia para a presidência do Banco Central do Brasil, o ex-presidente mundial do *Bank Boston*, Henrique Meirelles. A combinação não poderia ser melhor – aos olhos do grande capital – Palocci e Meirelles aprofundam a chamada *austeridade* mantendo cada vez maiores as taxas de juros, batendo recordes históricos na arrecadação de superávits primários. Com a *gorda* poupança interna – ao contrário do que fez FHC que privilegiou aumentar divisas focando na poupança externa – o pagamento da dívida estaria assegurado. O *risco Brasil* diminui e a credibilidade no país causa um clima de euforia, principalmente para o setor financeiro. Estrategicamente semelhante ao seu antecessor, a política econômica da equipe de Lula não apresenta possibilidades de redistribuição efetiva da renda, não contempla a realização da propalada reforma agrária, não revê as bases para a construção de uma política efetiva de criação de empregos e também não retarda o avanço do setor privado no *trato* da questão social.

No entanto, em seu primeiro ano de mandato, essa “cara” do governo não era quase percebida. Lula, estrategicamente se aproveitou da comoção nacional que o

elegeu e anunciou como primeira medida de peso de sua gestão, a implantação de um mega programa social com ênfase no combate a fome e a pobreza: O Fome Zero. É fato que a sociedade brasileira parecia estar disposta a rever as bases do chamado *pacto social*, pois ficara evidente que um presidente de origem pobre, de bases políticas esquerdistas, mas com capacidade para aglutinar setores menos radicais da direita, poderia empreender com sucesso a luta pelo combate a fome e a pobreza no país.

Assim, Lula conquista notoriedade internacional com a junção de duas estratégias funcionais: une a austeridade de sua política econômica, pautada no “melhor” dos interesses dos organismos internacionais, à seu discurso de solidariedade e igualdade entre os povos, postando-se como *porta voz* dos países emergentes. O povo brasileiro de uma maneira geral parece ser conquistado com a estratégia. A família Silveira foi ativa no processo eleitoral e fez-se sujeito ao “protagonizar” sua cidadania apostando numa proposta política, ainda que os depoimentos demonstrem um pouco de leitura *messiânica da realidade* por parte dos mesmos:

Cara, quando saiu o resultado da eleição, nem acreditei. Sabe o que é uma luta de vinte anos? Fui para a Paulista (avenida), a Júlia quis ir junto, falei vâmo lá. Lembra que a gente se encontrou lá? Não dava pra deixar de acreditar que esse país agora vai.

(depoimento de Carlos)

Meu pai que gosta de política, mas eu gostei do Lula ter ganhado a eleição, também. Todo mundo queria muito isso.

(depoimento de Sandra)

As coisas estão mais fáceis agora do que no meu tempo. Tirando a violência, o resto é muito mais fácil. E agora o Lula tá tentando.

(depoimento de Dona Carmem)

Enquanto isso, a situação internacional permanece gravitando em torno de perspectivas de aprofundamento da mundialização do capital e a opção pelo neoliberalismo feita no Brasil deixa evidenciado que não se pensa (nem mesmo em longo prazo) a reversão da concepção do trabalho identificado ao trabalho produtor de mais-valia e nem de nosso *rascunho* de sistema de proteção social.

Pois, se a idéia primeira (presente na Constituição Federal de 1988) era constituir um Estado Social firmemente pautado na esfera produtiva através de um sistema de seguridade social solidária⁶⁴, agora não só esta idéia como a sua própria realização, é substituída pelo deslocamento das ações do campo público-estatal para o “público-privado” através das chamadas parcerias.

Em outras palavras: o modelo tecnocrático e mecanicista da produção em série, típico do fordismo, ao ser substituído heterogeneamente por *gestões flexíveis do trabalho* acabam por proporcionar inevitavelmente o desmonte do seguro social pautado na contribuição advinda das condições de assalariamento da população.

É evidente que não se trata de atribuir o desmonte da proteção social e, por conseguinte a atenção à família, à crise produtiva e a conseqüente redução dos postos de trabalho. Isto seria minimizar a questão. Trata-se na verdade, de reafirmar que está posto um complexo sistema de reversão política neoliberal que despolitiza a questão social, tratando-a como categoria de responsabilidade exclusiva da sociedade civil sem a necessária (inter) mediação estatal⁶⁵ e que a crise posta é produto histórico multicausal.

Assim, aprofundam-se nesse contexto as tentativas de esvaziar o momento fundante do ser social, substituindo-o por quaisquer formas de ocupação nas relações de exploração. A família volta á baila no discurso governamental e se fixa como parceira fundamental para o sucesso da empreitada neoliberal

⁶⁴ Ainda que a lógica que constitui o sistema de seguridade social brasileira seja a lógica funcional.

⁶⁵ Sem se esquecer que embora o conceito de sociedade civil seja controverso, há uma espécie de consenso em considerar que o Estado também é expressão da sociedade civil.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o Estado pode resolver apenas uma parte dos problemas do país, A outra parte, segundo ele, cabe à sociedade, sobretudo à família [...] Disse o presidente: “No Brasil, criou-se o hábito de achar que o Estado pode resolver tudo”

Folha de S.Paulo, 20 de julho de 2004.

Todo este processo, trás consigo um outro agravante que merece ser citado. Referimo-nos ao caráter fragmentário das ações no campo social (de abordagem das famílias na sua relação com o universo produtivo) e do trabalho. As operações realizadas no campo social transferida à sociedade civil e reguladas pelo mercado apresentam maiores graus de fragmentação-focalização a cada passo deste modelo. São eliminadas todas as formas de referências universais de acesso aos bens e serviços públicos.

O caso brasileiro recente demonstra que com a posse de Lula, essa lógica continua em curso, todavia, com características diferenciadas de seu antecessor, promovidas principalmente pela euforia em torno do crescimento econômico, leia-se: recordes em superávits primário “garantindo o pagamento da dívida”, como dissemos antes, mas não a ampliação do chamado *gasto social*⁶⁶.

O desempenho do governo Lula nas áreas econômica, política e social não tem sido digno de sua trajetória política de contestação. Atribuindo o caráter inócuo de suas ações a chamada *herança maldita*, não podemos, porém, negar que o legado de instabilidade vem de longa data, ultrapassando os oitos anos anteriores de *reinado FHC*.

A estabilidade econômica, demonstrada, sobretudo pelo controle inflacionário parece ser um poderoso argumento para a adesão dos sujeitos à política econômica adotada. As três gerações presentes em nossa pesquisa, ao contrário

⁶⁶ Ao contrário, no dia 10 de março de 2005, o ministro da Fazenda Antonio Palocci declarou que a carga tributária brasileira não pode ser diminuída devido aos altíssimos custos dos investimentos na área social.

do que acontecia com FHC, ou antecessores, concordam em esperar os resultados das medidas. Nas entrevistas realizadas em separado, os três sujeitos se posicionaram da mesma forma, quando o assunto era o governo Lula:

Não dá pra fazer tudo
(depoimento de Carlos)

Não dá pra fazer tudo
(depoimento de Dona Carmem)

Não dá pra fazer tudo
(depoimento de Sandra)

Parece claro aos sujeitos que há um legado difícil de ser revertido em quatro anos de administração pública. Desta forma, vejamos: de janeiro de 1982 até setembro de 2004, o Brasil enfrentou 96 meses de recessão – ou seja, em 35% do período a economia brasileira estava encolhendo⁶⁷. Esse clima de instabilidade econômica parece estabilizar-se não só pelas iniciativas liberais tomadas pelos últimos governos e o atual, mas também pela aparente vitória política dos setores de centro-esquerda que apoiaram FHC, mas que também tecem elogios à política econômica de Lula⁶⁸. Parece não haver mais o risco da tomada de poder por grupos considerados *radicais de esquerda*⁶⁹ ou da reversão desta política neoliberal em práticas socialistas.

O clima *light* do governo Lula registra inevitáveis contradições.

Em dezembro de 2004, o otimismo e a realocação de recursos de grandes investidores levaram o *risco país* brasileiro pela primeira vez, desde 1997, abaixo dos 400 pontos. Os altos juros, a inflação baixa e a perspectiva de crescimento são os principais motivos para a euforia do mercado, sobretudo o mercado financeiro.

⁶⁷ Folha de S.Paulo, 28.11.2004 – Caderno Dinheiro, página B1.

⁶⁸ Um petista mais convicto não imaginaria que viveria para ver Aloísio Mercadante e Delfim Neto traçarem juntos estratégias comuns para a política econômica do Brasil.

⁶⁹ Até porque o PT se não os expulsa do partido, ignora-os até que eles saiam.

Por outro lado, o FMI em relatório oficial⁷⁰ afirmou que o Brasil continua *significativamente vulnerável* por causa de seu endividamento e previa que em 2004, o país teria uma das menores taxas de crescimento entre os países emergentes do mundo, inclusive na comparação com seus vizinhos latino-americanos.

Sem fazer *vistas grossas* ao aviso, o governo brasileiro agiu (e já vinha agindo) rápido. A carga tributária teve alta de 35,52% para 35,68% do PIB pela sétima vez consecutiva nas três esferas de governo. Só os tributos federais aumentaram de 24,84% em 2002 para 24,86% do PIB em 2003. O aperto fiscal, em maio de 2004, atingia pelo segundo mês seguido recordes, totalizando um total de R\$ 11,901 bi em abril e em novembro de 2004 superava a meta exigida pelo FMI, atingindo a marca de R\$ 77,971 bi, com uma economia de R\$ 6,471 bi a mais do que o exigido pelo Fundo.

Ao mesmo tempo, instituições financeiras pagaram menos impostos que o setor produtivo, porém, obtiveram maiores lucros⁷¹. Algumas, segundo o Banco Central chegaram a obter lucro de mais de 1.000%. As exportações são as *vedetes* do setor produtivo e as que mais geram lucros (e menos empregos). Contudo, o cenário exposto ainda não é suficiente para fazer do Brasil unanimidade aos olhos estrangeiros. Em dezembro de 2004, o banco norte-americano *City Bank* recomendou a seus investidores a Argentina e não o Brasil. O jornal Folha de S.Paulo (30 de dezembro de 2004) publicou os seguintes trechos do relatório:

⁷⁰ Perspectivas para a Economia Mundial 2004, FMI, abril de 2004. (Folha de S.Paulo, 22,04.2004, p. B1).

⁷¹ O jornal Folha de S.Paulo do dia 12 de julho de 2004, pagina B1 dizia que no primeiro trimestre de 2004 as instituições financeiras gastaram R\$ 1,487 bi com tributos. Em igual período do ano anterior, foram R\$ 3,218 bi – uma queda de 53,8% (os valores são nominais). Os números se referem aos valores provisionados pelas instituições para o pagamento do imposto de renda e da COFINS – principais tributos federais pagos pelas instituições.

A Argentina [...] estará menos exposta a guinadas na liquidez internacional.

No médio prazo, a Argentina será menos vulnerável a choques que o Brasil.

A Argentina reduz a sua relação dívida/PIB mais rápido do que o Brasil. Esse fato está guiando a Argentina a uma rápida apreciação do câmbio e a um perfil mais favorável da dívida.

O Brasil dá a impressão de ser um estranho em termos de juros domésticos altos.

O que expõe a fragilidade da política econômica adotada e que internamente tem sido decantada como *austera e necessária*. Não se trata de exigir medidas ainda mais draconianas, mas sim, evidenciar que a excessiva preocupação em atender as exigências dos organismos financeiros internacionais não elimina as contradições e os riscos da sua própria cartilha.

Ainda no rol das contradições, sensíveis melhorias nas condições de vida são demonstradas pelos institutos de pesquisa, o que contribui para consolidar a idéia do esforço geral necessário como pré-requisito para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico. Porém, nem os institutos de pesquisa e nem o governo declaram como as medidas que surtem sutis mudanças na vida social do país, podem tornar-se estáveis.

A queda do dólar foi entendida pelo IBGE como um dos fatores responsáveis pela redução de preços de produtos essenciais da cesta básica brasileira⁷². O dólar,

⁷² Muitos itens registram queda em outubro de 2004: farinha de trigo (3,09%), óleo de soja (2,68%), margarina (2,03%), biscoito (1,42%), pão francês (1,14%), café moído (0,25%) e açúcar cristal (0,45%). A taxa de câmbio começou a cair com intensidade em meados de 2004 – a moeda americana iniciou outubro de 2004 a R\$ 3,15 e ao final do mês estava a R\$ 2,85, segundo o Banco Central.

segundo analistas, influencia os preços dos alimentos em duas frentes: nos produtos feitos a partir de matérias-primas diretamente importadas e nos insumos cotados no mercado internacional em moeda forte, como a soja e o trigo.

Indicadores possíveis de serem comemorados se não fosse o fato de não estarem diretamente relacionados ao poder aquisitivo real dos trabalhadores. O desemprego na mesma época continuava a bater recordes históricos, mesmo com o sensível aumento de vagas, inclusive no mercado formal. O IBGE registrou que a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país ficou em 13,1%, a maior desde outubro de 2001. Em abril de 2003, a taxa havia sido de 12,4%. A renda que havia crescido por três meses consecutivos, voltou a cair. O motivo alegado por governo e empresários seria a baixa atividade econômica e a alta carga tributária. Um mito. Afinal, o próprio Ministério do Trabalho concluiu em pesquisa (1989 a 2003) que a troca de endereço das empresas – movida principalmente pelas vantagens tributárias – não eleva o número de empregos diretos no país. A pesquisa mostra que o saldo de vagas decorrente das migrações no período é negativo em mais de 20 mil postos. A guerra fiscal utilizada por prefeituras e governos estaduais para atrair empresas não passa de mito. A mobilidade parece maior entre as famílias e os sujeitos individuais do que entre as empresas. Carlos lembra de ocasião em que teve que sair da capital para trabalhar em outro município, porque para ele havia emprego, relacionado a sua rede de relações.

Numa situação de desemprego, o cara tem que ir pra onde tiver que ir. Já trabalhei em São Vicente, em outros lugares fora de São Paulo. Se der pra mudar o cara tem que ir mesmo atrás de onde tem emprego.

Os custos sociais dessa política são comemorados apenas nas estatísticas oficiais. No enfrentamento cotidiano da vida, os brasileiros continuam obrigados a

improvisar saídas alternativas para sobreviver, quando não muito utilizam a violência⁷³.

Ao mesmo tempo em que tudo isso acontece, o jornal Folha de S.Paulo noticiava em 17 de julho de 2004 que vinte e sete dos trezentos e quarenta programas do governo federal não haviam gasto nada do que lhes foi destinado pelo Orçamento da União.

Enquanto isso em Brasília, o presidente Lula declarava: “*Falta de afeto é um grave problema do país*” (Folha de S.Paulo, 24.12.2004).

O presidente parece realmente estar desinformado sobre as reais condições de seu povo. “Afeto” no sentido apresentado pelo presidente, pelos nossos levantamentos pode ser entendido como um elemento fundamental nas estratégias de sobrevivência da população, em especial, a de baixa renda, como parte das respostas aos paradoxos sócio-econômicos explicitados nesse capítulo. Talvez o fenômeno mais emblemático dessa natureza, seja a *coalisão* dos espaços produtivos, isto é, o espaço público, historicamente determinado como *lócus* das relações de trabalho, se identifica ao espaço doméstico a medida em que crescem as atividades laborais realizadas no interior dos domicílios.

Segundo Oliveira (2001):

⁷³ O roubo no trânsito – a pedestres, motoristas e passageiros – é na capital paulista, a modalidade criminosa que mais sofre o impacto do crescente desemprego que já atinge quase 2 milhões de pessoas na região metropolitana. Numa escala de 0 a 100, é possível afirmar que o desemprego explica 85% da variação das investidas em carros, 80% da oscilação dos casos em ônibus e 74% dos altos e baixos dos assaltos a pedestres (Uniem, Unicamp, 2004). Outro indicador alarmante destas condições sociais é apontado pela Unesco. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 56% dos adolescentes que abandonam a escola são meninas. A responsabilização da mulher nos cuidados domésticos e mais recentemente também pela provisão do lar é um dos fatores apontados para justificar a evasão (Folha de S.Paulo, 5 de janeiro de 2005). Também o número de divórcios cresceu 46% nos últimos dez anos, passando de 95 mil em 1993 para 139 mil em 2003.

Dados da PNAD de 1999 revelam uma parcela respeitável da população considerada economicamente ativa trabalhando no próprio domicílio: 2,2% entre os homens e 10,9% entre as mulheres. De forma subcontratada, dissimuladamente assalariada, ou autônoma, esse tipo de trabalho tem progressivamente ocupado o espaço da moradia (p. 10).

E as relações afetivas são preponderantes para que a alternativa seja exitosa, é o que demonstra o estudo feito pela autora, portanto afeto é o que não falta aos brasileiros, contrariando as afirmações do presidente.

A crescente informalidade nas relações de trabalho acirra a instabilidade dos sujeitos trabalhadores-familiares no *mundo do trabalho*. Em 1997, o IBGE demonstrava que das 992.549 empresas do setor informal, 7,5% (74.385) funcionavam sazonalmente e 4,3% (42.730) funcionavam de maneira eventual. Sendo que destas, 21,9% (217.863) foram classificadas no grupo de atividade de serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões (Tabela 24).

O governo brasileiro trilha um caminho semelhante ao percorrido pela Argentina no tratamento da questão do setor informal e das empresas familiares. As empresas, ao alegarem as dificuldades, o governo procura atendê-las de forma a contribuir na superação das mesmas, garantindo a permanência de tais empresas, num processo quase irreversível de *legalização* da informalidade.

A falta de clientes e a concorrência muito grande são respectivamente os principais motivos alegados pelas empresas como dificuldades 38% (377.227) e 15,4% (152.833), respectivamente, ao passo em que 0,41% (4.085) delas receberam assistência de órgãos governamentais e 1,5% (14.876) de outras instituições (Tabela 25).

Esta *precarização* do mundo do trabalho, principal desafio da sociedade brasileira contemporânea, altera o tecido social, redesenhando a *divisão do trabalho*, as

*relações de poder, o status e os grupos de socialização*⁷⁴. Pois, a ocupação informal não é mais sinônimo de baixa escolaridade, atrelada a situação de gênero. De um total de 1.354.746 pessoas ocupadas em empresas do setor informal, 64% (864.230) são homens e 36,2% (490.516) são mulheres, e, destas, 10,3% (139.439) possuem curso superior completo (Tabela 26). A maior concentração da atividade está no comércio de mercadorias, abarcando 23,1% (313.117) de pessoas ocupadas (Tabela 27), sendo que a grande maioria destas, são jovens entre 18 e 24 anos (29,7% - 81.194 pessoas), vinculadas ao trabalho por tarefa 11,1% (30.453), por tempo determinado 7,6% (20.863) ou por tempo indeterminado 77,4% (211.431) e que possuem algum parentesco com o proprietário 20,5% (56.032) são filhos; 5,29% (14.448) são cônjuges e 60,75% (165.863) não possuem nenhum vínculo parental (Tabela 29).

As formas de entrada no negócio e a quantidade de horas trabalhadas são as mais variadas (Tabela 30), assim como os rendimentos que “não se alteram” segundo o grau de instrução (R\$ 374 para pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo e R\$ 370 para pessoas com curso superior completo), o que demonstra que o setor informal é *realmente alternativo* ao limiar da sobrevivência (Tabela 30). Afinal 310.013 pessoas alegaram aos pesquisadores do IBGE que estão no setor informal porque não encontraram emprego, contra apenas 24.678 que disseram que o mais lhes agrada no setor é o horário flexível (Tabela 31).

Diante do exposto, é inevitável afirmar a centralidade do trabalho em nossa sociedade. Determinado historicamente na Era do Capital – como refere Hobsbawn - como trabalho assalariado, emprego, ocupação ou mesmo, de outro lado, aquele que nos funda como gênero humano, fica evidenciado que a família permanece responsável por garantir as condições mínimas necessárias de sobrevivência a seus membros, e, que o caminho que traçamos em nossa sociedade, altera as práticas necessárias a reprodução destas condições, mas não as elimina ou as ultrapassa.

⁷⁴ Uma abordagem didática esclarecedora dessas categorias pode ser encontrada em: *Sociologia da Educação; reproduzir e transformar*, de Evaldo Vieira, São Paulo: FTD, 1996.

Por isso mesmo, é preocupante a situação dos sujeitos trabalhadores-familiares brasileiros nesse início de século XXI. Mesmo os dados brutos dos institutos de pesquisa atestam que a estabilidade perseguida na macroeconomia não se reflete na estabilidade das condições de vida da população, ainda que condicione suas mudanças mais significativas. Afinal, em 22% dos domicílios do país o rendimento médio mensal em 2000 era menor do que meio salário mínimo per capita, os responsáveis pela casa tinham menos de quatro anos de estudos e havia a presença de ao menos uma criança de até 14 anos de idade, sendo que estes indicadores foram utilizados pelo IBGE para definir o índice de vulnerabilidade social das famílias.

Além disso, o ciclo econômico que apresentamos, ao privilegiar o setor financeiro tira da família e das empresas (especialmente as microempresas) sua participação efetiva na *poupança* do país.

As altas taxas de juros praticadas no país desde 1999 – ano da desvalorização cambial, quando a taxa básica bateu em 45% - e as fortes flutuações do dólar reduziram a participação de empresas produtivas e das famílias na formação da poupança do país. Em contrapartida, a dos bancos subiu. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que sobrou menos dinheiro para as pessoas e as empresas guardarem, recursos que poderiam, no futuro, se converter em investimentos produtivos (Pedro Soares, especial para Folha de S.Paulo 6.12.2004).

Essas são apenas algumas considerações sobre esse momento pós FHC que demonstram a fragilidade do discurso da estabilidade econômica e seus limites na resolução de problemas relativos as condições de vida e, principalmente, a satisfação efetiva das necessidades reais dos sujeitos trabalhadores-familiares.

Esta *vida conjuntural* fica *armazenada* na memória destes e o processamento subjetivo destas memórias se objetiva também na maneira como se relacionam em diferentes momentos e fases da vida.

Capítulo 3. Elos que unem a centralidade do trabalho às relações familiares.

O fim do terceiro exílio de Lukács, ou, se se quiser, a alternativa do retorno á sua obra (ou do retorno dela ao debate das idéias) depende de uma profunda inflexão nas tendências em curso na sociedade contemporânea, inflexão capaz de romper com o novo cerco imposto pelo capital ao trabalho – pois é disto que se trata quando se constata a ausência de um forte, massivo e visível movimento social anticapitalista, portador de viabilidade revolucionária. Apenas, se e quando a velha toupeira voltar a mostrar a cabeça é que estarão postas as condições para que a ontologia do social recupere a centralidade que o filósofo lhe atribuiu – e de que ela desfrutará ao romper-se o véu da falsa consciência.

José Paulo Netto (Marxismo Impenitente).

Nesse estudo, procuramos entender os sujeitos em questão, numa perspectiva ontológica, como tentativa de avançar nos estudos sobre trabalho e família, de orientação claramente marxista, que até então, evidenciavam somente a condição da família como *núcleo reprodutor da força de trabalho*. Assim, a família o é, mas não somente. A categoria social de reprodução engloba uma infinidade de processos endógenos e exógenos (mediações) que não podem ser reduzidos a uma única característica nem mesmo a mais evidente. O legado marxiano-lukácsiano nos pareceu a melhor base epistemológica para tal análise, pois se entendermos que o ser social possui em si possibilidades emancipatórias individuais (no seu metabolismo com a natureza) e coletivas (também no seu metabolismo com a natureza e com seus processos próprios de socialização, sociabilidade e de consciência de classe), e a família é o agrupamento histórico próprio desses sujeitos⁷⁵, podemos aferir que esta também, contraditoriamente, traz consigo possibilidades de emancipação e não só de funcionalidade ao sistema dominante, como referem a grande maioria das análises marxistas sobre a temática família.

⁷⁵ A história para Lukács, segundo Netto (2004) é o processo de produção e reprodução daquelas objetivações – e se estas, sempre, são teleologicamente efetivadas, o processo histórico, em si mesmo, não dispõe de finalismo (pág. 151).

A alternativa analítica oferecida por esse estudo, relativiza tanto as análises *satanizadoras* da família pela sua vinculação a reprodução das relações sociais da ordem capitalista, como nega as apologias feitas à família no sentido de lhe atribuir responsabilidades vitais ao ajustamento com vistas à sobrevivência de seus membros (e o enquadramento dos mesmos) num contexto de permanentes transformações e crises estruturais.

Trata-se, pois, de entender que a família vincula-se *organicamente* ao mundo da produção material (e por isso mesmo vincula-se também ao mundo da *reprodução espiritual*) e como tal apresenta as contradições próprias das determinações deste universo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se afirma como principal responsável pela perpetuação da ordem vigente, apresenta possibilidades de superação da mesma, justamente por ser constituída de seres sociais (e, portanto, ontológicos) fundados pelo trabalho, e, que a medida em que avança o desenvolvimento das forças produtivas e com ele as crises estruturais, os campos de possibilidades das rupturas sociais se explicitam com maior força.

Esse processo de humanização do ser social, só é possível pelo fato destes possuírem capacidades específicas de sua espécie, muitas delas refletidas pelos meios de cognição. Destes, a memória é sem dúvida imprescindível para a definição do que somos e de como nos realizamos enquanto gênero humano. Memória é nesse contexto entendida por nós como processo interativo e dinâmico e que conforme Bosi (1971, p. 15) *é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança* e define os laços que unem os sujeitos, quando estes a fazem [da memória] seletiva e se reproduzem socialmente com os limites próprios de seu tempo.

Nossos sujeitos de pesquisa, pertencentes a três gerações diferentes, carregam consigo, em suas memórias, as experiências da união conjugal (primeira e

segunda geração) e a representação dessa experiência ainda não vivida (terceira geração). Carregam essa memória, com plena consciência de que as condições em que os fatos narrados ocorreram, são resultados de um conjunto de *determinações* que incluem suas aspirações individuais, condições sociais, subjetivas e culturais próprias de cada época.

Carregam também os traços do trabalho na sua dupla dimensão: *sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista* (idem)⁷⁶.

Note-se que no decorrer do estudo, os depoimentos de Carlos (2ª. Geração) assumiram relativa centralidade, o que executamos de maneira deliberada. Pois a seguir incorre-se num *passeio* com maiores detalhes pela vida da família Silveira e percebe-se que mesmo que as indicações desta nos aponte para uma dinâmica familiar tipificada nos segmentos genericamente chamados de médios, com maiores possibilidades de autonomia individual entre seus membros, algumas construções sociais e históricas permanecem, como por exemplo, a prevalência do papel do “homem” como provedor da família. Ademais, as memórias familiares, talvez conduzidas pelas questões de gênero, dão a Carlos centralidade a medida que este reafirma em suas próprias falas e em suas lembranças seu papel de provedor, que não se desfaz nem mesmo à distância (como é o caso do atendimento das necessidades de Sandra, que atualmente mora com a mãe). Veremos como nas memórias de Carlos são fortes as referências sobre o trabalho e nas memórias de Dona Carmem (1ª. Geração), a família ocupa o centro de suas preocupações. Já Sandra (3ª. Geração) transita tranqüilamente entre as preocupações com a família e as preocupações com seu futuro (que incluem aí

⁷⁶ Lessa aponta *que no contexto do ser social, transformar a natureza, convertendo a causalidade em causalidade posta, tem por consequência também a construção da humanidade e das individualidades enquanto substancialidades crescentemente genéricas [...] e que o tal controle sobre si próprio, sobre seus hábitos, sentimentos, afetos, instintos etc. não apenas é imprescindível à objetivação da posição teleológica, mas ainda requer um distanciamento do sujeito para consigo próprio, análogo à distância gnosiológica entre sujeito/objeto e absolutamente inexistente nas formas incipientes de consciência que se manifestam no mundo animal [...] ou seja, as opções de autocontrole e de configuração da individualidade que todos os seres humanos, de uma forma ou de outra, necessariamente realizam a cada pôr teleológico requerem uma justificação/legitimação que apenas pode ser dada, em última análise, por uma concepção de mundo (Weltanschauung).* (Lessa, Sergio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. Boitempo Editorial, 2002, p.180-181).

alguma atividade laborativa). Tudo isso parece explicitar que a prática social executada pelos sujeitos os funda enquanto sujeitos e que a família viabiliza e condiciona tal processo, humanizando essas relações pautadas num real concreto. Evidencia-se um quadro explícito das conexões entre o mundo da família e o mundo do trabalho, agora com as cores escolhidas pela família Silveira.

3.1. O real vivido marcado na memória

François de Singly (1996) aponta, em tese, algumas considerações importantes sobre a família contemporânea. A primeira delas se refere à maneira como a família contemporânea, ao se formar a partir de uma união entre sujeitos de origem familiar diferentes e isso não significar homogeneização de novas formas de convivência configura *a família contemporânea como incerta, minada no seu interior*, o que contribui com a formação daquilo que o autor denominou de *construção de novas identidades*⁷⁷. Nos relatos seguintes a família Silveira parece não fugir a constatação do autor e com isso evidencia a existência de *substancialidades crescentemente genéricas*, como referiu Lessa (2002).

Dona Carmem fala pouco da época de seu casamento, mesmo porque se emociona ao lembrar-se desse passado, todavia, demonstra revigorar-se quando fala de seus filhos e netos com orgulho típico de mãe e avó. Nos mostra as fotos dos filhos e netos e diz: *“Essa é a Sandra, minha neta. Bonita não? Não é por ser minha neta não, mas ela é linda. Essa aqui é a Sônia, filha do meu filho mais velho, é também muito bonita. É um outro tipo, ela é moreninha, mas é linda também. O menino é meu neto. Vai fazer mês que vem 14 anos, aí ele fica da idade da Sandra e a Sônia vai fazer 13 anos este mês”*.

Continua empolgada na narrativa que, comparada a outras memórias onde filhos e netos não se fazem presentes, dona Carmem parece não demonstrar a mesma empolgação. É como se ao incluir os filhos e os netos em suas lembranças, sua vida fizesse mais sentido e mostra-nos assim o que Singly denominou de *construção de novas identidades*.

⁷⁷ O autor procede a um maior detalhamento sobre o que afirma ser “minado” no interior da família. Para nós dentre as várias conexões que “minam” a família apontadas por Singly nos interessa aquelas que trazem os elementos explícitos que redefinem constantemente a identidade dos sujeitos.

Poderíamos ainda nessa análise, destacar uma importante condição objetiva que parece ser decisiva na relação afetiva que dona Carmem estabelece com seus filhos e neta. Trata-se da condição de gênero. Apontamos essa consideração pelo fato de que nas narrativas de Carlos não há menções significativas sobre os laços afetivos que o une a família. Estes aparecem implícitos quando suas preocupações maiores giram em torno da relação com o *mundo do trabalho*. É como se a relação afetiva fosse “conseqüência” de seu trânsito “bem sucedido” pelo mundo do trabalho, demonstrando a construção de um outro tipo de “identidade”, identificada ao caráter ineliminável da centralidade do trabalho na realização do(s) ser(es) social(is).

Dona Carmem narra:

É engraçado porque as meninas quando vem aqui, conversam bastante comigo. Já o menino não fala nada, ele fica quietinho. Depois quando elas vão embora, ele acha ruim e fala que eu só dei atenção à elas. Mas é coisa de menino mesmo, eu me divirto com eles. Ah, e tem também que eu gosto muito de abraçar meus netos. O menino eu abraço ele e ele fica todo envergonhado. Diz: ah, vó pára com isso. Já as meninas não, elas vem me abraçam, me beijam. E eu só pra provocar fico agarrando ele, ele fica bravo, e eu me divirto.

Em outro trecho aponta:

Eu vim morar neste prédio por causa da minha filha. Porque quando eu fiquei viúva, eu morava em Santana e o Carlos, a Ana e a Sandra moravam comigo. Mas aí eles compraram o apartamento deles. A casa lá era grande, aí eu vendi e comprei aqui perto da minha filha. Afinal é a única mulher e geralmente a gente prefere ficar mais perto da filha mulher. Então coincidiu de ter apartamento aqui e eu vim pra cá.

A própria narradora identifica formas diferentes de afetividade e também o condicionante de gênero como um aspecto sócio-cultural determinante nas formas de relação entre as gerações, da mesma maneira que Carlos ao narrar sua história de vida, a centraliza em “seu mundo do trabalho”. Afirma que suas maiores dificuldades nesse trânsito pelo *mundo do trabalho*, vieram depois que a investida na marcenaria de seu sogro não deu certo:

Depois da “frustração” da marcenaria e o favor que o senhor Collor fez com a gente⁷⁸, fiquei em casa um tempo, depois um amigo meu o Jorge, trabalhava no governo da Luiza Erundina e combinamos de montar uma empresa, de construção e venda e mão de obra. A gente pegava reforminhas em creches. No começo eu achei que era bom, mas a grana era ruim. Você pagava imposto sobre a mão de obra e não sobrava para nada. Ia na feira e comia um pastel porque não tinha dinheiro para comprar dois. Vivi assim até 1992, quando apareceu uma vaga na Secretaria de Habitação em Habi Sul, fui chamado pela Bel, uma amiga minha. Fiquei até o final do governo da Erundina, quando ela perdeu a reeleição, fui demitido e depois fui para prefeitura de São Vicente, uma prefeitura do PT. Assumi o departamento de projetos. Assumi provisoriamente a pasta de meio-ambiente e assim a gente ia tocando a prefeitura. Isso foi em 1993. Cresci muito nessa época. O único departamento de projetos da prefeitura era o meu. Fazia projeto para todas as secretarias. Fiz um posto de saúde com acessibilidade, numa época em que ninguém falava nisso.

A prefeitura foi esvaziando, o pessoal do PT foi indo pra campanha do Lula em 94, e eu pensava só fico aqui se eu virar diretor senão eu vou embora, meu salário era menos de mil dólares por mês. Não dava pra nada. Tinha inflação pra caralho. Antes do real, depois a URV que estabilizou o real em mais ou menos 800 dólares. Não dava pra viver por menos. Ter casa em São Paulo e morar lá era caro.

Voltei pra São Paulo e arrumei emprego de vendedor. Fui trabalhar na Ornari, loja de móveis, eu virei o único arquiteto do Lar Center Fiquei um ano lá como vendedor. Depois virei gerente da loja, aí começou um negócio de cumprir meta. No primeiro mês eu cumpri a meta, no segundo mês um cara lá, que era caixa, que fazia as contas da loja resolveu baixar os preços. Imagina eu com dois meses bati o recorde de vendas da loja. Todo mundo começou a falar de mim, eu vendia muito mas não via nada. Voltaram aos preços antigos [altos]. Tinha vendas que eram pra ser entregues depois. Por exemplo para pessoas que iam reformar o apartamento e coisas assim. Aí os caras começaram a falar que eu vendia abaixo do preço, e cortaram as vendas pra entregar depois.

⁷⁸ Refere-se ao seqüestro das poupanças e contas correntes apresentado no capítulo anterior.

Deixei de ganhar uma grana boa. Os caras me chamaram para conversar e eu provei por a mais b que as vendas que eu fiz pra depois não passavam de 50% do que eu vendi e que a cagada tinha sido deles. Mesmo assim me mandaram embora. Me pagaram uma grana boa, maior do que eu esperava. Fiquei um tempo sustentado pela esposa, mas não queria mais trabalhar com vendas.

Depois arrumei emprego numa loja na Oscar Freire, mas não pagava quase nada, isso foi mais ou menos em 2000. Eles tinham me prometido a vaga do gerente assim que o Décio, o gerente atual se aposentar. Não dava nem pra ir todo dia. Ia quando tinha demanda, senão ficava em casa mesmo. O Décio se aposenta e eles chamam um cara de fora.

Um dia me chamaram pra fazer um serviço que tinha a ver com um projeto de ampliação do pátio da Renault. Aprendi a trabalhar no Cad⁷⁹, foi muito bom, mas continuei na loja. Falei com o Edson que ia sair da loja e ele me vem com um pagamento de mil reais. Eu disse Edson só isso? Ali eu jurei que nunca mais ia vender coisa dos outros. Você vende um negócio, os caras entregam outro e você que leva a bronca. Ia mulher lá recém casada que entregaram tudo errado, chorava e eu chorava junto com ela. Falei isso não é pra mim.

Depois disso tentei entrar para o mundo da caricatura. Mandei alguns portfólios para algumas editoras, mas não deu nada certo.

A Marta Suplicy ganhou a eleição pra prefeitura de São Paulo e eu fiquei achando; agora vão me chamar pra trabalhar. Janeiro, nada, fevereiro, nada. Fui atrás dos meus amigos que eu tinha trabalhado em São Vicente e ouvi: Pô a gente pensou que você tava bem, vamos falar com o superintendente da habitação. Cheguei lá, o superintendente era o Ricardo, um cara que eu tomava cerveja com ele em São Vicente. Fui trabalhar lá. Passei por vários lugares até chegar onde estou hoje.

Percebemos que a narrativa segue uma seqüência cronológica, onde o *emprego* assume o eixo central das falas. É importante frisar que a solicitação feita aos três sujeitos da pesquisa foi a mesma: “Conte-nos sua história de vida”. E cada qual a sua maneira procedeu a narrativa de modo livre, ainda que esclarecidos que o objetivo da pesquisa era evidenciar conexões entre o mundo da família e o mundo do trabalho.

O que nos deixou a vontade para apontar a tendência explicitada por Carlos de que o dia-a-dia para nossos sujeitos se ganha na *briga com o mercado*. Pois, este,

⁷⁹ Aplicativo do sistema Windows próprio para desenho.

ao mesmo tempo em que demonstra sensibilidade aos desmandos da lógica mercadológica;

Entregaram mercadoria errada pra mulher recém-casada, ela chorava e eu chorava junto.

... demonstra também em vários momentos que seu esforço deve ser *recompensado* com reconhecimento e remuneração significativa.

Além disso, a importância das redes de relações deixa claro que o trânsito pelo mundo do trabalho avança cada vez mais em direção as determinações das relações entre sujeitos próximos. Desta forma, a formação profissional passa a ser relativizada em face de outros determinantes na hora de conseguir uma ocupação.

A trajetória de Carlos expressada nesta síntese ilustra a maneira pela qual o mercado instituído de trabalho orienta o trânsito dos sujeitos e mistura na totalidade matéria e substância, isto é, difunde as relações típicas da vida material às configurações próprias do universo subjetivo. Como referiu Arendt alhures, o mundo público passa a ser uma grande família⁸⁰ e assim como a família, o mundo público circunscrito a rede de relações dos sujeitos possibilitaria em alguma medida a solidariedade em momentos de crise, mesmo que não garanta a cobertura imediata das necessidades de trabalho dos sujeitos.

Outra consideração importante de Singly – e talvez a mais evidenciada nesse estudo – é que a família contemporânea contribui para a re-produção da sociedade. Dona Carmem narra lembranças de uma época significativa para ela, justamente por ter sido a época em que redimensionaram na família a gestão de seu patrimônio. O que nos chama a atenção é que Dona Carmem se lembra com maior nitidez desta época justamente pelo fato de que a movimentação de sua

⁸⁰ Nos referimos a citação feita no capítulo anterior retirado do livro: *A condição humana*.

família ia em direção contrária ao movimento da sociedade brasileira, que num contexto de hiperinflação, via drásticas medidas econômicas serem tomadas. Era a conjuntura que gestou o Plano Cruzado.

Eu não me lembro muita coisa desta época. Lembro que a gente procurava coisas e não encontrava. Então aumentavam os preços. Tinha muita malandragem nessa época. Tinha aquela maquininha que aumentava tudo. Mas tudo seus prós e contras. Foi também a época que eu comprei casa. Tínhamos um apartamento na praia grande, vendemos e com o dinheiro compramos um terreno em Ubatuba. Comprei junto com um sobrinho do meu marido. Nós repartimos porque o terreno era muito grande e a gente aproveitou as casinhas que estavam lá. Quando minha cunhada viu aquilo lá, ela dizia que era uma favelinha. Ela dizia: “ah, vocês compraram uma casa na favelinha”. A criançada era mais jovem, e tinha uma casa grande que ficava com os mais velhos, a da frente ficava com as meninas e a do meio com os meninos. Meus filhos sempre levavam sempre os amigos.

Como era grande o terreno e nós compramos em dois, a gente foi reformando um lado, tiramos as árvores, e depois fizemos o outro lado. Depois a parte da casa que ficou em “L” a gente fez sozinho. Rendeu bastante o dinheiro do apartamento nessa casa, mas mesmo assim tinha esse problema da inflação.

Tinha a poupança, eu lembro que antes disso a poupança rendia, mas depois não rendia nada. Minha cunhada não se conformava. Ela dizia: “Não, agora a poupança não rende nada”. O banco era cheio de gente para reclamar, o pessoal não entendia que os preços depois ficariam mais sem aumentar. A cunhada do meu filho trabalhava na Caixa Econômica em Bragança [Paulista] e a fila ficava cheia de velhinhos pra entender como era o negócio. Ela explicava, explicava, porque rendia e agora não rende mais.

Mas é isso, todo tempo tem suas vantagens e desvantagens”

Esse depoimento aponta que semelhantemente aos dados apontados no capítulo anterior sobre as transformações na família face as recorrentes crises macroeconômicas, a família Silveira também ressalta uma das “funções” primordiais da família que é a manutenção material espaiada para todos os domínios da realização do ser social. Isto é, quando falamos em reprodução da vida material preconizada pela família, pensamos logo na maneira como a família providencia a satisfação das necessidades orgânico-biológicas como a

alimentação e a moradia (segura), e em alguns casos, apontamos até outros elementos que compõem a esfera desta reprodução material. Todavia, nestes depoimentos, em especial, este depoimento acima de Dona Carmem, nos revela que através do atendimento de tais necessidades que se colocam como fundamentais para a sobrevivência da família é que são delineadas as formas de convivência e de relações entre a família, a família extensa e com o meio social.

Além disso, mesmo em se tratando de narrativas onde o acúmulo de capital tenha propiciado os rearranjos propostos, evidencia-se a centralidade da ação laborativa como forma de garantir acesso ao atendimento de suas necessidades.

A clareza com que Dona Carmem se refere às oscilações na vida econômica do país demonstra também que em certa medida estão *internalizadas* as transformações no mundo da produção e da condução econômica e que estas influenciam sobremaneira seu modo de vida, “obrigando-os” a protagonizar alternativas.

Sandra, a nossa mais jovem narradora, parece estar *desresponsabilizada* pela família de se preocupar com as questões imediatas da sobrevivência. Princípio básico da maioria dos arranjos familiares uma vez que aos mais jovens está dada a tarefa de se preparar para o mundo adulto, e, uma vez cumprida as tarefas que os adultos lhes colocam no que se refere a tal preparação, o restante de seu tempo está livre para ser preenchido com as coisas próprias da juventude.

Tenho algumas amigas, a gente sai, ouve música, paquera e estuda. Eu gosto de estudar. As vezes o estudo pra mim é também divertido.

Depoimento de Sandra

De poucas palavras, Sandra narrou seu dia-a-dia sem grandes momentos de empolgação como os demais narradores, ademais solicitou que não fosse objeto de análise uma série de depoimentos, o que respeitamos, porém, a natureza do que foi ocultado revela um movimento típico da adolescência.

Dúvidas quanto ao futuro, incertezas sobre a melhor análise das relações que estabelece com os pais, avó, amigos, etc, principalmente com a mãe quando esta lhe diz alguns “nãos”, são movimentos típicos dessa fase de vida, que justamente por se referirem a um momento transitório causam tamanha insegurança.

Por outro lado, as inseguranças não são suficientes para retirar da família, sob a ótica de Sandra o seu referencial de desenvolvimento e futuro. Pelo que pudemos apurar, para Sandra, ter um pai arquiteto e uma mãe psicóloga, a coloca em situação de “vantagem” perante alguns de seus colegas. São profissões com relativo reconhecimento no conjunto da sociedade e com possibilidades de remunerações significativas, o que a leva pensar em exercer no futuro tanto uma quanto a outra, embora afirme que não está bem certa disso. Mas de qualquer forma, em face da “vulnerabilidade” apresentada pela jovem, decorrente de seu próprio momento de vida, a afirmação profissional dos pais se apresenta como uma espécie de porto-seguro-referência, sendo que grande parte da entrevista transitou em torno de questões afetas ao universo produtivo.

3.2. – Desvendando mundo do trabalho e o mundo da família

No capítulo dois havíamos dissertado sobre a maneira como o trabalho na ordem do capital pode apresentar-se sob várias formas⁸¹ e como para os sujeitos; ainda que a tendência dominante seja a da reificação de suas relações; o processo de humanização dos indivíduos não elimina a ontologia e com isso, o trabalho como atividade humano genérica é uma possibilidade para além do trato teórico. Consideramos que é a necessidade objetiva da sobrevivência e da reprodução social que garantem a vastidão de tais possibilidades e que nem mesmo a condição e/ou a posição de classes pode abolir a ontologia do ser e com isso o trabalho como seu momento fundacional. O que comumente ocorre é que a ordem do capital obscurece a visibilidade da ontologia, sendo que para a classe dominante a torna inacessível, contudo, não a elimina e nem nos impede de resgatá-la ainda que teoricamente por meio do estudo da práxis como aqui temos feito.

Na família Silveira, o processo de humanização fundado pelo trabalho, curiosamente se mistura a “arte” como uma expressão fundamental da sociabilidade humana, como narra Dona Carmem:

Eu ensinava piano. Nenhum dos meus filhos aprendeu a tocar nada. Só meu filho mais velho que aprendeu um pouco. Ele tinha facilidade pra decorar. A primeira vez ele olhava pra música e na segunda vez ele já não olhava e não pode né, porque aí perde e tem que procurar onde parou na partitura.

⁸¹ Vide página 57.

E continua:

Eu tinha um professor que era maestro que lecionava perto da nossa casa. Um dia eu encontrei com ele e comentei sobre meu filho. Ele começou a dar aula pra ele, mas ele não gostou porque o professor batia com o lápis na mão dele, aí ele falou que não queria ir mais. Mas de vez em quando ele sentava no piano e tocava. Quem ouvia dizia: nossa que coisa maravilhosa. E era tudo da cabeça dele. Até hoje ele gosta de música fina. Ele me leva quando tem concerto, quando tem orquestra assim, ele me leva.

As relações explicitadas nesse depoimento se dão agora mais pela via da reprodução daquilo que Marx denominava espiritual⁸² do que o contexto material, porém, dele não se separa. Pois, para expor na perspectiva ontológica as categorias do ser social, Lukács aponta que o início da exposição se deve dar pelo trabalho. E Lessa (2002, p. 251) questiona: *Por que começar pelo trabalho? Por que não começar pela fala, pela sociabilidade [de onde a arte é uma de suas expressões], ou pela divisão do trabalho, que, Lukács reconhece, têm suas origens no salto ontológico que funda o ser social – exatamente como o trabalho?*

⁸² Nesse caso a reprodução da produção espiritual diz respeito as formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Para melhor tratamento do tema pode-se recorrer à Marx no “Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política” ou a síntese de “O Capital” apresentada por Iamamoto e Carvalho em “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (São Paulo: Cortez, 1982, p. 29-127).

A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que parece ser à primeira vista: todas as outras categorias [...] [do ser social] já têm, por suas essências, características sociais; suas propriedades e seus modos de operar se desenvolvem apenas no ser social já constituído; suas manifestações, ainda que extremamente primitivas, pressupõem sempre que o salto já tenha ocorrido. Apenas o trabalho tem por essência ontológica um declarado caráter intermediário: por sua essência ele é uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramentas, matérias-primas, objetos do trabalho etc) como orgânica, inter-relações que [...] acima de tudo assinalam a passagem, do homem que trabalha, do ser meramente biológico ao social. (Lukács, 1976 in Lessa, 2002, p. 252).

Por isso a inter-relação exposta a partir de um vínculo que se estabelece pela “arte” já encontra o ser constituído, o que com o trabalho seria precedente.

O filho citado no depoimento de dona Carmem não é nosso sujeito direito da pesquisa, todavia, a força desse depoimento consiste na relação diferenciada entre os sujeitos mediada pelo gosto comum pela música clássica e erudita. É perceptível o ato de gratidão deste filho para com a mãe ao demonstrar ter herdado dela o gosto pela música erudita retribuído agora com os passeios aos concertos. As tentativas de aprender tocar um instrumento fazem parte da história de vida do filho mais velho de Dona Carmem. Já para Carlos, os vínculos relacionais do tempo presente entre ele e a mãe se explicam também pela história de vida registrada na memória, mas por uma outra mediação. Carlos lembra:

Nossa, eu queria trabalhar desde muito cedo. Meu pai é que não deixava. Tanto é que quando arrumei um emprego pela primeira vez, nem era bem um emprego, era mais um bico. Meu pai ficou desesperado. Ele dizia: “agora vai parar de estudar pra trabalhar, isso não pode”

Essa lembrança do passado é refletida no momento presente:

Depois que eu separei foi uma ambigüidade. Porque se de um lado eu fiquei mais livre pra cuidar da minha vida, por outro lado, as responsabilidades ao invés de diminuir aumentaram. Tenho a pensão da Sandra pra pagar e não posso ficar nas costas da minha mãe. Eu tenho que ajudá-la de alguma forma.

A cumplicidade na relação de Dona Carmem e Carlos se dá por um *canal* diferente da cumplicidade existente entre Dona Carmem e seu filho mais velho. A provisão material parece mesmo ser o elo mais forte de ligação entre Carlos e a mãe e entre este e a filha. Pois, da mesma maneira que Carlos referiu preocupar-se com as despesas e outras coisas relativas a provisão de sua nova casa (com a mãe), Dona Carmem também refere querer ajudá-lo:

Minha pensão não dá pra nada, mas eu tenho que me virar. O Carlos, coitado, tem que cuidar da menina [a filha] não dá pra ele ficar botando dinheiro aqui em casa.

Antes de se tornar pensionista, dona Carmem também fez suas investidas no mundo do trabalho, mas de uma forma muito comum às mulheres de sua época. Trabalhava em casa:

Eu dava aulas de piano em casa mesmo. Mas o meu defeito é que eu não sabia cobrar e além disso os outros me passavam pra trás. Meus filhos me chamavam de tonta, mas eu falava pra pessoa pagar o que ela podia.

Eu tinha uma aluna que era só eu sair um pouquinho pra fazer alguma coisa e quando eu voltava sumia alguma coisa de casa. Ela nunca pagava. Eu não sei se a mãe dela mandava o dinheiro e ela sumia com o dinheiro ou sei lá o que. Mas ela também não gostava da aula. Tempos depois ela contou pro meu filho que ela mexia até no relógio. Ela adiantava a hora pra terminar mais cedo. Eu achava que minha obrigação era falar com a mãe dela. Mas eu tinha vergonha. E se a mãe dela se virar contra mim? É melhor não. Mas com meus filhos eu era exigente.

Tinha uma outra aluna que me falava assim: Dona Carmem posso ir ao banheiro? Ai eu falava tudo bem, mas ela demorava no banheiro, demorava, demorava. Demorava quase a aula toda. Depois eu ia ver ela tinha mexido nas minhas maquiagens, no batom, em tudo. Eu falava pra ela: Você quer que eu compre uma caixinha de maquiagem pra você? Ela respondia: Não Dona Carmem, eu sou muito nova pra usar essas coisas!

Mas mexia nas minhas coisas e dizia que não mexia. Eu não sei, mas eu acho que as pessoas me achavam tonta.

Ai eu parei de dar aula, as crianças me davam muito trabalho. Hoje eu lembro e me divirto, sinto até falta, mas na época eu ficava brava, mas não podia fazer nada.

O trabalho feito em casa para dona Carmem nos parece pela alegria de suas falas ao se recordar dessas memórias, atender a duas necessidades vitais: a primeira é a possibilidade de contribuir com a renda da família ainda que afirme não saber lidar com a cobrança de seus serviços e a segunda está relacionada a satisfação

do ato laborativo exercido que neste caso estaria intimamente ligado a sua atividade preferida de lazer.

Ocorre que a dinâmica estabelecida entre a narradora e seus interlocutores (seus alunos de piano) marginalizava a remuneração e com isso, assumia centralidade a relação ensino-aprendizagem relativamente “desmercantilizada”. Uma forma peculiar do aparecer do trabalho na ordem do capital.

Sandra, a mais jovem dos entrevistados, quando pensa nas possibilidades futuras de exercício profissional, afirma que sua busca vai se dar na perspectiva de unir o prazer do ato laboral a contrapartida da satisfação material de suas necessidades. Parecida com o que fez sua avó num passado próximo, porém, com menos “ingenuidade”.

Pelo conjunto dos depoimentos, percebemos os elos que unem o mundo do trabalho e sua centralidade ao conjunto das relações que estabelecem os sujeitos no seio familiar. Isso implica dizer que a família nas suas relações contribui para mediar a relação entre o homem e a sociedade e que este mesmo homem se faz a partir do salto de sua existência orgânica para sua existência social.

O ilustrativo dessas constatações que inauguram uma nova forma de abordar teórico-criticamente a família foi a família Silveira, mas poderia ser a família Silva, Oliveira, Prado, Resende, ou qualquer outra. Não se trata de afirmar que todas são iguais, ao contrário, estamos inferindo que as determinações sociais condicionam as particularidades de cada grupo de convívio, por outro lado, todos estes submergem e emergem na processualidade histórica que os torna sociais, e com tal constatação torna-se possível lançar as bases para por foco as lentes que mostrem as possibilidades da família também mediar a condução do ser social rumo à emancipação societária.

Nossa intenção não é de afirmar categoricamente e de maneira “fechada” tais assertivas, mas apenas discorrer sobre a vastidão das possibilidades e num futuro próximo aprofundar com o auxílio de outras mais famílias nossas desconfiadas aqui levantadas.

Considerações Finais

Para a elaboração desse trabalho consideramos de fundamental importância resgatar alguns aspectos que contribuíram para a formação social, econômica e política do Brasil e do povo brasileiro. A maneira específica com que esses aspectos se difundiram e formaram aquilo que chamamos de “identidade” brasileira resultou na especificação de nosso comportamento, nossa identidade como já dito e, sobretudo na nossa história. Com isso, os cidadãos brasileiros, entendidos por nós como sujeitos-trabalhadores e socializados em suas famílias, encontraram no tecido histórico sua justificativa de existência em uma sociedade claramente determinada.

O recurso à nossa formação social iluminou as particularidades contemporâneas destes sujeitos demonstrando neles a incorporação de nosso legado histórico. Destes, as relações que se estabeleceram entre “colonizadores” e “colonizados” explicam; em tese que levantamos e argumentamos; a gênese de um “espírito” anti-revolucionário ou passivo por parte dos trabalhadores brasileiros que atualmente seria expresso pela *cultura negocial*.

Evidente que as características fundantes do modo de produção dominante como referiu Martinelli (1995, p. 62) consistentes em *separar o trabalhador dos meios de produção, levá-lo à alienação de sua própria força de trabalho, exercer um rigoroso controle sobre seus movimentos, seja no interior da fábrica, seja no contexto social mais amplo* configuraram o conjunto das relações sociais na ordem do capital. E, por isso mesmo determinaram em certo grau a alienação do trabalho e a reificação da classe trabalhadora deixando para esta a alternativa plausível da negociação e a busca constante do pacto entre as classes. Isso contribui para o entendimento do processo de sujeição do trabalhador aos desmandos da chamada classe dominante ainda que careça de elementos outros, presentes no conjunto das mediações que interconectam as relações entre os sujeitos e a totalidade social e as classes e a totalidade social, além de sua própria consciência de classe

objetivada na processualidade histórica. Pois, se de um lado as iniquidades próprias do capitalismo e do capital explicam a alienação, a contradição e o antagonismo que identificam a sociedade burguesa, por outro, é no processo histórico que verificamos como tais iniquidades estruturais se constroem, se movimentam, se consolidam e se transformam, e, desta forma percebe-se com maior clareza os determinantes da consciência (e a inerente orientação teleológica) dos sujeitos trabalhadores e dos grupos de convívio que os conformam (sendo a família o principal destes grupos).

Somam-se ao processo referido as particularizações naturais dos indivíduos como, por exemplo, sua condição de raça e gênero, cujas determinações sociais sobrepõem-se as naturais, fazendo com que as relações sociais se pautem pela “estratificação” classista, coisificando o próprio processo de humanização dos indivíduos e dos grupos de convívio.

Um dos *passaios* significativos do estudo ora apresentado fez-nos vislumbrar o vínculo relacional que a estrutura econômica da sociedade estabelece com a formação dos sujeitos individuais e coletivos, porém a partir de uma assertiva teórica fundamental: a centralidade do trabalho. Isto é, quando dissertamos sobre a centralidade do trabalho para a sociedade dos homens e nos dirigimos até Lukács para explicar que estes por sua vez são fundados pelo trabalho, constatamos que a sociedade burguesa molda os sujeitos à sua imagem e semelhança. Os ciclos macroeconômicos não só estão afetos a endogenia do capital preocupado com suas próprias crises estruturais como também espraiam suas mazelas e utilizam-se da classe trabalhadora (como principal fonte de riqueza social, pois é da força vital destes que vem a força de trabalho tornada mercadoria) em suas estratégias de manutenção e revitalização.

O caso brasileiro é especialmente emblemático por se tratar de um capitalismo tardio (nos dizeres de Mandel, nesse estudo revisitado via Behring, 2003). Foram muitas as oscilações que fizeram tornar natural a palavra “crise” no cotidiano da população. E ainda, as crises a que nos referimos devido as suas recorrências em

espaços curtos de tempo saltaram do *status* de abstrações da economia literária para o lugar de transportes concretos das relações sociais contemporâneas. Transportes que levam para lá e para cá os sujeitos trabalhadores tanto dos segmentos de baixa renda (como mostram as estatísticas oficiais) como os dos segmentos genericamente chamados médios (como demonstra a pesquisa com os sujeitos). De 1984 à 2004 foram cinco momentos de crise levantados nesse estudo, somados a oscilações na vida política do país como a ditadura militar, o processo transitório da redemocratização, a nova constituição, arranjos políticos centrados na busca pela estabilidade econômica que resultaram em vários planos de estabilização e a reforma gerencial do estado brasileiro ainda em curso.

As *lembranças* de toda essa movimentação social são muitas e permanecem gravadas na memória dos sujeitos que testemunharam e influíram em algum grau na porosidade desses processos sociais elencados. Esses sujeitos têm suas lembranças individuais e coletivas armazenadas e com elas explicam sua vida, a vida do grupo ao qual fazem parte e também a vida de toda a sociedade.

Por isso, desvendar os elos presentes naquilo que faz os indivíduos serem o que são e com isso desvendar também os elos que os fazem sujeitos coletivos quando na vida familiar foi a idéia perseguida por nós nesse estudo.

A argumentação também contou com uma fundamentação teórica vinculada a negação do pensamento antimoderno. A modernidade com suas teorias construídas ao longo de seu tempo trataram de tentar explicar o *funcionamento* da sociedade humana. A família incluída nessas formulações só pode ser entendida no contexto social em que se insere, nas determinações de seu tempo histórico. As ciências sociais e humanas privilegiadoras do tempo presente tentam explicar os fatos humanos como se as balizas da ordem social legitimada no contexto da Era das Revoluções (Industrial e Francesa) tivesse sido revolucionada para uma outra ordem alternativa, o que de fato não ocorreu. As matrizes de sustentação da sociedade capitalista, revolucionam sim o mundo cotidianamente, mas o intuito desta silenciosa revolução, ao contrário do que dizem cientistas sociais

autodenominados pós-modernos, é reforçar as estruturas do capital e tentar *limpá-lo* de suas contradições internas, criando novas contradições que só agravam a questão social. Portanto, pensar a família, seja a família brasileira, ou qualquer outra, significa considerar que as matrizes de sustentação da ordem do capital, se alteram, porém, não se superaram, possibilitando-nos assim dizer que consideramos superficiais as análises da família que passam ao largo do conjunto das determinações econômicas (e ideopolíticas) que conformam a totalidade social.

Nesse estudo procuramos contribuir com a produção do conhecimento no campo da tradição marxista no que concerne ao estudo da família e do trabalho num sentido alargado de ambos os termos e categorias. Ao recorrermos a categorias fundantes da tradição marxista como *totalidade, mediação, reprodução social, história, entre outras*, descobrimos que o resgate do pensamento marxiano promovido por Gyorgy Lukács nos possibilitou dar um salto adiante nas formulações que demonstram a família como ente reprodutor da força de trabalho na sociedade capitalista. Nos permitiu entender que os sujeitos trabalhadores-familiares são antes, o já denominado ser social. *Ser pensado como totalidade de máxima complexidade constituída por totalidades de complexidades diferenciadas [...], e, no ser social Lukács apreende o nível de maior complexidade, peculiar por nele articular-se causalidade e teleologia, determinismo e liberdade*, como tentamos expor especialmente no capítulo segundo, aqui registrada a menção á Netto (2004).

A investida em entender a constituição do ser social a partir de seu momento fundacional que se dá pelo trabalho, tendo a família como uma mediação imprescindível á realização do mesmo também nos foi possível pelo recurso à história. Esta entendida como o processo de produção e reprodução das relações sociais (teleologicamente orientadas, logo, objetivadas) que “definem” e “moldam” os sujeitos circunscrevendo-os a realidade objetiva e, portanto, histórica, nos aponta a tarefa de pensar a mediação “família” num constante vir-a-ser. Assim as

análises das expressões do universo produtivo e também das expressões do evoluir da vida familiar são explicitamente entendidas ao se entender concomitantemente as determinações universais que engendram a totalidade da vida social, particularizando o trabalho e também a família.

Desta forma, Vitale (2000) aponta que a família não só *interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade como projeta ainda em outros grupos os modelos de relação criados e recriados no interior do próprio grupo [...]* As relações intergeracionais compõem, assim, o tecido de transmissão, reprodução e transformação do mundo social e, portanto, espelham mudanças porque passa a família. Com isso, a impossibilidade de trabalhar de maneira dicotômica os aspectos simbólicos das atividades correlatas à produção material tornou-se explícita em toda a argumentação, ainda que para efeito de maior clareza narrativa foram dadas ênfases diferenciadas, ora à reestruturação do processo produtivo ora ao campo das subjetividades.

Consideramos ainda que no interior de uma mesma família – em especial famílias dos setores médios da sociedade – várias orientações são dadas no sentido da sua autocondução, mas que se destacam principalmente dois movimentos contraditórios que coexistem. De um lado, constatamos que há a clareza da diferenciação de papéis que demarcam fronteiras nas relações entre os sujeitos do grupo familiar e com isso ficam estabelecidas as bases que os articularão ao mundo público, e, por outro lado, senão ao mesmo tempo existe uma *moral* complacente que parece equalizar as relações dos indivíduos entre si.

Nosso universo empírico (para além das análises dos dados brutos) vislumbrou numa família de camadas médias a relação evidente entre o mundo público do trabalho e o mundo privado da família, na contemporaneidade misturados,

imbricados, alienados, estranhados e por isso mesmo, partícipes dos complexos processos de reprodução social da vida.

Nossa intenção foi chamar a atenção para a necessidade de (re) afirmar a centralidade do trabalho incluindo no debate sobre o tema dimensões constitutivas do ser social caracterizadas pela mediação familiar. A perspectiva não se esgota, ao contrário, se inaugura com uma espécie de *oxigenação* do conhecimento sobre família e trabalho quando também resgata uma análise teórica relativamente marginalizada: a ontologia do ser social.

Fontes e Referências Bibliográficas

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família*. In *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez/UERJ, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho*. Revista Serviço Social e Sociedade n. 50, abril de 1996, ano XVII. São Paulo, Cortez.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. (2ª. edição).

_____. *A classe trabalhadora e a centralidade contemporânea do trabalho*. Revista PUC VIVA, abril de 2001.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2002 (8ª. edição).

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil. Collor, FHC e Lula*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (10ª. Edição).

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BLASS, Leila Maria da Silva. *De volta ao futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. São Paulo: EDUC, 2001.

_____. *Trabalho: lugares e significados*. IV Congresso Latinoamericano de Sociologia Del Trabajo. São Paulo: datil, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière, São Paulo, Brésil*. França/Paris, 2002, IRD Éditions et Karthala.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea*. Revista da Fundação SEADE, volume 11, n. 4, 2002.

COELHO, Virgina Paes. *Visitando a história a partir de memórias femininas: mudanças e permanências na socialização da mulher 1960-1990*. Tese de doutorado, PUC-SP, 2001.

DE MASI, Domenico. *O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, e, Brasília: Editora da Unb, 1999.

DIAS & GAMBINI, Lucy & Roberto. *Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 1999.

DURHAM, Eunice R. *Prefácio de: A reprodução da desigualdade*. MACEDO, Carmem Cinira. São Paulo: Editora Vértice, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centaruro, 2002. Trad. De Ruth M. Klaus.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003 – Coleção Didática.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974 (Biblioteca de Ciências Sociais, 2ª. edição).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio. (25ª. edição).

HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action: "reason and the rationalization of society"*. Vol. I. Polity Press, Londres, 1991.

HIRATA, Helena. *Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher: reflexões a partir do caso japonês*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, n. 2, vol. 1, outubro, 1986.

_____. *Flexibilidade, trabalho e gênero*. Santiago, GEDISST/CNRS (mimeo), 1999.

_____. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 17-18, 2001-2002.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos, o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Industrialização e Desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Construção de Categorias*. Transcrição de aula dada no curso de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP no 1º. semestre de 1986.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (2ª. edição)

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (26ª. edição).

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUCAS, Fábio. *Expressões da identidade brasileira*. São Paulo: EDUC, 2002.

MARCONI & PRESOTTO, Marina de Andrade & Zélia Maria Neves. *Antropologia uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. *Pesquisa Qualitativa um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999. Série Núcleos de Pesquisa.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

MONTALI, Lilia Terezinha. *Família e Trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1995.

_____. *Família e Trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida*. Revista brasileira de ciências sociais, Fev 2000, vol. 15, n. 42 ISSN 0102-6909.

_____. *Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego*. São Paulo Perspectiva., Jun 2003, vol. 17, n. 2, p. 123-135 ISSN 0102-8839.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. *Família Operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, ano XVII, abril de 1996.

_____. Apresentação do livro *Mediação e Serviço Social* de Reinaldo Nobre Pontes. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de nossa época).

_____. *Marxismo impenitente contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Marta Tathy. *Trabalhar em casa na era do fim do emprego*. São Paulo: Olho d'água, 2001.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana, enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. *Decifra-me ou te devoro: inferências sobre política social na ressaca pós-FHC*. São Paulo, 2005, mimeo.

_____. *O que é responsabilidade social?* São Paulo, 2005, mimeo.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. São Paulo: Cortez, 1997. (2ª. edição revista).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. Portugal, Edições Afrontamento, 2002. 13ª. edição.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Famílias e jovens no horizonte das ações*. Revista Brasileira de Educação, ANPED, n. 11, p. 99-109, 1999.

SERRA, Rose M. S. *Crise de materialidade no Serviço Social, repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGLY, François de. *Três teses sobre a família contemporânea*. In Le Gall e Martin C., 1996. (tradução realizada para fins acadêmicos, PUC-SP, 2004).

SOARES, Laura Tavares (*et alli*). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Reestruturação Produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica*. Educação e Sociedade [on line]. Dez. 2001, vol.22, no. 77 [citado 02 Maio 2004], p.71-99.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil, de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *Sociologia da Educação: reproduzir e transformar*. São Paulo: FTD, 1996.
(Coleção Aprender & Ensinar).

_____. *Os Direitos e a Política Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

VITALE, Maria Amália Faller. *As transformações da família: uma análise em três gerações*. In *Terapia Familiar no Brasil: estado da arte, Anais*, 2000.

YASBECK, Maria Carmelita. *Voluntariado e profissionalização na intervenção social*. In *Intervenção Social*. Revista do Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa/Beja, Portugal: 2002.

Outras consultas:

Almanaque Abril Cultural, 2003. São Paulo, Editora Abril, meio eletrônico.

Dicionário Larrouse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

Revista Isto É, 9 de agosto de 1979.

Tribunal Superior Eleitoral, resultados eleitorais, Brasília/DF, 2004.

“Ao acompanharmos a mudança, descobrimos como chegamos ao que somos hoje. Compreendemos mais claramente o que foi perdido, o que se conservou *subterraneamente*, o que ainda resta por resolver”.

E.P. Thompson, A formação da classe operária inglesa.

Anexo 1

(Local e Data)

Eu, _____,
RG. no. _____, CPF _____,
domiciliados à _____,
concedemos entrevista ao assistente social-pesquisador Renato Francisco
dos Santos Paula, RG. 25.317.267-6 e CPF. 170.804.978-92 em
_____/_____/_____, cuja edição encontra-se em anexo.

Declaramos, para os devidos fins, e a pedido do interessado, que
autorizamos seu uso para objetivos acadêmicos e/ou possível publicação.

Data supra,
